

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA.**

MARCIO ROBETO LIMA FERNANDES

**ETNICIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DA
POLÍTICA INDÍGENA MURA EM AUTAZES, AMAZÔNIA
CENTRAL.**

**Trabalho apresentado ao programa de
Pós-graduação Sociedade e Cultura na
Amazônia da Universidade Federal do
Amazonas para a obtenção do grau de
mestre em Sociedade e Cultura na
Amazônia.**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Patrícia M. Melo
Sampaio.**

Manaus

2009

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

F363e

Fernandes, Marcio Roberto Lima

Etnicidade e territorialização: um estudo da política indígena mura em Autazes, Amazônia Central / Marcio Roberto Lima Fernandes. - Manaus: UFAM, 2009.

132 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) —
Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a Dra. Patrícia M. Melo Sampaio

1. Índios Mura - Etnologia - 2. Índios Mura – Autazes (AM) 3. Índios da América do Sul – Amazônia Central I. Sampaio, Patrícia M. Melo (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 572.9(=1-82)(043.2)

MARCIO ROBERTO LIMA FERNANDES

**ETNICIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DA POLÍTICA
INDÍGENA MURA EM AUTAZES, AMAZÔNIA CENTRAL.**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para a obtenção do grau de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Patrícia M. Melo Sampaio.

Manaus

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pela formação recebida.

Ao Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA).

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) pelo recebimento de auxílio financeiro da modalidade de bolsa de mestrado.

À Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio por ter aceitado o desafio de me orientar nesta pesquisa, além de ter contribuído através do Projeto Etna da qual é coordenadora com auxílio para realização de pesquisa de campo.

Ao Projeto Nova Cartografia Social pelo qual encaminhamos junto com os Mura proposta de realização de um fascículo Mura.

Ao Instituto de Pesquisa Nacional da Amazônia (INPA) e ao seu Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (NPCHS) pela possibilidade de convivência entre os Mura de 2004 a 2006 através do Projeto “Os Mura: Culturas, Técnica, Educação e Sustentabilidade para a Amazônia”.

Ao Povo Mura do município de Autazes pela acolhida durante todos os momentos da minha pesquisa de mestrado, especialmente aos moradores da Aldeia Murutinga. Ao Conselho Indígena Mura (CIM). À Organização de Professores Indígenas Mura de Autazes (OPIM).

RESUMO

Neste trabalho analisamos as interdependências que relacionam os Mura aos demais agentes sociais (índios de outras etnias e não índios) no município de Autazes. Abordamos diferentes momentos a partir da presença de diferentes padrões de sujeição e interação da população Mura com os demais agentes sociais. Os elementos da organização política, e da afirmação da identidade étnica Mura, passam pela luta territorial, implantação de projetos de etnodesenvolvimento, e por garantia dos direitos à assistência a saúde e à educação diferenciadas. Tomamos como base analítica os processos de “territorialização” efetivados em “situações históricas” que caracterizam a formação do campo político Mura em Autazes, primeiro na luta pela Terra Indígena Pantaleão no final dos anos 1980, em seguida analisamos os processos etnopolíticos definidos a partir da ocupação da sede da FUNAI/Manaus em 03 de janeiro de 2005.

Palavras-Chave: Povo Mura, etnopolítica, territorialização, etnia, identidade étnica, organizações indígenas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	13
1.1.O Estado Republicano e as políticas indigenistas.	16
1.2. As Organizações Indígenas Mura	19
CAPÍTULO 2. INTERPRETAÇÃO E DESCONTINUIDADE NA HISTÓRIA MURA.	23
2.1. OS ELEMENTOS ANALÍTICOS DA ANTROPOLOGIA NA HISTÓRIA MURA.	24
2.2. OS MURA E A AUTO PACIFICAÇÃO.	31
2.2.1. A Cabanagem.....	34
2.3. OS MURA SOB A TUTELA DO ESTADO BRASILEIRO.	36
CAPÍTULO 3. GUATAZ, AUTAZ, AUTAZES: ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA REGIÃO.	42
3.0.1. A integração e o equilíbrio pela desigualdade.	46
3.1. AUTAZES DOS MURA: ALDEIA PANTALEÃO.	47
3.1.1.Os bairros de Mutirão e São José	49
3.2. ALDEIA MURUTINGA	56
3.2.1. O contexto da política em Murutinga.	59
3.3. DOS EFEITOS DA EXPLORAÇÃO.	68
CAPÍTULO 4. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO MURA	73
4.1.O ESQUEMA INTERPRETATIVO	76
4.2. O FACCIONALISMO MURA.....	84
4.2.1. O “mal estar da terra”.	90
4.2.2. Os conflitos interétnicos e intraétnicos emergentes.	91
4.2.3. A ocupação do Posto da FUNAI Autazes: Um panorama do cenário atual.	95
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS:.....	107
ANEXOS I	110
ANEXO II.....	113

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é resultado do acompanhamento das manifestações etnopolíticas Mura ocorridas nos últimos dez anos através das lutas pelos direitos diferenciados. Iniciamos nossos estudos sobre os Mura em 1998 quando ingressei no “Projeto Atlas das Terras Indígenas do Amazonas”. Esse projeto foi desenvolvido no Museu Amazônico (UFAM), vinculado ao Projeto de Estudos sobre Terras Indígenas (PETI) do Museu Nacional Rio de Janeiro.

Acessamos uma literatura especializada dentro da Antropologia Brasileira sobre a questão indígena, principalmente relacionada aos processos de territorialização e sobre a jurisprudência relacionada às terras indígenas. Acompanhamos através de informações obtidas em arquivos os documentos referentes aos processos de regularização e situação fundiária das T.I. do Estado do Amazonas. Os levantamentos de informações foram realizados primeiro nos arquivos disponíveis no Museu Amazônico (UFAM), depois no Arquivo Público do Estado. As pesquisas arquivística e documental se deram também especificamente acompanhando as publicações ao mesmo tempo em que realizávamos levantamento de números antigos do Diário Oficial da União nos arquivos do Ministério Público Federal em Manaus, com estes dados alimentava-mos um banco de dados com todas as referências disponíveis de estágios de regularização, ocupação, reivindicação e conflitos fundiários relacionados às Terras Indígenas do Amazonas.

Durante o trabalho de levantamento de informações sobre as áreas indígenas da região do rio Madeira deparamos com os problemas fundiários enfrentados pelos Mura de Autazes precisamente o caso da T.I. Pantaleão cuja área está tomada pela cidade de Autazes. Na região do Baixo Amazonas onde cresci, era comum ouvir chamar de “Mura” para alguém querendo depreciar. Minha concepção sobre os Mura era construída dentro destes estereótipos (baseada no senso comum total no etnocentrismo e por que não dizer no desconhecimento).

Essa questão me fez indagar, por que havia um grupo em Autazes que estava reivindicando ser chamado de Mura, construindo uma identidade alternativa. Esta indagação resultou no cotejamento de informações referentes aos Mura dentro do computo geral das informações levantadas no projeto do Atlas, que me deram subsídio para elaboração de meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, com título “O movimento indígena Mura: estratégias políticas”.

No segundo semestre de 2003 surgiu à oportunidade de participar como aluno do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão para o Etnodesenvolvimento, onde debruçamos-nos de forma muito mais minuciosa pelos problemas ligados a territorialização a identidade étnica e a etnopolítica Mura de Autazes. Resultou como trabalho final deste curso de especialização um projeto de pesquisa e intervenção nas áreas Mura de Autazes.

No início de 2004 fui convidado à participar do Projeto: “Os Mura: Culturas, Técnicas, Educação e Sustentabilidade para a Amazônia”, executado pelo Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (NPCHS) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Este projeto contou com apoio financeiro do Governo do Estado do Amazonas através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da qual fui bolsista na modalidade Desenvolvimento Científico e Tecnológico Amazônico (DCTA), de abril de 2004 até maio de 2006.

O projeto foi desenvolvido em parceria com Conselho Indígena Mura – CIM, Organização de Professores Indígenas Mura – OPIM, Prefeitura Municipal de Autazes, visou realizar um diagnóstico do modo de vida Mura, seus saberes e relação com o ambiente, para em conjunto com as comunidades Mura discutir alternativas de *etnodesenvolvimento*.

Pudemos exercitar na prática as idéias produto da reflexão teórica realizada na academia. Essa experiência se desdobrou em minha pesquisa no Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), no qual ingressei em março de 2006. Para consolidar as informações com vistas ao plano da minha dissertação estive novamente visitando a aldeia Murutinga em janeiro, e posteriormente em outubro de 2007. Vale destacar o apoio recebido na modalidade bolsa de Mestrado no convênio (CAPES-FAPEAM). Do auxílio à pesquisa do Projeto Etna e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia pelo qual encaminhamos a realização de um fascículo Mura.

Encontramos o povo Mura, experimentando um período de mudança demográfica com alta taxa de crescimento. Lutando pela recuperação e controle sobre seus territórios ao mesmo tempo buscando parcerias para promoção da melhoria na qualidade de vida nas aldeias. Questões de terra, projetos econômicos, política interna e externa, educação e saúde diferenciada pautam a agenda Mura atualmente. A partir das viagens de campo e nos vários encontros em Manaus pudemos desenvolver uma relação de confiança com o grupo e de amizade com algumas pessoas.

A questão política nas aldeias Mura passa então a ser meu tema de análise, seguindo o procedimento clássico de análise em profundidade, à medida que pude estar inserido em vários debates e reuniões. Nestes termos buscamos de forma crítica à recusa à opinião, às noções pré-concebidas, aos impressionismos, a intuição e a auto evidência.

A busca pela cientificidade e a objetividade norteiam a forma como construímos os esquemas interpretativos buscando sempre analisar as coisas ou fatos sociais a partir do debate. Ao situar a nossa posição no debate e ao descrever o processo de obtenção dos dados, visto que estes são construídos pelo pesquisador, contribuímos para análise crítica das polêmicas, em nosso caso no campo da política indígena e indigenista.

Nossa análise sobre os acontecimentos de ordem política, buscou elementos generalizáveis, nos depoimentos de lideranças consagradas e pessoas comuns com as quais tivemos oportunidade de conversar nas reuniões e no período em que estivemos nas aldeias. Vamos privilegiar alguns depoimentos por serem emblemáticos definidores de recorrências discursivas protagonizadas por alguns atores, refletindo assim certas opções do pesquisador.

As questões que nortearão a nossa análise são os acontecimentos sobre a criação do Conselho Indígena Mura – CIM, no início da década de 90, do século passado. Pois foi a partir desta organização política, que passam a reivindicar, e a traçar estratégias para seu fortalecimento e autodeterminação enquanto grupo étnico. As evidências históricas destes processos são re-atualizadas na ocupação da FUNAI em Manaus em 03 de janeiro de 2005, acontecimentos que marcam uma modificação na dinâmica inter-societária em Autazes, produzindo um novo cenário para os Mura.

A construção do objeto de pesquisa nas ciências sociais deve ser o resultado de um processo de interrelação entre dois sujeitos, é um processo de constante construção. Acredito que a apresentação deste trabalho como resultado de pesquisa poderá contribuir como mais um instrumento na organização política Mura, à medida que partimos do conhecimento dos Mura sobre si próprios, ou seja, como eles estão construindo sua etnicidade. Ouvir as pessoas foi um eficiente instrumento de pesquisa, pois, tratamos dos processos reguladores das lutas travadas no campo político e seus efeitos no cotidiano das aldeias.

Temos o entendimento de que os índios Mura, e eu (pesquisador) interpretamos a realidade de maneira diferente, cada um de nós temos uma posição neste jogo, porém damos a essa realidade a mesma importância. O saber Mura é integrado aos processos sociais, foi esse entendimento que nos permitiu dialogar com esse saber a partir da

criação de uma linguagem comum, possível com base em experiências comuns, que evoluíram a partir da interação em campo.

A exploração dos mal-estares sociais definidos na luta política contemporânea das organizações Mura de Autazes, ajudaram na análise da formação do campo etnopolítico Mura. Particularmente apresentaremos como base empírica os acontecimentos definidos a partir da ocupação da FUNAI Manaus em 03 de janeiro de 2005 por um grupo de Mura da região de Autazes. O evento levou determinados atores da cena política Mura a tomada de posição, pois se o movimento partia de Autazes as organizações representativas locais deveriam se manifestar. Os antagonismos latentes e aparentes se ampliaram e neste caso provocaram uma ruptura na proposta unificadora de ter no Conselho Indígena Mura (CIM) representante dos interesses da etnia.

Consideramos então um mesmo processo de acionamento de referências étnicas disputando espaços no âmbito da política indígena e indigenista. Consideramos os espaços discursivos tendo como dimensão os conceitos de “situação histórica” “territorialização” (Oliveira Fº: 1988; 1998), para localizar os atores neste sistema político. O faccionalismo passa a se definir enquanto tomada de posição em torno de diferentes estratégias políticas.

A questão territorial Mura referenciada em um processo cultural e adaptativo, sofre alterações à medida que são inseridos em novos universos de influência com a proliferação das vilas na região de Autazes, repercute na formação das situações e estratégias de orientação política dos Mura atualmente. O entrelaçamento dessas dimensões coordena um processo identitário. A etnicidade Mura aciona cada elemento dessa cadeia, da vivência à história. Se observarmos a condição de exploração que se propaga pelos séculos de contato, referenciado em bases documentais (nos relatórios do SPI do início do século XX, por exemplo) e no repertório da história oral Mura, verificamos que o etnônimo Mura persiste, portanto marcado por elementos diacríticos definidos no tempo e acionados situacionalmente.

A distribuição territorial da região é definida por atos administrativos, a criação de municípios se dá à revelia dos interesses dos índios. Tanto que hoje temos uma cidade Autazes onde metade da área é área indígena. Se adiantarmos o olhar sobre a situação de Novo Céu verificamos que poucas mudanças ocorreram nas práticas dos órgãos oficiais responsáveis pela política indigenista.

Buscamos construir processos definidores de mentalidade e não observamos de forma simples o antagonismo que existe nas regiões de fronteira social. Neste caso as marcas da exploração são atenuadas por relação de parentesco e compadrio, no entanto

há uma determinação política de uso da mão de obra Mura. A condição de tutelados e a orientação de um tutor estabelecido na FUNAI ainda é uma relação a ser considerada pois este elemento que parece do passado compõe o presente. Em todo caso, as evidências em vários depoimentos de lideranças das diferentes aldeias Mura dão conta de que o histórico de atuação do órgão é orientada para interesses vinculados a um patronato regional, na maioria protagonistas da exploração exercida sobre os Mura.

Estes ordenamentos pretéritos e presente ecoando sobre a tentativa de estabelecimento de uma nova relação política institucionalizada nas organizações representativas e nas tentativas de modernização do aparato estatal orientando ações no sentido de dirimir os conflitos, evitando choques muito dramáticos nas possibilidades de tomada de decisão dos afetados.

Assim a questão da recuperação territorial não se dá de forma natural e sem transtornos nas estruturas de poder que orientam essa relação. A quebra dessa estruturas arraigadas na relação social é sempre traumática, mesmo para os dominados. A questão dos espaços sociais na cidade de Autazes, por exemplo, são definidos por características marcantes seja na construção de suas casas, como nos locais freqüentados no centro da cidade. A hierarquia dos espaços sociais orienta a condição social, a distribuição espacial por esse prisma é repositório de um modelo analítico que considera tais variáveis como relevantes.

Considerando os fenômenos sociais, ou seja, os acontecimentos, definimos um processo analítico que recai na dimensão do indivíduo, o sujeito da ação, este enquanto sujeito coletivo, referido na identidade étnica, trás consigo todo o sistema social criado a partir das bases sócio-históricas acima definidas. No entanto essa condição é uma determinante para tomada de decisão influenciando as lutas contemporâneas. O rompimento com as amarras da sujeição se dá de forma gradual à medida que muda o *status* da relação. Essa mudança de *status* se dá de forma diferenciada apoiados em referenciais pré-estabelecidos.

A mudança no *status* da tutela fruto da luta orientada para uma dimensão dos direitos é apropriada de forma sistemática por um grupo de lideranças novas e tradicionais. A consequência e os efeitos da dimensão ético ambiental que os povos da floresta passam a ter enquanto proprietários do discurso do respeito à diferença cultural e principalmente enquanto caudatários de sistemas adaptativos que preservam a natureza, conduz as ações dentro de estratégias etnopolíticas.

INTRODUÇÃO

“De todas as tribus da Amazônia foi esta a que mais extenso território ocupou, espalhando-se da fronteira do Peru até o Trombetas. Sendo que sua sede primitiva foi o Rio Madeira”

(Nimuendaju, 1925: 140)

Neste trabalho faremos um estudo sobre as relações inter-étnicas entre os Mura e os não indígenas na região de Autazes Amazonas. Tomaremos como base os conceitos de “situação histórica” e “territorialização” (Oliveira Fº: 1988, 1998) de forma que possamos apresentar uma interpretação dos mecanismos acionados pelos Mura situacionalmente nas lutas cotidianas em torno da demarcação de suas terras, educação e saúde diferenciadas.

É assim que adentramos no universo da política Mura para a partir de seus referenciais simbólicos, identificar as lideranças protagonistas em tais acontecimentos e de como estes indivíduos obtêm legitimidade diante das disputas pelo poder de representação das bases. Os eventos tomados como referenciais potencializam o aparecimento de novos atores políticos no cenário do movimento indígena Mura.

A produção simbólica realizada pelas lideranças aciona elementos da história Mura, construindo e reconstruindo sua identidade, lutando contra o preconceito na tentativa de mudar o *status* da integração. Tentamos interpretar o processo histórico e a mudança cultural produzidos pelo contato interétnico, no caminho de uma análise “gerativa” (Barth 2000), e assim contribuir com o debate para a construção de uma antropologia articulada com a história.

No primeiro capítulo, apresentaremos a construção do objeto a partir dos elementos teóricos e empíricos constitutivos, explicitando o que será tomado como

objeto da reflexão. Destacaremos, neste capítulo, a abordagem sobre as relações inter-étnicas no período que vai desde as primeiras notícias no século XVIII aos movimentos etnopolíticos atuais.

Em seguida, apresentaremos o processo histórico de construção da identidade Mura e das rupturas na forma de olhar essa identidade por parte de seus detentores. Os conflitos e o estigma aparecem como elementos constitutivos da identidade e pretendemos trabalhar tais processos com base no discurso colonial que imprime uma visão sobre a etnia Mura.

O terceiro capítulo pretende situar a região dentro do sistema ecológico Amazônico. Abordaremos a situação da população Mura frente aos processos sociais na situação de fronteira, observaremos as estratégias para fugir aos estigmas negativos imputados historicamente e a reação através da mobilização política formando um campo discursivo e performático. O conceito de “campo de poder” e “campo político” Bourdieu (2007) ajudarão a refinar, na análise situacional, a abordagem em torno dos protagonistas do conflito.

Apresentaremos uma etnografia das aldeias Pantaleão e Murutinga, na qual buscamos entender as formas de organização social Mura face às ações de natureza política, para compreender a relação entre o poder representativo das organizações indígenas e o poder tradicional nas aldeias. Verificamos estratégias e processos de hegemonia, conflito e equilíbrio definidos a partir das estruturas de poder internas e suas repercussões externas.

No quarto capítulo buscamos os elementos formadores do campo político Mura, as implicações históricas das decisões em torno das estratégias dentro das escolhas possíveis. Trataremos do faccionalismo Mura face aos acontecimentos aqui chamados de “conflitos emergentes” a partir da ocupação da sede da FUNAI em janeiro de 2005 na cidade de Manaus e da ocupação da FUNAI Posto de Autazes em fevereiro do mesmo ano, como uma contribuição analítica das implicações estruturais decorrentes de tais acontecimentos na distribuição de poder político entre os Mura.

Os processos de rupturas, neste caso não apenas rupturas epistemológicas, mas sociais, serão abordadas nesta análise à medida que pretendemos compor uma leitura dos processos sociais em transformação na região de Autazes. Os eventos que estão no centro da ação política Mura ganham importância à medida que põem em questão a ordem social, causando uma perturbação que tem efeitos “performáticos” em que os atores se articulam em torno de um objetivo único de fortalecimento étnico, seguindo

vias diversas em alguns caso em rota de colisão. O tempo dirá quais estratégias são as mais adequadas.

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.

Na história da região amazônica buscamos elementos para um estudo sobre os processos relativos à ocupação territorial Mura. Os processos históricos podem nos levar a entender as correspondências no discurso atual dos Mura, com as práticas sociais do passado. Neste caso, incluem desde as práticas de territorialização coloniais aos processos jurídicos modernos, numa perspectiva de um Estado Nacional pluriétnico presente no texto da Constituição Federal de 1988.

As relações interétnicas no Brasil refletem processos que ficaram obscurecidos pela historiografia tradicional. Estes elementos são constitutivos de uma “história social dos vencidos” Michael Foucault (1990). Os Mura, ocupam vasta narrativa documental no período colonial. Os processos políticos modernos, colocados em prática pelas lideranças Mura na execução das políticas pedagógicas em suas escolas, ou nas ações de saúde, realizam “a busca de um passado esquecido, de lutas reais, de vitórias disfarçadas que continuam presentes, regulada pela brutalidade impressa nas páginas dos códigos”, podemos acrescentar o desrespeito aos direitos recentemente adquiridos. A estabilidade social é construída com base no “equilíbrio da justiça que mascara a dessimetria das forças” (FOUCAULT 1990: 69).

A leitura dos textos e documentos históricos a partir da re-significação simbólica realizada dentro da estratégia de fortalecimento étnico Mura produz um efeito positivo na auto-estima das gerações mais jovens incorporando os elementos daquilo que Bourdieu (2007) chama de revolta contra o estigma. Os elementos que eram tomados como negativos e simbolizavam um *status* inferior, são re-apropriados e dotados de significados novos e são acionados situacionalmente. As indumentárias utilizadas em

eventos oficiais e nas ocupações de prédios públicos se encaixam dentro desta estratégia. Pintar o rosto é simbolicamente relevante nestes momentos, pois tem efeito de representação para fora.

Os Mura foram apresentados ao Ocidente no início do séc. XVIII, mais precisamente em 1714. Depois passaram a figurar nos relatórios provinciais e nas cartas régias como índios de “curso”, portadores de habilidade náutica que lhes favorecia nos combates contra as tropas coloniais.

Pensar o relacionamento entre índios e europeus na Amazônia Colonial, remete a uma tentativa de compreensão da dinâmica estabelecida entre os atores. Os índios tentaram se defender naquela intrincada, difícil e violenta situação. As estratégias de sobrevivência diante do afã conquistador de religiosos, colonos e autoridades representantes da Coroa Portuguesa, oscilam entre a declaração da paz e a submissão aos colonizadores ou o enfrentamento pela guerra de resistência.

Localizar os atores é fundamental para a compreensão das políticas indigenistas na região amazônica. Verificar o papel efetivo de cada um destes, (Diretores, Principais) observando sua prática diante dos textos legais e da realidade que imprimia uma constante ambigüidade no tratamento dado aos índios como veremos a seguir. O Diretório dos Índios de 1757 pretendeu instrumentalizar, através do dispositivo da tutela, a transição do “índio bravo” para a civilização e os Diretores de Índios seriam os executores dessa política. É interessante observar que a igualdade e a liberdade, não era para todos os índios, segundo Patrícia Sampaio (2000) “havia índios mais iguais que outros”. Podemos inferir que os Principais encarnavam o papel de porta vozes, negociando a paz, ou liderando seu grupo nas guerras de resistência, desfrutando de *status* superior fruto da capacidade de comando arregimentada junto à sua tribo.

As ações (estratégias de guerra, negociação da paz, comércio inclusive de escravos) de tais lideranças provocam uma distinção no tratamento dado aos índios aldeados, aliados dos brancos, e aos grupos tribais também chamados de bárbaros ou gentios. Enquanto aos primeiros era garantida a sobrevivência em troca de trabalho escravo, aos outros, o extermínio, as guerras justas eram práticas recorrentes. Os Mura são exemplo de grupo indígena que teve difícil processo de “pacificação”. O responsável pela negociação da rendição dos Mura foi o índio “murificado”¹ Ambrósio. Ele sai deste acordo com a função de Principal.

¹ A “murificação” é uma instituição de incorporação de outros índios à sociedade Mura, fator que segundo Amoroso deve ser levado em conta ao tentarmos compreender a dinâmica da sociedade Mura do século XVIII. A murificação se dava por motivação voluntária de habitar junto aos Mura (no

Segundo Francisco Jorge (1999) a pressão sobre esses índios foi de tal forma que resultou no processo de “auto-pacificação” (1.784 a 1.787), denominada **Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura** que teve início no lugar Santo Antonio de Imaripi, no rio Japurá, seguindo dos rios Madeira, Amazonas e Solimões finalizando em Novo Airão, no Rio Negro.

A auto-pacificação ocorreu quando os Mura pediram a Paz e Amizade aos Diretores dos Índios da Capitania do Rio Negro por estarem cansados dos ataques anuais pelas Tropas Auxiliares da Capitania e enfraquecidos pelas epidemias, pela incorporação de outras etnias e finalmente pela implacável guerra que os índios Mundurucus lhes faziam (op. cit). Este episódio entra para a narrativa colonial na forma de um poema, “Muhuraida ou o Triunfo da Fé” de Henrique Wilckens chefe militar português, descreve, atribuindo ao Bispo o milagre da rendição de tão rebelde população no período de 1784 a 1789.

O passado de beligerância reverbera no século XIX no conflito da Cabanagem que estoura no início dos anos 30 e segue por toda década atingindo principalmente os atuais Estados do Pará e Amazonas. Os Mura, juntamente com os revoltosos são derrotados pelas tropas militares oficiais, após duras batalhas, tendo vencido várias delas. A mais famosa culminou com a morte de Ambrosio Ayres Bararoá líder militar consagrado em batalhas neste e em conflitos anteriores².

A administração sobre os índios se dava ainda pelas prescrições presentes na Carta Régia de 1798. Segundo Patrícia Sampaio (2007), a Carta cria os instrumentos necessários para a formalização do auto-governo dos índios consolidando a figura dos principais como lideranças legitimadas pela Coroa. A tutela ganha novo contorno com o Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845. Este documento é considerado um avanço no tratamento dispensado aos índios. Rita Heloisa de Almeida ao comentar o documento diz que “é sobretudo, um regulamento voltado para a organização da administração dos índios, estabelecendo funções e definindo atribuições” (ALMEIDA, 1999: 40). O diretor de aldeia é instituído como figura tutelar presente nas situações de contato direto com os índios e na intermediação que exerce entre a aldeia e a sociedade abrangente prevendo-se para tanto uma bem ordenada estrutura de apoio. No entanto a aplicação na

tempo da Cabanagem agregaram também negros e ciganos), por adesão imposta aos prisioneiros de guerra ou como forma de fugir aos aldeamentos, “os mura passam a figurar como espaço alternativo” (Amoroso, 1998: 309). Esse instrumento é atualizado na incorporação de indivíduos ao grupo Mura nas situações de fronteira étnica atualmente.

² Vários ataques às vilas e pequenas povoações que pretendiam se instalar por estas paragens no século XVIII

prática não se deu como previsto e os efeitos de tal legislação não teve o alcance pra o qual foi instituída.

A relação entre os índios e os europeus ou primeiros brasileiros na região que compreende a Amazônia remete a uma tentativa de compreensão da dinâmica estabelecida entre os atores e agências à medida que as frentes colonizadoras se estabelecem nas imediações das áreas ocupadas pelos índios. Estes fatores de ordem estruturante irão consolidar o processo de assimilação indígena. Os aldeamentos estabelecem na prática a modificação imposta aos nativos na sua forma de organizar o mundo. A lei de Terras de 1850 marca este processo, possibilitando ver nos instrumentos legais a consolidação da distribuição de terras no Brasil um modelo fundiário pernicioso às populações indígenas.

1.1.O Estado Republicano e as políticas indigenistas.

O formato sócio-político elaborado por Souza Lima (1995) para falar do *governo* dos índios permite perceber como o Estado brasileiro cria os instrumentos que delimitam a fronteira geográfica, definindo “limites internacionais, e a expansão sobre o espaço geográfico por estes incluídos” (1995: 39). As relações estabelecidas com as populações pré-cabralinas definidas por práticas administrativas, criam o que este autor definiu como “poder tutelar”.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910 é a estratégia republicana para controlar as terras e a mão de obra indígena dentro de uma “estrutura organizacional estatizada” (*idem*). Os princípios de governo sobre os “índios” e o aparato redutor das identidades ao generalismo uniformizante é por meios um pouco mais sofisticados a consolidação da “guerra de conquista” referida no modelo agrário autoritário e patrimonialista.

A sobrevivência dos Mura enquanto grupo neste contexto reúne as especificidades concernentes aos processos de manutenção da fronteira étnica, mesmo sobre a pressão assimilacionista, conseguem manter a alteridade. Os elementos configurados em cada uma das situações históricas perfazem um todo descontínuo e esquemático que tentaremos interpretar.

Os relatórios do Serviço de Proteção ao Índio de 1912 revelam as práticas de exploração da mão de obra Mura com pagamento baseado no endividamento, além de apresentarem as atrocidades contra a população Mura desta região. A forma de

resistência encontrada pelos Mura é o deslocamento para áreas de cabeceiras, longe dos brancos à medida que se distanciavam das calhas principais, aldeias como Çaçaima, Muratuba, Igarapé Açu são exemplos desse processo. O SPI definiu no ano de 1917 limites de vários lotes de terra, correspondentes aos Postos Indígenas responsáveis pela tutela dos índios Mura na região que hoje corresponde ao município de Autazes³.

A visão protecionista que engendrou a criação do SPI inspirada na visão rondoniana de “morrer se preciso for matar nunca”, ao longo dos anos parece ter sido esquecida. As notícias sobre a atuação do SPI vindas da década de 50 dão conta de um quadro de corrupção endêmica, com funcionários colaborando com empresas e particulares na dizimação dos índios principalmente nas áreas de fronteira. Distribuição de cobertores contaminados por varíola e outras doenças e incidentes com NAPALM são mencionados nos autores Davis e Menget (1982). Observamos que tais práticas de extermínio de índios compõem um quadro que tende a se manter na ordem direta da expansão dos limites das frentes de exploração agrária e mineral no país.

Em 1967 após enxurrada de críticas internas o governo acaba com o SPI e cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O discurso dos militares é composto de uma retórica geopolítica que se funda no discurso anti-indígena, segundo Ministro da Defesa “o maior obstáculo para a integração da Amazônia reside na presença de uma população indígena relativamente pequena somando aproximadamente dois terços dos últimos indígenas do país” (DAVIS & MENGET 1982: 44)⁴.

No final da década de 80, os Mura se mobilizaram contra a prefeitura de Autazes reivindicando o direito sobre a área conhecida como Terra Indígena Pantaleão. A área foi destinada aos Mura no início do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio, mais precisamente em 1917 (Doc. ANEXO II.). Essa área, hoje está totalmente tomada pela área urbana da sede do município de Autazes.

O prefeito da cidade no período, Ivan Éter, alegava que aquelas pessoas que reivindicavam a área não eram índios, e sim “caboclos preguiçosos” (Relatório Funai GT Port. s/n 1988). Os Mura apesar do preconceito, e das mudanças culturais, se mantinham fieis à sua identidade étnica referida territorialmente naquele “lugar”. A

³ Ver documento em anexo.

⁴ Seguindo esta leitura do cenário para a Amazônia, a proposta de emancipação dos índios da década de 70 é uma tentativa de por em prática os efeitos da extinção de direitos. Os militares pretendiam estimular a ocupação da Amazônia. Neste caso, cabia a eles prepararem este caminho com a retirada da responsabilidade tutelar do Estado sobre as populações indígenas. Os índios que já não apresentassem mais os traços da indianidade deveriam ser desconsiderados como detentores de direitos. Os Mura se enquadram no tipo de grupo étnico cuja força de mobilização política e de manutenção de uma fronteira social delimita as relações interétnicas em Autazes.

idéia de territorialidade, segundo Paul Little (2000) é entendida como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se em seu território ou homeland”. Acrescenta que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita, depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente de condutas de territorialidade de um grupo social “implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2000: 03).

No caso dos Mura as implicações motivacionais da mobilização pelos direitos territoriais são referidas por aspectos políticos bem definidos. Neste caminho pretendemos encaminhar as discussões em torno dos conceitos grupos étnicos e dos processos de territorialização. Aqui buscamos compreender os processos de territorialização, segundo João Pacheco de Oliveira (1988, 1999) definidos em torno de situações que engendram uma dinâmica intersocietária de conflito, onde a situação histórica leva o grupo a ter no território o elemento unificador, contra, ou sob influência de pressões exercidas por outros grupos sociais ou pelo governo.

“A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, 2) a constituição de mecanismos políticos especializados 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.” (Oliveira Fº, 1999: 21,22)

O processo de territorialização se faz evidente no período que vai se prolonga pela década de 80 até os dias atuais em que grupos de indivíduos de comunidades anteriormente chamados de caboclos passam a reivindicar o pertencimento étnico e a demarcação de seus territórios. Para Oliveira Fº a etnicidade supõe necessariamente uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência privada individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até

mesmo o reforça. “É da resolução simbólica e coletiva dessa tradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.” (p. 30)

A busca de reconhecimento territorial configura a sedimentação dos mecanismos de representação, que possibilitou a construção de alianças externas, e a elaboração de um projeto de futuro que não havia antes deste movimento. A definição de limites de pequenos lotes para os Mura pelo SPI em 1917 e a conseqüente liberação do restante das áreas para a exploração agropecuária, cria um dispositivo que obriga a convivência e transforma as áreas Mura em pequenos enclaves, cercada de fazendas, para os quais servem de mão de obra. Estes mesmos dispositivos são acionados pelas lideranças Mura em nome do reconhecimento destes territórios hoje ocupados em parte por fazendas, vilas e cidades que expandiram suas cercas com o passar dos anos sobre as áreas destinadas aos Mura.

Em suas lutas contemporâneas, os Mura buscam a simetria na relação com a sociedade envolvente. Firmam acordos dentro da normatividade jurídica, se reúnem em torno de organizações de caráter público, para atuarem junto aos órgãos governamentais e não governamentais, inaugurando uma fase de protagonismo político, sedimentando os processos de autodeterminação.

Ao analisarmos os contextos na perspectiva do protagonismo Mura, estamos nos referindo a um processo de ocupação de espaço nas instâncias decisórias, lugar antes reservado à ação institucional, realizada por agências estatais, missões religiosas e Organizações Não Governamentais – ONGs.

1.2. As Organizações Indígenas Mura

O Conselho Indígena Mura (CIM), nasce no início da década de 90 com o objetivo de organizar a luta política dos Mura de Autazes. Possui uma estrutura montado como uma sede, barcos, voadeiras, motores de popa. As dimensões simbólicas da indicação de membros para representação nos conselhos da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), nos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e Saúde, fazem parte da estrutura de poder do CIM.

O CIM tem na assembléia geral sua instância máxima de decisão. Nestas assembléias votam os tuxauas representantes de cada aldeia, assim como coordenadores representantes de organizações indígenas Mura vinculada ao CIM. A atuação do CIM

com o trabalho político nas bases⁵, contribuiu para que várias outras organizações tenham surgido ao longo dos anos 90, entre as quais a Organização de Professores Indígenas Mura (OPIM); Org. de Agentes de Saúde Indígena Mura (OASIM); Organização de Mulheres Indígenas Mura (OMIM); Organização dos Estudantes Indígenas Mura (OEIM); Associação dos Produtores Indígenas Mura de Autazes (APIMA).

Entre as organizações Mura de Autazes, a primeira que surge como dissidência ao CIM, pois não representa um segmento dentro do povo Mura, buscando representar o próprio povo é a União dos Povos Indígenas Mura Apurinã e Sateré – UPIMAS fundada em 2003. Esta, além de congregar outras etnias, pretende atuar como alternativa ao CIM na captação de recursos e no desenvolvimento de projetos. A área de abrangência desta organização e de suas ações ultrapassa os limites das aldeias do município de Autazes, abrangendo áreas do município de Itacoatiara, Borba, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Manaquiri, Itacoatiara ou como dizem as lideranças, “onde tiver Mura”.

Um grupo de professores Mura, membros da OPIM, vem atuando como apoio às ações da prefeitura, estes são funcionários e recebem salário. Atuam não em forma de uma organização representativa nos moldes anteriormente definidos. Porém em suas atividades possuem grande prestígio, coordenam o Setor de Educação Escolar Mura (SEEM), que funciona na Secretaria Municipal de Educação de Autazes. São estes que definem a política pedagógica a ser adotada nas escolas indígenas Mura e todo este setor da municipalidade é dirigido pelos próprios professores.

Os Conselhos Distritais de Saúde tem participação efetiva de lideranças das aldeias Mura, ao mesmo tempo em que participar do conselho torna o indivíduo uma liderança, cobrando ações eficazes em torno do funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, projetadas para fora na forma de manifestações organizadas. Estes temas tem sido foco de freqüente debate e cobranças públicas das organizações indígenas de Autazes. A tática de ocupação dos prédios públicos tem funcionado como alimentador destas batalhas pelos direitos diferenciados.

O que dá poder e prestígio a determinado indivíduo dentro do seu grupo para torná-lo líder? As dimensões de interlocução assumidas por determinados indivíduos na relação entre os Mura e a sociedade envolvente, através da atribuição do poder de representação político, são definidas segundo quais critérios? Está apoiada numa base

⁵ O termo “base” é tomado do discurso das lideranças indígenas Mura para definir as aldeias que dão lastro ao poder político que é exercido por tais lideranças.

de poder endógena, aparelhada nas estruturas internas de poder tradicional, ou dependem também de requisitos pragmáticos como escolaridade?

Quais são os requisitos transitórios que as estruturas tradicionais de distribuição de poder têm que dialogar? Quais os predicados estabelecidos para funções como: agente de saúde, professores e além das demandas de pessoal da própria burocracia necessária para o funcionamento das organizações (cargos de assessores e técnicos).

Na perspectiva da autodeterminação, os Mura lutam para criar condições de assumir com recursos humanos próprios funções estratégicas no gerenciamento da burocracia. Entre os Mura de Autazes esses elementos evidenciam-se nos espaços de atuação política. O **campo político** (Bourdieu, 2007) comporta uma luta pelo poder sobre a representação legítima das bases.

A questão da etnicidade e do processo de territorialização novamente se faz ordenado dentro de uma dinâmica onde os acontecimentos em torno de uma situação histórica que se configura a partir da ocupação da sede da Administração Regional da FUNAI em Manaus no dia 03 de janeiro de 2005 por um grupo de dez índios Mura liderados pelo tuxaua Antonio Mota da aldeia Tauari do município de Autazes. A reivindicação estava em torno da demarcação das áreas Mura do município de Autazes. A administração da FUNAI não manifestou interesse em atender as demandas apresentadas pelos mesmos, o que motivou um ato de rebeldia com o acampamento do grupo Mura no local. Buscavam ser ouvidos pelo presidente regional, no entanto esta reivindicação não foi atendida.

A cobertura da imprensa contribui para a amplificação do acontecimento, tornando objeto de debate público. Indigenistas, antropólogos, jornalistas, intelectuais e curiosos passam a falar do fato de ter um grupo de índios Mura acampados aguardando uma audiência com o diretor regional. No dia 04 de janeiro, o CIM/OPIM instância máxima das organizações indígenas de Autazes com credibilidade institucional, publica um Ofício⁶ no qual repudia as ações e desconhece o título de tuxaua do Sr. Antonio Mota. O desdobramento deste episódio é o apoio dado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e do movimento indígena regional aos “Mura rebeldes”. No final da primeira semana de ocupação mais de uma centena de índios de várias etnias (Sateré Mawé, Ticuna, Baniwa, Mura, Munduruku) moradores das proximidades de Manaus e dos bairros da capital juntavam-se aos dez primeiros Mura que ali resistiam.

⁶ Ofício 002/05 CIM/OPIM de 04/01/2005.

Analisaremos este processo em detalhes um pouco mais adiante, na tentativa de interpretar a dinâmica do faccionalismo Mura em Autazes, pois os desdobramentos das ações de ocupação da FUNAI em Manaus irão repercutir posteriormente na ocupação dos Postos Indígenas do interior. O primeiro a ser ocupado é o posto de Autazes no dia 14 de fevereiro de 2005, onde a principal reivindicação é à saída do chefe de posto Aldo Monteiro. É possível observar em tais ocorrências como os Mura definiram estratégias políticas e como tais manifestações públicas produziram um re-ordenamento na dinâmica sócio política em Autazes.

CAPÍTULO 2. INTERPRETAÇÃO E DESCONTINUIDADE NA HISTÓRIA MURA.

Pensamos a Amazônia tomando um caminho de fuga da obviedade das manifestações e das apologéticas formas de ver o real como uma entidade que se encerra em si mesma. A relação entre fatos históricos e suas possibilidades de interpretação, que conduzem a uma exegese dos circuitos multidimensionais construída pela historiografia tradicional, nos remete a uma “arqueologia” do saber sobre a etnia Mura.

Buscamos nos elementos presentes nos registros coloniais, fundamentos que justificassem o emprego do etnônimo “Mura” de forma depreciativa. Vimos a princípio

que este não seria um trabalho difícil, pois os relatos estão prenhes de referências aos “índios de corso”, “traíçoeiros” e “ladrões”.

Este grupo estigmatizado negativamente na crônica *setessentista* (cf. Amoroso 1998), resiste, busca a partir de elementos do presente, marcar sua identidade e sua territorialidade. Na região, o termo Mura, ainda é empregado no sentido depreciativo, é uma evidente tentativa de desqualificar alguém. Através do epíteto tenta-se rebaixar a pessoa de comportamento arredio, acanhado, de poucas falas. É uma forma de chamar de pária da sociedade, indivíduos de segunda classe.

Por que se referir a tais indivíduos como Mura, mesmo na ausência da auto-afirmação procedendo de forma interrogativa acintosa “tu é será Mura?”. Sabemos que chamar de índio, também é uma prática semântica discriminatória na região. O termo caboclo que seria a categoria transitória entre o índio e o civilizado, também sofre essa pecha de distinção, nivelando indivíduos por baixo.

Partimos em busca de nosso objeto assim como recomenda Pierre Bourdieu, tomando como “objeto os instrumentos de construção do objeto, realizando a história social das categorias de pensamento do mundo social”. Acrescentando que a “**realidade** (objeto de estudo privilegiado por alguns) é em primeiro lugar uma representação, depende, portanto tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento”. As ciências sociais precisam classificar para conhecer, tem a tarefa de “pôr corretamente os problemas das classificações sociais e de conhecer tudo o que no seu objeto, é produto de atos de classificação, assim fazer entrar na sua pesquisa da verdade das classificações o conhecimento da verdade dos seus próprios atos de classificação”. (BOURDIEU, 2007:107,111).

Buscamos entender os processos de classificação produzidos por autoridades competentes no ato de descrever a realidade objetivando-a. A investigação científica é um processo que tem como finalidade adquirir um conhecimento objetivo, e de ser verdadeiro com determinados aspectos da realidade, a fim de utilizá-la para guiar nossas práticas. A prática científica tem demonstrado que a investigação é um conjunto de processos específicos ligados por múltiplos *nexus*, e que se realizam em diversos níveis de abstração, que dão conta da complexidade do processo de investigação. Portanto a investigação não segue modelos ou esquemas rígidos nem é uma série de etapas ligadas mecanicamente.

Esse aporte intelectual refere-se ao cuidado com as fontes. No caso da Amazônia, poder-se-ia dizer que os intérpretes, especialistas na comunicação com o outro sob suas múltiplas formas, “viriam encontrar nas ordens religiosas seus primeiros

continuadores teóricos e práticos de um saber que não cessou de se acumular oficialmente, reproduzido pelo sistema de ensino, podem ser remetidos muitos dos planos para civilização de índios surgidos do período colonial ao Serviço de Proteção ao Índio” (SOUZA LIMA 1995: 60).

Daí institui-se várias formas de poder sobre os índios: a) Poder missionário da Igreja; b) Poder soberano exercido pela coroa Portuguesa face à população aliadas ou inimigas; c) Poder de um Estado Nacional, período imperial e pós-independência, estatização sob a forma de “poder tutelar”, aparelho de governo, código jurídico extensivo a todo território nacional.

Seguindo essa proposta, pretendemos entender a dinâmica estruturante das relações sociais que estão ocultas sob a estabilidade do direito, calando os gritos de guerra, sob o equilíbrio da justiça a dessimetria das forças. Inserimos nossa análise no campo das interpretações Ricoeur (1997) e buscamos referências no debate sobre “história e descontinuidades” inspirada na proposta de Foucault (1994), justamente pra definir rupturas e descontinuidades buscamos nos elementos históricos discursivos sobre os Mura, e sua representação contemporânea a matéria prima para nossa proposta analítica.

2.1. OS ELEMENTOS ANALÍTICOS DA ANTROPOLOGIA NA HISTÓRIA MURA.

Pretendemos localizar os Mura na narrativa histórica sob a perspectiva da “descontinuidade”. Lançaremos o olhar sobre a relação de contato entre os colonizadores europeus na busca das riquezas do Novo Mundo, e o grupo tribal extenso, que recebeu a alcunha de Mura. De tal forma buscamos relacionar eventos e perceber como a relação se processa.

Os elementos da história Mura tomados como referência estão dentro da classificação de “evento” utilizada por Paul Veyne (1984, apud Sahlins 2007), onde o “evento” representa “uma diferença, é algo que se destaca contra um fundo de uniformidade (...) algo que não poderíamos saber *a priori*” (1984: 5). Na história, sob sua forma clássica, o descontínuo era ao mesmo tempo o dado e o impensável. Portanto deveria ser apagado pelo discurso do pesquisador, contornado, reduzido, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos.

As ações humanas são tomadas em sua importância histórica pelo significado que toma para quem narra a história. “A história é histórica, por que existem ações sem paralelo que têm importância e outra que não tem; homens de peso e outros que não tem; uma batalha perdida, um líder que morre precocemente resulta num destino mudado” (Ricoeur, 1965: 90 cf. Veyne, 1984, 31 *apud* Sahlin 2007). Os eventos históricos, portanto estão dentro deste sistema estruturante das ações humanas.

A história é então pensada como um conceito em que o trabalho não cessa de especificar: não é mais vazio puro e uniforme que separa com uma única e mesma lacuna duas figuras positivas; ela toma uma forma e uma função diferentes segundo o domínio e o nível aos quais a aplicamos.

A noção de descontinuidade é ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa “as disciplinas históricas cessaram de ser a reconstituição dos encadeamentos (situados) além das sucessões aparentes; elas praticam de agora em diante o acionamento do descontínuo”. (FOUCAULT 2001: 16) É um novo estatuto o da história.

Desta forma, tomamos os documentos do início do século XVIII dando a localização em 1714⁷ de índios Mura na região do rio Madeira e alguns de seus tributários entre eles, o Maici e Marmelos. Segundo tais relatos estes se autodenominavam **buhuraen**, **buxwaray** ou **buhurahay**. O termo “Mura”, portanto do ponto de vista das classificações e determinações de existência, é uma criação da empresa colonial.

Pela barreira imposta às frentes coloniais, os Mura foram definidos como belicosos e hostis. Não foram poucas nem localizadas as guerras nas quais estavam envolvidos os Mura. Relatos diversos dão conta da presença e ataque dos Mura numa vasta região que compreende hoje ao que conhecemos como Amazônia. Principalmente na região do médio Rio Negro, por toda a extensão do rio Madeira e Amazonas.

Essa visão sobre os Mura vai reverberar nas crônicas dos viajantes e nas Cartas Régias, em descrições como criaturas abomináveis, ladrões cruéis e traiçoeiros. É como inimigos dos brancos que entram para a história.

Marta Amoroso (1992) enfatiza elementos do período *setessentista* que configura os Mura como “índios de *corso*”. Sua marca registrada são ataques surpresas a embarcações e povoações locais, segundo os registros, “saqueando e apavorando a população que no início da ocupação colonial da Amazônia se aventurava por regiões

⁷ O primeiros registros sobre os Mura estão na carta do Pe. Bartolomeu Rodrigues ao Pe. Jacinto Carvalho sobre as terras, rios e gentio do Madeira. (cf. Santos 1999:71; *apud*. Serafim Leite. História da Companhia de Jesus o Brasil. Tomo III, rio de janeiro/ Lisboa, Livraria Portuguesa, 1943: 393-395).

ainda inexploradas” (AMOROSO 1992: 23). São essas visões que se definem como verdadeiras, já que constam nas Cartas régias e Relatórios de Governadores da Província, ao registrarem o processo da ocupação colonial.

Amoroso apresenta os elementos que definiam os Mura, no cenário amazônico com suas correrias e incursões impedindo o estabelecimento dos portugueses seja através dos aldeamentos missionários ou das guarnições militares. A aldeia dos Abacaxis fundada pelos jesuítas em 1712 teve cinco localizações diferentes, sendo que todas as mudanças foram motivadas pelas perseguições e ataques atribuídos aos Mura. Em 1759 esta localidade foi elevada a vila de Serpa (Itacoatiara). Por quatro vezes eles fizeram Trocano (Borba), que se originou de uma missão fundada pelos jesuítas em março de 1728, mudar de colocação face aos seus ataques⁸.

As missões jesuítas marcam a presença européia, interferindo diretamente nos sistemas tribais à medida que provocam mudanças no sistema social indígena na forma de trabalho compulsório. O sistema de vida imposto nos aldeamentos referenciava um cenário, delimitando os espaços e as relações de poder⁹.

Para Marta Amoroso, os aldeamentos são a “civilização” em contraponto as florestas que são o lugar dos selvagens, eram unidades produtivas que dependiam do controle que exerciam sobre os índios através do monopólio das operações de produção, que estavam vinculadas ao mercantilismo.

Os índios que pudessem ser domesticados, e submetidos nos trabalhos das missões eram aldeados e destribalizados, aos irreductíveis, era reservada a aplicação da *guerra justa*. Os Mura se enquadravam na segunda opção.

Ataques descentralizados eram atribuídos aos Mura, o que fez com que a Companhia de Jesus, tentasse sem sucesso, iniciar um processo crime contra eles, conhecido como “Os autos da devassa do Gentio Mura” (1738-39). O padre José de Souza afirmava que os Muras provocavam muitas desordens, que haviam matado muitos índios remeiros das canoas que iam ao Madeira para colheita de cacau, relata também que haviam matado um homem branco e tinham “atacado a aldeia jesuíta de Santo Antonio”, saqueavam os seus bens, roubando canoas possantes, com as quais estavam praticando muitas insolências por aqueles sertões” (CEDEAM 1986: 12).

⁸ Cf. Amazonas, (1852:62-64); Almeida, (1860: 30-31); Marcoy, (1867: 105), In Oliveira, Adélia de 1978: 11.

⁹ A presença da igreja não pode ser considerada menos danosa do ponto de vista das relações interétnicas por adotarem uma prática branda de aldeamento dos índios. Pois do ponto de vista da cultura o massacre feito pelos religiosos foi igualmente danoso.

Segundo Anônimo, o processo crime contra os Mura é todo forjado haveria testemunhas que tinham interesse na coleta e comercialização do cacau, “algumas das quais moradoras em Belém, com ofícios urbanos, e que nada saberiam dos índios” (Anônimo *apud* Moreira Neto 1993: 250), ou do Rio Madeira, onde os depoimentos eram falsos incriminando o Mura. Tinha como objetivo obter da Coroa, a legalização da *guerra justa* contra o grupo indígena. A Junta das missões não aprovou a guerra, alegando que as testemunhas e a Companhia de Jesus, forjaram os depoimentos, pois tinham interesse no negócio da coleta das drogas do sertão (cf. Santos 1999).

A mão-de-obra indígena era imprescindível para a coleta das drogas do sertão e para o desenvolvimento dos povoados. A implantação dos aldeamentos jesuítas no rio Madeira na segunda metade do século XVIII teve importância estratégica para a viabilização do projeto colonial português, pois *descer* índios era papel privilegiado dos missionários. Vejamos o que diz o Pe. João Daniel em 1757 sobre os Mura:

“...a nação Mura também tem muita especialidade entre as mais. É gente sem assento, nem persistência, e sempre anda em curso, ora aqui; e tem muita parte do rio Madeira até o Purus por habitação. Nem tem povoação alguma com formalidades, mas como gente de campanha, sempre anda em levante, e ordinariamente em guerras, já com as mais nações, e já com os brancos, aos quais querem matar, ou tem ódio mortal” (Pe. João Daniel, 264)¹⁰

É interessante observar neste relato o trecho que fala sobre o “ódio mortal” que os Mura manifestavam contra os brancos. Segundo este cronista, um missionário jesuíta fez acordo para que um grupo de Mura fossem viver em uma missão localizada no rio Juary afluente do Madeira, o missionário havia lhes prometido víveres, panos e ferramentas, ia vesti-los e sustenta-los, até que tivessem suas roças.

Um comerciante português ao saber desse acordo, preparou-se com uma barca e foi até o local onde estavam os Mura, se fazendo passar por enviado do missionário, que os mandara buscar, pois já havia preparado roças casas e panos. Os Mura embarcaram, tantos quantos couberam na barca ao invés da missão, foram vendidos como escravos, “...grandes e pequenos, homens e mulheres, de que trazia abundância, mancebos e

¹⁰ Padre João Daniel (1976) Tesouro Descoberto do Rio Amazonas, Anais da Biblioteca Nacional. Vol 95, tom 1 e 2, Rio de Janeiro, In: Francisco Jorge, Além da Conquista, p. 74 e ss.

velhos...” quando os demais Mura souberam do ocorrido passaram a devotar “ódio entranhável aos brancos, a que estes mesmo deram muita causa”¹¹. Neste breve trecho da narrativa do Pe. João Daniel aparecem as condições definidas como necessárias para a dominação segundo os termos e conveniências criados pelo colonizador. A conseqüente revolta dos Mura representa de tal modo uma posição de defesa de seu território e da integridade física dos seus membros face ao nefasto futuro diante dos colonizadores.

Tais acontecimentos remetem ao fato de que os Mura estavam em plena expansão territorial na segunda metade do século XVIII¹², período da descoberta do ouro em Mato Grosso. Os Portugueses se movimentavam de barcos pelo rio Madeira. Resguardar a comunicação entre as Capitanias do Mato Grosso, Pará e São José do Rio Negro, a ligação era somente por via fluvial, as mercadorias deveriam ser supridas. Foi exatamente neste período, que os Muras conheceram as armas de fogo. Segundo Anônimo:

“O sargento mor João de Souza, o primeiro a conduzir pelo rio Madeira um comboio de canoas do Pará ao Mato Grosso, teve com este gentio encontros renhidos cara á cara, de que há memória, e que estes gentios nunca poderão incetar pela desigualdade das armas. Apesar do esforço de milhares dos combatentes nada fizeram, antes nelles, com os bacamartes, e arcabuzes de que ia mundo, horrorosa matança que os escarmentou”.(Anônimo apud Moreira Neto, 1988:251).

Após esse incidente os Mura nunca mais enfrentaram os portugueses abertamente, passaram a usar o conhecimento que possuíam do ambiente e da navegação pelos rios para surpreender os barcos que navegavam o rio Madeira. Por volta de 1749, José Gonçalves da Fonseca, que fez a primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé, por ordem do governo, sofreu, com sua tropa, assaltos dos Mura que se valeram da escuridão da noite para disparar flechas contra índios da expedição.

Outra autoridade colonial que contribui para a narrativa da impressão sobre os Mura é o Ouvidor Sampaio, que após viagem pelas povoações da Capitania de S. José do Rio negro em 1774-1775, trás as seguintes observações:

¹¹ Idem, 264-265.

¹² Cf. Santos (1999), Moreira Neto (1995), Amoroso (1998).

“...as terras do madeira são muitos férteis. O cacau lhe he naturalíssimo. As árvores delle se estão vendo à margem em grande numero, e muito frondosas. He porem assaltado do Mura, gentio de corço, e que somente vive da caça, pesca e frutas do mato. Accomente sempre a seu alvo, fazendo emboscadas, principalmente nas pontas da terra, em que costuma haver correntezas; porque enquanto as canoas trabalham a passalas, de cima despendem uma multidão de flechas. Os seus arcos excedem a altura de hum homem. As pontas das flechas são guarnecidas de largas tacoaras, isto he, pedaços de uma cana rija chamada taboca, largos de quatro dedos, e compridos palmo e meio, com uma agudíssima ponta que penetra muito, e faz mortais golpes”(Sampaio, 1985:26-27, apud Perez 1997:4)

A expansão dos Mura e a sua situação de conflito com a Coroa parece ter atingido o auge por ocasião da viagem do ouvidor geral Francisco Xavier de Sampaio em 1774-1775, pelas povoações da Capitania de S. José do Rio Negro. Por essa época os relatos dão conta de que os Mura colocavam em permanente desassossego as povoações do Solimões e do rio Negro, afugentando outras nações indígenas e impedindo o aumento da agricultura por causa de seus ataques e incursões.

Desta viagem resulta um roteiro que segundo Rita Heloisa de Almeida (1997) pode ser considerado uma das primeiras etnografias dos índios do Amazonas. “É etnográfico como intento consciente de registrar costumes e diversidade de nações. Constata a variedade, tal com fizeram os observadores quinhentistas, mas não homogeneiza”. Segundo esta autora, sua forma de agir era condizente com sua função, “ele é um magistrado que usa a verdade como medida de aplicação da justiça, em suas digressões chama a atenção para o aspecto fabulador do entendimento a cerca do que se observava” (Almeida, 1997: 14).

Nos escritos do Ouvidor Ribeiro de Sampaio aparecem registros sobre a sorte reservada aos índios aldeados. Pode-se ler o seguinte de sua passagem por Alvellos (Coari): “tem sido esta povoação augmento em vários descimentos, mas no anno presente tiunha padecido grave diminuição, por causa do contagio das bexigas, morrendo delle muitos índios, e desertado outros para os matos, como costumão nessas

ocasiões”. Na localidade de Nogueira, consta a mesma realidade das bexigas, contudo “ela se conserva em bom estado pelos descimentos que tem tido” ¹³.

Em 1775, aportou na vila de Borba uma guarnição para defesa contra os Muras, que apesar disso, “tão atrevidos e terríveis eram que tinham a praça em contínuo sobressalto, afugentando possíveis moradores”. Para Sampaio, o rio Manacapuru “seria comodíssimo para se formar huma povoação, e que muito utilizaria esta capitania, se não dificultasse este estabelecimento as hostilidades do gentil Múra, povoação de que necessita para encher o intervalo despovoado, que medêa da foz do Rio Negro até Coari. Indica O rio Autaz (“Uautás”) como “povoadíssimo do Mura”, e o lago “Cudaiás” como “assíduo domicílio desse índio que daí estendem as suas incursões ao rio Negro pelo Uniní, e Quiyuní, que ambos desaguão nele...”. O Ouvidor Sampaio fala também que o rio Coari foi antigamente povoado de varias nações, que desapareceram, depois que os Muras estenderam até ali as suas correrias (Sampaio 1825, apud Oliveira 1978: 13-ss).

No período de (1783 – 1792) Alexandre Rodrigues Ferreira, viajou em caráter oficial, pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá e suas notas refletem a visão de sua época com relação à questão dos índios, pois até então a prática era submeter os índios pelas armas. Entre as medidas por ele indicadas está uma guerra contra os Muras¹⁴.

Ele diz que “as hostilidades e crueldades do gentio Mura, principalmente na capitania do Rio-Negro, têm também sido, pelo espaço de tempo de todos os sobreditos governos, outro reconhecido e inseparável obstáculo contra o maior progresso da lavoura e do comercio d’aquelles oprimidos moradores”¹⁵.

“Onde pretendiam extirpar a nação dos Jupiças, e sahi ao Iça e Solimões a matar como dizião, todos os brancos e índios que achassem no negócio, e que logo emcorporados com uma partida de sua nação passarão as povoações e roças de Alvarães, Nogueira e Ega, a matar os brancos e Índios moradores, reservando os rapazes e raparigas para seus escravos, a cujo fim obrigarão aos índios prisioneiros a fazer farinha e bejú recomendando aos índios que trabalharão nas flexas as fizessem que não quebrassem” (apud Amoroso 1994:25)

¹³ Sampaio (1985:156-157 apud Perez 1997).

¹⁴ Ferreira (1887:69 e ss apud Oliveira 1978:15).

¹⁵ Ferreira (1887:55, idem op. Cit.).

Entra na história dos Mura Henrique Wilkens que ao tomar conhecimento dos planos dos Mura, lhes deu combate. Quando “se soube com certeza pela relação dos índios que os Mura intentarão assaltar o logar de Santo Antônio no dia 16, para que tinham muita farinha, canoas furtadas, e flexas que tudo se lhes destruiu e quebrou, e se deu morte a 12 ou 14 Mura”¹⁶.

Os combates contra os Mura passam a ser sistemáticos, operando através da dinâmica dos rios, pois os colonizadores, através de informações de guerra passam a conhecer a dinâmica dos rios, desta forma aprendeu que nos períodos de cheia seria mais fácil acessar as cabeceiras onde estavam localizados os Mura.

2.2. OS MURA E A AUTO PACIFICAÇÃO.

Reprimidos pelas freqüentes expedições punitivas, doenças e guerras tribais em 1784, comandados por seu tuxaua, o índio “murificado” Ambrosio, celebrou o acordo que ficou conhecido como a “voluntária redução de paz” com os portugueses na localidade de Santo Antonio do Maripi, situada o baixo Japurá. O índio Ambrósio esclarecia que os Mura estavam dispostos a cessar suas hostilidades e se comprometiam a fornecer produtos do sertão. Logo diversos outros Mura apresentaram-se em lugares como Tefé, Alvarães e Borba e, por volta de 1786, os Mura diziam-se estar em estado de paz.

Para abrigar os Mura, foram fundados os aldeamentos de Imaripi, Manacapuru, Piauirini, Mamiá, Guatazes, Ayrão e Piraqueauara. Aos diretores desses aldeamentos, foi determinado que fizessem censos para se obter dados sobre o número de moradores dessas aldeias. No entanto, conforme carta do Diretor da Santo Antônio de Borba de 1788, não era possível saber ao certo quantos Mura viviam aldeados “porquanto dos referidos, Muras senão acho aqui grande quantidade, pois foram muitos para os lagos apanhar tartarugas e peixes boys, para seu sustento e outros para os matos ás castanhas, levando consigo suas mulheres e filhos como sempre de costume” (apud Amoroso 1994:54).

As estimativas em termos numéricos da população Mura ao tempo da pacificação, era de “60.000 almas”. A suposição era de que, se estavam dispersos por uma área tão grande, deveriam ter sua população homogeneamente distribuída. Para

¹⁶ Idem op. cit. p. 23

Moreira Neto (1988) esta estimativa não parece exagerada, considerando-se o imenso território no qual são referidos, mesmo que a referência apareça como combate.

Amoroso (1992), no entanto, destaca ser necessário fazer uma revisão de tal estimativa, na medida em que a vasta área identificada como território Mura no século XVII, não correspondem a um espaço de ocupação contínua e permanente¹⁷. Acrescente-se ainda, o fato de que os Mura agregavam pela guerra ou pela adoção pacífica outras etnias em sua sociedade, sendo, portanto necessário levar em conta, no dimensionamento da população e do território, a prática da “murificação”¹⁸.

Entre os documentos reveladores da dinâmica intersocietária no período colonial a Carta Régia de 12 de maio de 1798, responsável pela abolição do Diretório dos Índios (1757-1798) segundo Patrícia Sampaio (2007), cria os instrumentos necessários para a formalização do autogoverno dos índios consolidando a figura dos Principais como líderes legitimados pela Coroa, além disso:

“A Carta operou mudanças importantes e, entre elas, destacamos a liberdade de comércio e o acesso livre de moradores às terras indígenas, o fim da chancela da Coroa às operações de descimento e a liquidação dos bens do Comum das povoações. Por outro lado, a instauração do autogoverno dos índios, a reiteração da liberdade e da igualdade entre os vassalos, a implantação do regime tutelar para populações indígenas independentes (não-residentes nas vilas coloniais) e o incentivo à miscigenação não eram temas novos e, nestes casos, a Carta reiterava princípios recorrentes na legislação colonial”. (Sampaio 2007: 42)

Sobre os aldeamentos Mura, o cônego André Fernandes de Sousa, no início do século XIX mostra que não se tinham tomado providências para aldear a Nação Mura e afirma que: “Quando todos os gentios no Rio Negro são tratados como escravos, os indivíduos d’esta nação tratados com respeito”¹⁹. Estes elementos nos levam a interpretar os desdobramentos da posição adotada pelos Mura ao se distanciarem o quanto possível da relação de convivência contínua com os brancos. O treinamento militar sob o regime de alistamento compulsório permite entender o poder de

¹⁷ Esta vasta configuração espacial se apresenta no presente de forma bastante marcada pelos processos de etnogênese nas comunidades rurais de vasta região.

¹⁸ Moreira Neto op. cit. p 107; Amoroso op. cit. p. 11-13.

¹⁹ Apud Oliveira 1978:17.

organização dos Mura apresentado depois na participação da guerra da cabanagem.

A redução voluntária de paz dos Mura, se configurou para o Capitão-Tenente Lourenço Amazonas, como uma oportunidade única que, porém foi perdida. Para ele, os Mura eram úteis aos povoamentos, pois poderiam se prestar à extração das drogas do sertão, à pesca do pirarucu e da tartaruga, entre outras atividades. Em seu relato diz o seguinte:

“talvez estivesse hoje bem moralizados, se não fosse o abandono do paiz, que se seguiu á inapreciável circunstancia aquella submissão; (...) morão nas cannoas, aportão a margem dos igarapés, lagos, para a pesca e colheita de frutos espontâneos, os quaes ultimados, mudão-se para onde melhor e mais abundante se lhes proporcione. A estes recursos ajudam o do roubo, tanto nas embarcações, como nas plantações, sempre que o podem fazer impunemente; não plantão, mas hábil para colher”
(Amazonas, 1852:89)

A documentação da administração colonial ajuda no esclarecimento sobre as tensões que regulavam as relações sociais definidas pelos antagonismos inerentes ao processo colonizador. A administração sobre os índios acompanha o processo de regulação da distribuição dos espaços de mando sobre porções do vasto território que compreende o vale amazônico e assim a configuração da administração colonial.

A sorte dos índios não muda muito diante da reedição com o Ato Imperial de 27 de julho de 1845 que institui a “Diretoria de Índios”. Para dar conta dos serviços do Império o poder temporal exercido sobre os índios se dá em forma de exclusividade em contrapartida de organizá-los em aldeamentos produtivos. Nestes locais são levados assumir os costumes ocidentais e seus padrões de comportamento.

Assim os Mura eram cedidos a particulares para trabalharem nos roçados, pesca e salga de peixe, extração de seringa em troca de uma entrada pelos fundos na civilização, já que a base era o trabalho forçado. A estrutura social Mura caracterizada por pequenos grupos que circulavam por vários ambientes, tirando proveito das variações das estações da chuva e da seca é fortemente impactada por essas determinações e exercício de poder.

Através dos relatos de viajantes, naturalistas e autoridades coloniais, podemos

perceber que os Mura ocupavam uma grande área, em paradas sazonais, na vazante acompanhavam a descida do rio indo ocupar desde as margens até as cabeceiras. Os Mura sempre tiveram preferência pelas áreas de várzeas, pois lhe asseguram a possibilidade de deslocamento, além da abundância de peixes e tartarugas. Vejamos o que diz o naturalista Henry Walter Bates (1840) de seu encontro com os Mura:

“... os Muras se tornaram uma tribo de pescadores nômades, que desconhecem a agricultura e toda as artes praticadas por seus vizinhos. Não constroem moradias sólidas e duradouras: vivem em pequenos bandos, errando de lugar para outro ao longo das margens dos rios e das lagoas onde há muito abundância de peixe e tartarugas. Em cada lugar onde param temporariamente, eles constroem choças provisórias à beira da água, mudando-se mais para cima ou para baixo do barranco à medida que a água sobe ou desce” (Bates: 129-130)

Nas observações relatadas por Walter Bates (1840) a imagem dos Mura projetada, ainda é a mesma do século XVIII, portanto há pouca contribuição etnográfica. É ilustrativa da prática narrativa utilizada por estes viajantes à medida que repetem as impressões sobre os Mura cristalizadas pela narrativa colonial.

2.2.1. A Cabanagem

Em 07 de setembro de 1822, o Brasil é declarado independente de Portugal. Este fato desagradou à classe dominante de maioria lusitana na Província do Grão-Pará, haja vista que estes defendiam intransigentemente a ligação direta com a Coroa portuguesa. Fato que gerou uma série de acontecimentos e que terá repercussões sociais, políticas, econômicas e administrativas na região de Autazes.

A continuidade da política de descimentos, de trabalhos forçados e das expedições punitivas, criou as condições para a eclosão do movimento que ficou conhecido como a revolta da Cabanagem. Os Mura lutaram ao lado dos revoltosos aterrorizando os setores dominantes do Amazonas nos anos de (1836-40) e causou cerca de 30.000 mortos, o equivalente a 1/5 da população total da província do Amazonas (Hemming 1978: 237 *apud* Perez 1997: 10).

Os Mura, em um dos feitos mais espetaculares da sua participação na revolta,

foram responsáveis pela derrota e morte de Ambrósio Pedro Ayres Bararoá, líder da expedição punitiva aos pontos cabanos no lago do Autazes²⁰. Moreira Neto fez o seguinte comentário:

“o comandante do rio Negro Ambrósio Pedro Ayres, ao passar antes duas ilhas foi atacado por sete canoas de rebeldes, a maior parte Mura, e defenderam-se até quase noite, tentou salvar-se em terra; mas foi agarrado e morto cruelmente” (Moreira Neto, 1988:109).

Participar ativamente da Cabanagem rendeu aos Mura um novo período de declínio populacional. Os Mura, conforme mostramos anteriormente, acabaram iniciando um processo de integração aos povoados rurais das cercanias onde viviam. Com a Lei de Terras de 1850²¹, a regularização das propriedades rurais, põe as populações indígenas de contato mais antigo como os Mura em situação de marginalidade territorial. Partes das áreas foram apropriadas neste período empurrando os Mura para áreas do fundo e das cabeceiras.

Contabilizando o período de contato, podemos afirmar que os Mura mantêm relações com o mundo ocidental há três séculos. Este contato se fez em diversos níveis arbitrados por um processo de dominação. A sangria em forma de guerra declarada ou disfarçada de acidente biológico a partir da disseminação de doenças foi mais forte na primeira fase de confronto, por todo o século XVIII, quando os Mura impuseram resistência e negociaram uma rendição, ao final deste.

O resultado da “voluntária rendição de paz” em 1786, foi à concentração dos Mura em áreas de cabeceiras, isolados o quanto passível do homem branco. Esse período corresponde a uma fase de estabilidade na relação com a Coroa. Com a possibilidade vislumbrada pelos Mura de se libertar da opressão a que estavam expostos se unem aos cabanos na primeira metade do século XIX. Como vimos é um período de combate que perdurou por pelo menos cinco anos na região onde realizamos nosso estudo. A guerra terminou oficialmente em 1836. Devemos analisar suas repercussões no tempo ultrapassando a década de 30 e a década de 40.

A memória sobre a guerra da Cabanagem é bastante presente no imaginário regional ainda hoje, povoado de reminiscências sobre ouro enterrado pelos fazendeiros

²⁰ Os professores Mura identificam num dos pequenos furos do Autazmirin o lugar onde ocorreu a morte de Ambrósio Ayres, de forma que os Mura tentam re-interpretar estes elementos.

²¹ Manuela Carneiro da Cunha in “Futuro da questão indígena no Brasil”: 1999 aborda a implicação do modelo fundiário brasileiro sobre as populações indígenas. Revista de Ciências Sociais – UFC.

abastados da região que se liga a maldições e aparição de visagens. Os potes de ouro ainda são objetos do desejo e da sorte de riqueza de pessoas que foram premiadas com o encontro de tais tesouros.

Quando encontram um pote de cerâmica (artefato arqueológico) este corre o risco de ser quebrado em busca do ouro no seu interior. A construção de paliçadas que são estacas de âmagô fincadas em locais estratégicos ainda está referida na memória dos Mura indicando inclusive locais onde no período da seca extrema podem ser observados tais vestígios. Sobre a língua Mura não há registros, o grupo lingüístico Mura era um grupo isolado, é provável que a língua falada pelos Mura Pirahã seja composta por elementos dessa língua que não são distinguidos por falta de base de comparação²².

Outro fato a ser considerado na formação do povo Mura no pós-guerra da Cabanagem, são a acomodação de fugitivos de guerra, mestiços, negros e índios de outras etnias, portanto obrigando uma nova feição nas relações sociais. Esse desdobramento do conflito teve conseqüentes implicações no sistema cultural Mura.

O processo histórico de territorialização do povo Mura, e a construção da sua identidade étnica, é trabalhada tendo por base o conceito de “identidade categórica e contrastiva” (Oliveira 1988, Barth 2000). Enveredamos no campo das relações sociais entre índios e não índios, observando a partir das contingências que compõem a relação e os elementos apontados como significativos, entre estes as categorias atributivas substanciadas na documentação histórica.

2.3. OS MURA SOB A TUTELA DO ESTADO BRASILEIRO.

No século XX, os Mura aparecem como um problema para a República, neste período o tratamento imposto aos Mura foi registrado pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1912. Segundo o funcionário Domingos Leal, os moradores de Autaz estavam explorando os Mura:

²² Os Pirahã se separaram do grupo Mura mais abrangente no período final da guerra da Cabanagem, que coincide com o período apontado por Marco Antonio Gonçalves (2003). É provável que esta opção de um grupo inteiro se desvincular tenha ligação com o processo de sedentarização que passa a ocorrer com os Mura, devido à nova configuração da ocupação espacial na Amazônia com frentes de colonos cada vez mais intensificadas a partir da segunda metade deste século.

“Como provão exuberantemente os múltiplos e extensos campos de criação e roças, que a custa dos trabalhos dos Mura, fizeram e fazem os trabalhadores civilizados do Autaz. O despotismo é exercido por todos quantos exploram os serviços dos Mura. A prostituição é fomentada em larga e funesta escala, por aquelles que se dizem civilizados. O Diretor dos Mura, nomeado pelo governo do Estado, tinha por costume, não só deflorar as meninas como ainda abrigava as moças à prática de orgias, com todos aquelles que quizessem e pedissem licença ao diretor” (SPI, 9/12/1912-ver anexo 5 apud Perez 1997:7).

Nos relatórios do SPI de 1925 as informações dão conta do processo violento de espoliação das terras Mura:

“Data de muitos annos a pra´tica de indivíduos que procuram o caminho mais rápido para a conquista da fortuna ilícita, requerendo a demarcação de antigas posses habitadas e cultivadas pelos selvícolas, no interior do Estado. Os usurpadores das terras indígenas quando não invadem os aldeamentos, para a exploração de castanha, obrigando os selvícolas a uma retirada penosa e desumana, requerem a medição e demarcação das ditas terras, para obtenção do respectivo titulo de propriedade, dando a ellas, quasi sempre denominações imaginárias, nos taes requerimentos, com o fim de não despertar a atenção do SPI” (SPI, 1/7/1925- ver anexo 6 apud Perez 1997:11).

Para a população regional que estava se apropriando das áreas de ocupação tradicional Mura, eles não podiam ser considerados como índios, pois quase todos falavam o português e apenas alguns velhos falavam a “gíria” que os mais novos já não compreendiam. Na região do Autaz, segundo depoimentos colhidos ainda pelo SPI, nas primeiras décadas do século passado, tem-se o seguinte:

“Alguns mais velhos dos poucos que existem civilizados talvez há de 30 anos, ainda falam a gíria entre si, que os próprios filhos já não entendem, que apesar de conhecer todos os rios desta região nunca chegou a ver índios selvagens em parte alguma e somente conhece descendentes de índios Muras que falam o português e cada qual tem o

seu lugar, mas não conhece, nem lhe consta que haja verdadeiros silvícolas em qualquer parte desta zona do Autaz, pois todos os descendentes de índios já são civilizados de há muito tempo e muitos deles sabem ler e escrever, há quarenta anos conhece os Muras que viviam em malocas nos lagos do Sampaio, do Miguel e da Josepha, cujos índios só os velhos naquele tempo só falavam a gíria, mas hoje só há índios cruzados que vivem civilizados e só falam o português (Comissão de inquérito 2, 1931:220-ss apud Perez 1997:13).

Até a década de 30 do século XX, o SPI identificou nos limites de Itacoatiara, os seguintes lotes ocupados por índios Mura: Jumas, Peito Branco, Furo Novo, Fortaleza, Paracuuba, Pantaleão, Maratuba, Guapenu, Capivara, Trincheira, Murutinga, São Pedro, Boa Vista, Jabota, São Vicente, Onça, Cunha, São Felix. De acordo com o Relatório de Identificação da FUNAI, as áreas reconhecidas como sendo de ocupação Mura foram, em sua maioria identificadas pelo SPI.

A documentação referente ao reconhecimento de um território Mura, mesmo que descontínuo, comprova a importância dos Mura na região Amazônica e, num certo sentido, são re-apropriadas pelas lideranças atuais com finalidade de estabelecer, hoje, uma etnopolítica Mura.

Os Mura obrigados a se submeter aos trabalhos nas fazendas, abandonam seu modo de vida tradicional. A partir daí o que houve foi um acelerado processo de decadência física e social, colaborando para a construção de um quadro de carência alimentar e difusão de bebidas alcoólicas. Diante da pressão para adotar os costumes de consumo da cultura material dos civilizados, passam a ser aliciados pela bebida alcoólica uma prática que compõe o processo de exploração.

As características históricas acima descritas geraram um “vazio etnográfico” a respeito da etnia Mura no século XX. Os alteradores de consciência que compõe a parca etnografia Mura remete ao uso do paricá, e do cânhamo e posteriormente a *cachaça*. Em uma de suas expedições pela Amazônia Nimuendaju, em 1824, faz a seguinte referência os Mura de Autaz:

“Já conhecendo numa ocasião anterior os bandos Mura que habitam mais acima no Madeira, regressei daqui e por um afluente entrei na região dos lagos do Autaz que preenche o ângulo entre o baixo-Madeira e o Amazonas, no caso o Solimões.

Durante cinco semanas revistei-a até os mais afastados confins procurando representantes razoavelmente primitivos da tribo dos Mura. Nesse momento, a minha última esperança era o bando Yuma, mas encontrei sua aldeia abandonada; topei depois com o mísero resto de um bando, outrora numeroso, numa fazenda onde, arruinados pela doença e pelo vício de fumar liamba, “trabalhavam” para o seu proprietário. Pelo rio Autaz alcancei de novo o Amazonas; mas dos Mura, no lugar de uma coleção etnográfica, eu trouxe um maço de queixas sobre invasões de terras e outros maus tratos por parte dos civilizados, as quais eu submeti conscienciosamente ao inspetor do SPI em Manaus.”
(NIMUENDAJU 1926: 196)

Podemos com base nestas informações inferir que o avanço sobre os territórios indígenas e a exploração da mão-de-obra, conduz a uma investida das lideranças Mura na forma de pressão e de denúncias ao SPI o que gera a delimitação de pequenos lotes na região. Neste caso a vinculação territorial é uma forma de resistir ao processo de etnocídio. A questão indígena sempre foi uma questão ou de guerra de extermínio (genocídio) ou de política de integração (etnocídio). A distinção étnica na região de Autazes se fez com a manutenção de limites sempre específicos, por menores que pareçam.

As condições descritas nos relatórios do SPI apontam uma relação de interdependência entre os Mura e os colonos. Essa relação tem base na exploração dos primeiros, do seu trabalho e da perda de suas áreas de uso tradicionais. Assim os Mura foram fundamentais para empresa agropecuária local. Observamos que esse processo se deu ainda no início do século XX. A distribuição de terras no Brasil tem historicamente privilegiado um modelo autoritário e patrimonialista, não poderia ser diferente na região, se transfigurou e ainda define em diversos níveis o grau de dependência criado na inter-relação entre índios e não índios.

No texto de Nimuendaju (1926) observamos como as demandas dos Mura são apresentadas ao SPI. A noção do “poder tutelar” exercido pelo Estado se faz presente no entendimento dos índios sobre o papel do órgão indigenista. É a partir destes processos constitutivos de formação de identidades e da delimitação de fronteiras que as relações interétnicas em Autazes do ponto de vista do sistema Mura, tem sua representação social vinculada à submissão às autoridades administrativas. A reação combativa na

forma de luta pelo território afirmando uma identidade étnica²³ é construída a partir de estratégias simbólicas acionadas em momentos distintos buscando o equilíbrio nas relações interétnicas, mesmo que em determinadas situações o equilíbrio tenha base na submissão e na dependência.

As formas de exploração exercidas sobre os Mura são diversas, vale lembrar que entre estas aparecem queixas concernentes aos processos de invasão de terras, exploração econômica, e abuso sexual das meninas e mulheres. No entanto formas de incorporação mais sutis no processo de dominação estiveram presentes na região, através do casamento interétnico²⁴, processos de apadrinhamento e de crédito.

A condição de freguês nos estabelecimentos comerciais ou nos regatões da região representa para os Mura um *status* superior no plano da integração (ter acesso à mercadoria), muito embora o pagamento não se faça exclusivamente em trabalho ou “produto” tendo como base o dinheiro adquirido fora dos domínios diretos do patrão como salário ou as aposentadorias, continuam dando ao comerciante a denominação de “meu patrão”.

A dominação se dá ainda hoje por processos de intimidação principalmente se o assunto for demarcação de terras. São poderes territorializados que uma efetiva renúncia a estes é dramática mesmo por parte dos dominados. É nestes termos que continuidade de ocupação de um *nicho* no tempo sedimenta a referência étnica. Barth (2000) analisa as relações entre grupos etnicamente diferenciados e como a adaptabilidade pode definir uma identidade contrastiva associada a um território, mesmo esclarecendo que a o território não é condição para esta distinção étnica.

O processo de territorialização dos Mura na região de Autazes tem base nos conflitos historicamente documentados. Os laudos antropológicos repercutem a ligação histórica, com base em documentos onde os territórios Mura são definidos dentro de uma ocupação social e administrativa. Sabemos que a primeira é muito mais ampla que a segunda. Corresponde a áreas de uso ritual (cemitérios) e de extrativismo que nem sempre coincidem com as áreas demarcadas. Estando entre estas, áreas hoje ocupadas por vilas ou por capoeiras de campo em recuperação para pastagem, áreas hoje ocupadas por fazendas e os caminhos que ligam suas aldeias os igarapés os canais e lagos. O território Mura, portanto não é definido por fronteiras administrativas, mas as orientam.

²³ Tomando a noção de “comunidades étnicas” Max Weber (1987).

²⁴ O casamento interétnico ocorre principalmente de mulheres Mura com homens brancos. O casamento de homens Mura com mulheres brancas é bem raro.

Em todo caso os atos administrativos permitem re-estudos circunstanciados das áreas em questão, os registros gerados pela empresa colonizadora nos vários momentos da história permitem que formas alternativas de compensação possam ser objeto de reflexão frente às demandas apresentadas pelos Mura. Tomando como parâmetro a idéia de “identidade contrastiva”, é possível construir uma comparação com a África dos Nuer, vê-se que Evans-Pritchard (1993) aponta claramente como este grupo se demarca frente aos grupos vizinhos. Entretanto, é das condições ecológicas e de subsistência que o autor parte para a análise do território, as quais, no entanto, ultrapassa, para elaborar a idéia de um sistema territorial condicionado pelo sistema político.

A organização do sistema de representação social entre os Mura nos interessa, sobretudo por conta do preconceito que enfrentam agora, por ironia do destino um preconceito às avessas antes eram chamados de índios e levados a se tornarem brancos, agora buscam afirmar a identidade étnica e são acusados de querer se tornarem índios. Além da demanda territorial os Mura da aldeia Tauari estão sendo acusados de querer “virar índios” por conta dos benefícios sociais garantidos por lei. Leandro Mura da aldeia Murutinga em uma de nossas conversas em janeiro de 2007 disse: “... ninguém vira índio”, ou seja, o elemento afirmativo de uma identidade por muito obscurecida surpreende até mesmo os próprios indígenas.

Através das observações sobre as relações interétnicas em Autazes verificamos os padrões que referenciam o pertencimento étnico, sendo apropriado nas formas locais de organização e mobilização política Mura. Neste caso queremos esclarecer que ainda que a cultura seja uma variável dependente dentro da estrutura geral da análise, existem elementos da *cultura* Mura usados como identitários.

Os Mura acentuam sua alteridade e utilizam a distinção nas situações de fronteira social na organização das relações com os “civilizados”. As famílias que tem raízes em Autazes, incorporaram historicamente indivíduos de origem Mura, na maioria das vezes pelo casamento entre brancos e mulheres da etnia Mura, casamentos de homens Mura com mulheres brancas são bem mais raros. A relação histórica passa pela incorporação da área destinada aos índios Mura pelo SPI em 1917. Era prestígio para um índio casar a filha ou filho com alguém do grupo étnico branco ou como dizem “civilizados”.

Ao refletirmos sobre os processos de luta territorial em Autazes devemos destacar que a questão ultrapassa a da garantia de subsistência. Os Mura fazem repercutir o discurso étnico a partir de elementos territoriais e culturais que emprestam

ao movimento indígena Mura uma feição particular. Estes elementos ordenadores do universo simbólico Mura passam a definir uma importância à organização dos Mura em torno da formação de um campo político em Autazes, a identificação dos atores na disputa pela legitimidade na interlocução com as bases (aldeias) e em nome das bases se evidenciam nas lutas políticas.

CAPÍTULO 3. GUATAZ, AUTAZ, AUTAZES: ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA REGIÃO.

O município de Autazes teve início por volta de 1860 com intensificação da colonização da área. Vale lembrar que por este tempo os migrantes compunham sua base de um número considerável de mestiços originados de toda ordem de cruzamentos étnicos raciais (raça aqui tomada como características físicas).

Este processo migratório é estimulado e tem como atrativo o enriquecimento nos seringais. Este movimento se acentua a partir de 1870 com a chegada de cearenses que fugiam da seca que assolava a região de origem, ao mesmo tempo atraídos pelo ouro-negro. Na região de Autazes há registro de nove concessões de terra autorizadas pelo governo. Aos recém chegados cabia ainda a tarefa de abertura dos rios buscando colocações cada vez mais adentrando a floresta. Acabam definindo rotas de seringais dentro das áreas Mura. No ano de 1890, o Sr. Luiz Magno Cardoso demarcou o lugar “Vila Nova”, local hoje da cidade de Autazes (Ver croqui ANEXO II).

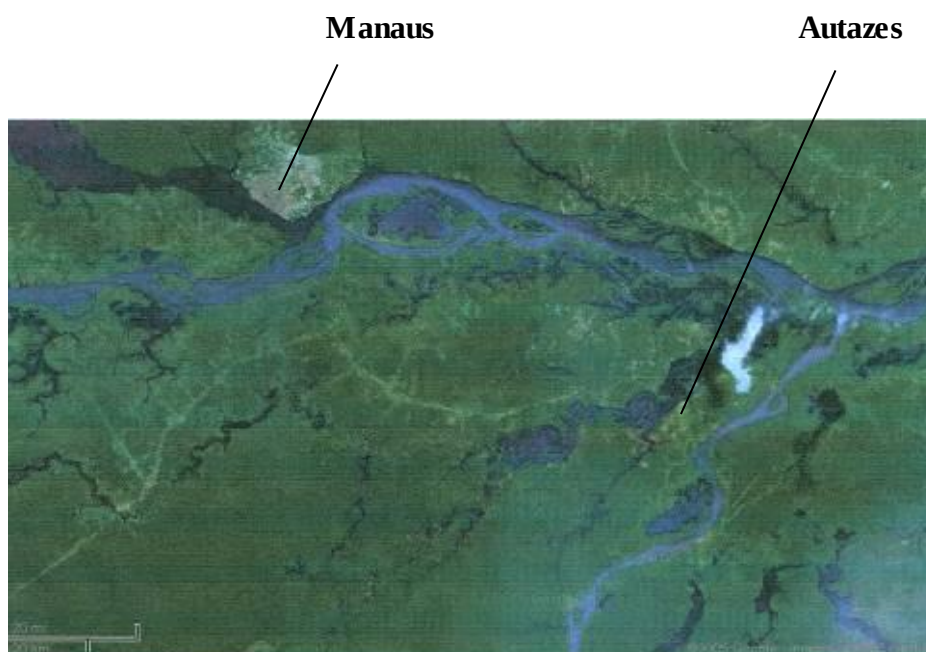
Autazes está inserida no grande complexo da Planície Amazônica, originalmente coberta por densa floresta úmida tropical. Situada à direita do rio Autaz-Açu, na Zona do Médio Amazonas. Limita-se com os municípios de Borba, Careiro, Itacoatiara, e Nova Olinda, o clima é quente e úmido. Seus principais acidentes geográficos são os rios Amazonas e Madeira, os paranás Madeirinha ou Autaz-Açu, Autaz e Jacaré, os lagos são Murutinga, Castanho, Japiim e Purupuru.

A Vila Nova (hoje Autazes) torna-se ponto para onde convergiam a produção extrativista e agropecuária. Em 1923 pecuaristas e agricultores em defesa de seus interesses criam o Sindicato Autazense estes pleiteiam a criação de um distrito agrícola que foi autorizado pelo governo e recebe o nome de Ambrósio Ayres (os Mura mais velhos ainda se referem assim à cidade de Autazes). É uma homenagem ao algoz dos

Mura na guerra da Cabanagem, vemos que elementos do passado e do presente estão sempre se cruzando.

O Decreto Estadual de nº 176 de 1º de dezembro de 1938 criou no município de Itacoatiara o distrito de Ambrósio Ayres. Posteriormente foi criado pela lei nº 96, de 19 de dezembro de 1955 como território desmembrado de Itacoatiara e Borba o município de Autazes²⁵, instalado no dia 3 de março de 1956, no governo de Plínio Coelho.

Na época que foram definidas as áreas destinadas aos Mura em 1917 poderiam ser consideradas pequenas, hoje elas não atendem às necessidades da população Mura. A alta utilização dos recursos, levados à quase exaustão ou a exaustão total pelo uso excessivo dificulta a sobrevivência dos Mura, sendo, portanto necessários que sejam re-estudadas para que possa resguardar condições indispensáveis à manutenção da sua integridade física e cultural.



(Fonte: Google Earth 2007)

A área do município é de 7.599,3 km², está distante de Manaus 110 Km em linha reta, a distância rodoviária é de 96 Km e a distância fluvial 218 Km. Sua população está em torno de 30.000 (IBGE/2000). Os dados do CIM dão conta de 12.000 (CIM/2007) índios da etnia Mura no município.

²⁵ O distrito de Ambrósio Ayres passa a se chamar Autazes, uma modificação vernacular do nome Guatazes, Guataz e ou Autaz referente àquela região desde registros coloniais.

Definir a população Mura de Autazes com base nos dados do IBGE não é possível à medida que refletem os dados gerais da região. No entanto podemos através do gráfico abaixo observar a distribuição da população indígena no Brasil e especificar a situação na Amazônia e no Amazonas. Ao analisar tais dados é preciso refletir sobre o tipo de questionário aplicado pelo IBGE, pois o mesmo, não especifica o pertencimento étnico, apenas generaliza a indianidade como elemento presente em uma parte da população, portanto não podemos ter neste dados o reflexo real da situação da população indígena no Brasil e quiçá na Amazônia.

	Número de povos	%	População indígena	%
Amazonas	65	27,66	113.391	15,45
Amazônia	180	76,60	270.211	36,81
Brasil	235	100	734.131	100

Dados populacionais: fonte IBGE/2000.

As áreas de floresta dessa região correspondem às relacionadas à formação ombrófila densa de terras baixas e aluviais. Esses tipos de vegetação caracterizam-se por apresentarem um significativo volume de madeira comercial e em função de seu acesso relativamente fácil, têm sofrido muita pressão de exploração. Entre as espécies de maior importância destacam-se: andiroba (*Carapa guianensis*), ucuúba (*Virola* sp.), cedro (*Cedrela* sp.), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), louros (*Ocotea* sp e *Nectandra* sp.), itaúba (*Mezilaurus itauba*), acapu (*Vouacapoua americana*), maçaranduba (*Manilkara* sp.), pau d'arco (*Tabebuia* sp.), cupiúba (*Goupia glabra*), castanheira (*Bertholetia excelsa*) e palmeiras como açaí (*Euterpe oleraceae*) e bacaba (*Oenocarpus bacaba*) (SUDAM & IBGE, 1989)..

Pela classificação de Köppen, o clima é do tipo Af, que corresponde ao tipo Clima Tropical Chuvoso, onde as temperaturas no mês mais frio são superiores a 18°C e o total de chuvas no mês mais seco ultrapassa os 60 mm (INMET, 2002). Como grande parte da Amazônia, aqui também predomina a massa de ar equatorial que caracteriza a alta pluviosidade regional (Nimer, 1989). É uma área de muita ocorrência de chuvas, apresentando uma média que varia de 2.400 a 2.700 mm de chuvas anuais e temperatura máxima anual variando de 30° a 33° C (INMET, 2002).

Regionalmente são classificadas apenas duas estações: verão e inverno. A distinção entre as duas estações se dá pela variação do volume de chuvas. O verão é sempre muito quente, com diminuição de chuva e rios secos. O inverno apresenta rios transbordantes, muita chuva e calor. Há grande ocorrência de solos antropomórficos chamados de “terra preta de índio”. As localizações conhecidas como Terra Preta e a presença de artefatos arqueológicos remetem a antever uma dinâmica ocupacional que levou transformação destes nichos refletindo uma produção antrópica destas manchas de terra preta sobre as quais existem poucos estudos científicos circunstanciados. Nestes locais o solo é mais fértil bastante utilizado para estabelecimento de roçados.

As populações Mura residentes nestas áreas desenvolveram técnicas de cultivo que armazena nutrientes na biomassa da vegetação. Através do corte e queima de pequenos trechos de floresta aumenta-se substancialmente a quantidade de nutrientes disponíveis no solo e após alguns anos de uso, estas áreas são abandonadas para regeneração (Moran, 1994). A dinâmica de ocupação Mura na região se dá neste processo histórico ecológico. Obedecem ao ciclo das águas grande coordenadora dos trabalhos nas áreas de várzea da Amazônia Central.

3.0.1. A integração e o equilíbrio pela desigualdade.

A inserção dos Mura no circuito das trocas econômicas se manifesta em alto grau de dependência de um circuito comercial restrito, geralmente mantêm a clássica definição “fregueses”, fato do que de certa forma se orgulham. São dependentes de produtos industrializados, em determinados contextos dependem da oferta de serviços avulsos, ou diarista para a administração municipal, nas fazendas ou no comércio local.

A economia Mura baseada na pequena produção familiar, organiza a vida nas aldeias. A natureza ordena as ações diárias, por isso sempre estão envolvidos em previsões sobre o tempo. Na escala do tempo a idade de casar não é prescrita, no entanto o futuro dos filhos é sempre orientado para vida na aldeia. Quando o jovem vai casar tem que fazer um roçado, passa a ter responsabilidade pela esposa trazer-lhe comida, se morar na casa do sogro ou não, divide com ele o resultado de pescarias e caçadas, assim como acaba inserido na dinâmica econômica do grupo.

O novo casal é livre para construir sua casa em área definida em consenso entre os pais e lideranças. No caso da aldeia Pantaleão essa situação é bem mais complexa

diante do cenário ditado pelo contexto citadino. Em todo caso essa responsabilidade implica que o noivo dará conta de sustentar sua mulher e filhos. O casamento baseia-se numa dinâmica que não exclui casamentos de índios (as) com brancos (as), ou com pessoas de outras etnias, dependendo do interesse do casal, no caso de casamentos com brancos, em permanecer na aldeia, lhes é granjeado o direito a construção de sua casa. O ciclo de relações se amplia, à medida que começam a estabelecer, uma conexão mais direta com pessoas de fora do seu ciclo de parentesco mais imediato.

A principal atividade econômica de Autazes é a criação de gado, a expansão desta atividade se deu à custa das várias invasões sobre as áreas Mura. Um dos resultados dramáticos deste processo é que as terras recuperadas recentemente se tratam, segundo os próprios Mura, de terras cansadas. Na luta por recursos diante de um nicho ecológico competitivo tem que combater barcos pesqueiros de fora que comprometem os estoques de peixe, além de caçadores ilegais em suas áreas, na mesma linha está o combate de madeireiros e grileiros que desmatam grandes áreas no entorno das T. I. Mura.

A produção no rico solo de várzea é afetado pelos problemas que o gado causa invadindo os plantios nas aldeias, referem-se principalmente a búfalos, espécie que tem preferência atualmente entre os criadores autazenses pela adaptação, sem considerar os efeitos ecológicos devastadores. A criação de gado de forma extensiva com cercas nem sempre físicas, produz a invasão dos plantios Mura. A invasão do gado acaba sendo elemento de dupla negatividade, pois está associada a baixa produtividade agrícola de uma área de várzea rica em nutrientes em seu solo. Não obstante estes acontecimentos refletem-se em perdas culturais à medida que pela tradição oral e exemplar (faz como eu) a transmissão do conhecimento e de valores é passada de pai para filho, através das gerações. Perde-se, portanto célebres momentos à medida que as práticas culturais são alteradas, neste caso o prejuízo se amplia à medida que vai implicar na subsistência do grupo, que cada vez mais vai depender de alimentos vindos de fora, obrigando-os a venderem sua mão de obra para os fazendeiros.

A colonização da região apesar de antiga, vem tendo a ocupação com a criação de gado extensiva sendo aumentada ao longo dos anos, ao ponto de dar ao município de Autazes a chancela de ser um dos maiores produtores de leite da região. Os impactos dos programas de colonização verificados na região mais precisamente a partir da década de 70 concomitantemente a construção da Br 319, podem ser observados a partir da quantidade de estabelecimentos agropecuários na região.

Os Mura de algumas aldeias possuem cabeças de gado, estas representam de certa forma *status* de criadores diante de uma valorização da prática, a forma com que criam os animais, no entanto convivendo no meio da aldeia mais lembra “xerimbabos” do que animais criados para corte. O leite pode representar rico nutriente na dieta das crianças o que é um fator positivo visto que criam em pequenas quantidades o gado (chamado gado branco em oposição ao búfalo) não representa no momento perigo ao equilíbrio ambiental.

3.1. AUTAZES DOS MURA: ALDEIA PANTALEÃO.

O movimento de expansão da cidade de Autazes se deu em direção à terra dos Mura. As relações sociais estabelecidas neste contexto caracterizam-se pelo preconceito contra os Mura sempre chamados de preguiçosos, bebedores e ladrões. Segundo o tuxaua da aldeia Pantaleão o processo de ocupação se deu da seguinte forma:

“Tinha um morador que morava lá na frente ele resolveu fazer um povoado e desse povoado virou uma cidade, a cidade entrou na área indígena, e os índios eles não se preocupam, quando ele é índio, mas índio mesmo, eles não se preocupam, ele vive da caça, ele vive da pesca, ele vive da fruta, é disso que o índio vive e foi pra isso que foi criada a FUNAI, eles que se preocupam com todas as coisas, eles tem pessoas tuteladas, o que são pessoas tuteladas, são pessoas que tem significado, que significa filho, então nós pra FUNAI somos que nem um filho (...) os índios eles tem esse negócio de hoje eles tão aqui, amanhã eles tão pra cá, amanhã eles tão pra lá (...) ele vive em maloca e quando ele está lá dentro da maloca dele, eles estão subordinado ao tuxaua quer dizer que um cacique que manda em todos os índios daquela aldeia. Mas quando entra isso na cidade fica dividido, e por que ficou dividida por que a FUNAI começou a brigar com os índios, os índios começaram a brigar com a prefeitura por que depois que eles reconheceram o direito que nos tem direito legal (...) quem mesmo morava aqui no Amazonas, no Brasil, eram os índios.” (Flávio Corrêa Tuxaua da aldeia Pantaleão 02/08/2007).

A partir da definição das relações históricas, podemos inferir que o movimento de invasão sobre as áreas Mura tem investidas intensificadas a partir da segunda metade do século passado, com a criação do município de Autazes. A situação se agrava na década de 70, provocando a manifestação em forma de denúncia realizada pelo ex-chefe do Posto Indígena Autazes, Ruy Sabino da Silva, em 5 de abril de 1975²⁶. Apesar do relatado (invasão da área indígena) não foram tomadas providências por parte do Governo Federal.

Em julho de 1988 Cláudio Pereira faz uma representação em forma de denúncia, através da qual cobrava a solução do problema das Terras Indígenas Mura em Autazes, pois a situação se agravava. Na tentativa de dirimir tal conflito a FUNAI criou um Grupo de Trabalho. No relatório apresentado pela equipe, a situação é descrita como “irreversível”²⁷.

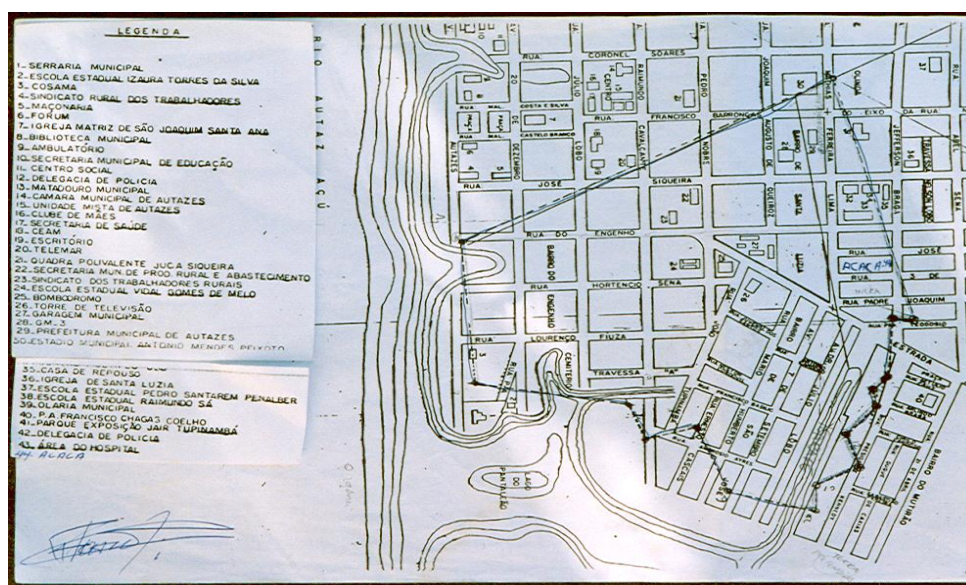
A área correspondente hoje ao bairro do Mutirão estava para ser loteada pela prefeitura e os terrenos seriam vendidos a não índios. Os Mura com a deflagração do conflito que se deu a partir da ocupação massiva pelos Mura de parte do território originalmente destinado a eles. A mobilização em torno da T. I. Pantaleão é um dos elementos definidores da resistência Mura em Autazes. “Depois de tanta luta contra este processo (de ocupação da área por não indígenas), optou por negociar com a Prefeitura Municipal uma indenização equivalente ao valor da terra invadida por não índios, considerando as perdas sócio-culturais e históricas” (Parecer/ASSJ/87, 23/06/87). Atualmente na área indígena figuram os bairros do Engenho, Santa Luzia, São José e Mutirão. Na época em que o GT esteve fazendo o estudo, a população Mura habitante da área era composta por 70 pessoas aproximadamente. Reunidas em 9 famílias, residindo na área que corresponde atualmente aos bairros do Engenho e São José.

3.1.1.Os bairros de Mutirão e São José

²⁶ Processo nº 1958/bsb/FUNAI/ 75 iniciado a partir do Relatório do ex-chefe do PIN Autazes, Ruy Sabino da Silva, em 05 de abril de 1975.

²⁷ Arquivo FUNAI Manaus: Informação nº 015/DFU/5ª SUER/ 88 – G.T. - Ordem de Serviço nº 328/5ª SUER/88. No texto menciona o “o assunto tratado é o mesmo que estamos tratando atualmente a 'invasão de não índios na Área Indígena Pantaleão', pois as providências cabíveis à época não foram tomadas”Manaus, 25/08/88, este GT foi criado a partir da representação feita pelo índio Cláudio Pereira no dia 12/07/88, escolhido por um conselho de lideranças Mura, para ser “o cabeça, aquele que vai na frente” relato do professor Altino, um dos membros do conselho. (Fernandes 2001).

Os bairros se formaram no processo de ocupação iniciado no final da década de 80, corresponde à área de periferia pobre da cidade de Autazes (Ver figura abaixo). A estrada que liga Autazes ao Rosarinho e ao Sampaio passa na frente dos bairros. O Mutirão é formado por seis quadras residenciais, tem população predominante indígena. É “famoso” pela pobreza e delinquência juvenil. O São José mais próximo da área central tem percentual de Mura bem menor, à medida que a área destinada à aldeia vai coincidindo com o centro da cidade predominam ocupantes brancos.



Croqui da Planta baixa da cidade de Autazes (Fonte: CIM)

No bairro do Mutirão, as casas conservam a arquitetura ribeirinha, tradicionalmente utilizada nas áreas de várzea tipo palafitas, sobre esteios com em média, 80 cm de altura. A maioria das casas é de madeira, coberta com telhas de alumínio ou zinco. A divisão dos cômodos é feita por uma parede de madeira, à noite penduram as redes no cômodo maior sendo o outro destinado às atividades domésticas como cozinhar, além de uma pequena “puxada” com “jirau” para tratar peixe e lavar utensílios.

É freqüente nas casas ter o fogão de barro a lenha, mesmo que haja um fogão a gás. As refeições e outras atividades sociais, como assistir televisão e conversar realizam-se com todos sentados no chão ou nas redes, os assoalhos são bem limpos, apesar de embaixo ter sempre um animal doméstico, que coabita com as pessoas da

família, são cachorros, porcos, galinhas. Existem às vezes animais silvestres como pequenos macacos e pássaros. O saber tradicional, no entanto aconselha ter porco no terreiro para afugentar as cobras muito comuns principalmente no período da cheia do rio.

Atualmente nos quintais figuram antenas parabólicas, que junto com o aparelho de TV passou a ser um equipamento bastante valorizado, o mesmo não ocorre com os móveis, que possuem poucos geralmente alguns bancos de madeira, uma mesa e prateleiras de tábuas onde alocam suas latas (reaproveitadas) de mantimentos. As painéis de alumínio ficam penduradas em pregos na parede, sempre bem “areadas” são como um troféu para as mulheres, que em alguns caso tem na quantidade de painéis que possui um status diferenciado.

Em levantamento realizado em junho de 2004 no bairro do Mutirão, a partir de informação sobre 77 domicílios e 16 no São José, 515 pessoas para uma população total estimada pela Funasa no período de 1.336 pessoa. Atingimos 38,6% da população total. É certo que o DSEI presta atendimento aos moradores indígenas da cidade, não apenas do Mutirão ou São José. Neste bairros se concentra em maior número a população Mura, representa um foco de resistência indígena na cidade.

Considerando as altas taxas de crescimento populacional relacionamos às seguintes variáveis: natalidade, migração, “reassumir a identidade” e a murificação que é uma prática de incorporação registrada historicamente. A amostra por domicílio, levou em conta a casa onde pelo menos um dos moradores se identificasse como Mura. A distribuição por sexo ficou assim definida: duzentos e sessenta e três (263) homens e duzentos e cinquenta e duas (252) mulheres, no Mutirão 202 homens e 212 mulheres. No bairro de São José foram sessenta e um (61) homens e quarenta (40) mulheres.

Temos no quadro abaixo uma pirâmide etária com base bastante distendida, o que implica reconhecer que a população Mura é bastante jovem.

Aldeia Pantaleão

Idades	H	M
80 - +	II	IIII
75 a 79	III	I
70 a 74	IIII	IIII
65 a 69	III	IIII
60 a 64	IIIIII	IIII
55 a 59	III	IIII
50 a 54	III	IIII
45 a 49	IIIIII	IIII
40 a 44	IIII	IIII
35 a 39	IIII	IIIIII
30 a 34	IIIIII	IIIIII
25 a 29	IIIIIIII	IIII
20 a 24	IIIIIIIIII	IIIIIIIIII
15 a 19	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII
10 a 14	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII
5 a 9	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII
0 a 4	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII	IIIIIIIIIIIIIIIIIIIIII

(Fonte Projeto Mura NPCHS/INPA 2005)

Percentualmente esta população esta assim distribuída, entre as crianças de de 0 a 4 anos temos 13,2% da população total; na faixa de 5 a 9 anos 14,56%; entre 10 e 14 anos temos 14,95%; entre 15 e 19 anos 12,81%; de 20 a 24 anos 8,93%; de 25 a 29 anos 5,82%; de 30 a 34 anos 4,85%; de 35 a 39 anos 4,46%; de 40 a 44 anos 3,1%; de 45 a 49 anos 2,71%; de 50 a 54 anos temos 2,13%; de 55 a 59 anos 2,13%; de 60 a 64 anos 2,91%; de 65 a 69 anos 1,55%; de 70 a 74 anos 1,94%; de 75 a 79 anos 0,97%; de 80 anos e mais 1,16%.

Constatamos uma pequena variação em determinadas faixas de idade, (figura 1) como veremos a seguir. A população Mura do Pantaleão se apresenta como extremamente jovem e bem distribuída, quanto ao sexo, as maiores variações são observadas na faixa entre 10 e 29 anos, há um número maior de homens 54,79%, que de mulheres 45,21%. Quais são as causas deste descompasso? migrações nesta faixa de idade? Será os casamentos interétnicos, em que mulheres Mura casam com não índios e deixam sua aldeia? Será busca por trabalho? Estudo? Os homens migram um pouco

mais tarde? O que buscam? Oportunidade de trabalho?

Entre os Mura não há proibição de casamento interétnico. Os recém casados podem fixar residência dentro dos limites da área indígena. Nos domicílios visitados, treze pessoas se identificaram ou foi identificado no momento da entrevista como não Mura. Os números correspondem a 2,52 % da população entrevistada que não se identifica como Mura, mesmo tendo uma relação de parentesco com estes.

Analisando do ponto de vista das regras de casamento, praticada entre os Mura, onde há flexibilidade, podemos imaginar processos de “murificação” em andamento, confirmado no depoimento dos tuxauas esta regra é respeitada, seja o noivo ou a noiva da etnia, o quadro atual faz levantar a tendência de que com os casamentos exogâmicos, nos dois sentidos podem levar há processos de murificação.

Diante das regras de casamento e do processo de murificação, dez homens casados com mulheres Mura, não se identificaram como pertencentes à etnia, oito deste se identificaram ou foram identificados como responsáveis por seus domicílios. O número de casamento entre rapazes Mura e moças não Mura, aparentemente é menor, apenas três mulheres casadas com índios disseram não ser mura, pode ser também que o processo de murificação no caso feminino seja mais imediato. Para nossa pesquisa a auto identificação funcionou como critério para definição do pertencimento étnico. A média é de 5,54 pessoas por domicílio.

A geração de renda entre o grupo observado é bastante heterogênea, isto se deve ao contexto citadino que gera uma complexidade maior de atividades de subsistência. Esclarecemos que os dados apontam a principal fonte de renda dos responsáveis pelo domicílio, em alguns casos, o cônjuge e filhos também realizam atividade remunerada, e contribuem para a renda.

Desta forma temos uma situação em que alguns índios mesmo morando na cidade, têm nas atividades agropecuárias e extrativistas sua principal fonte de renda. Em doze (12) domicílios as famílias trabalham com plantio de roça, atividade que é realizada em aldeias próximas como Paracuúba e São Félix, ou mesmo, em assentamentos do INCRA, na estrada do Rosarinho e do Sampaio. Três (3) famílias vivem da pesca, um é vaqueiro assalariado, e uma (1) das famílias vive do extrativismo do babaçu, aqui merece fazer uma observação, pois as atividades ligadas ao babaçu, apesar de contar com uma estrutura de beneficiamento sediada em Autazes tem pouca repercussão econômica entre as famílias.

As atividades ligadas ao ambiente rural, envolvendo, portanto os recursos disponíveis prevalecem para estas pessoas, que buscam áreas fora do Pantaleão, visto que os recursos nesta área estão exauridos pela ocupação urbana. No entanto o somatório geral das atividades agro-extrativistas representam 18,2 % das atividades de subsistência desenvolvidas.

Outras atividades estão ligadas ao contexto urbano, como prestação de serviços não especializado em que os índios, trabalham como diaristas nas atividades de limpeza da cidade contratados pela prefeitura ou nas fazendas próximas na qualidade de trabalhador braçal, nesta categoria estão doze (12) essa é uma ocupação sazonal, portanto não é fixa. Quatro (4) se apresentaram como estivadores, trabalham na beira. Existem, no entanto os que desenvolvem atividades mais especializadas, entre estes estão cinco (5) pedreiros, um (1) borracheiro/mecânico, além de três (3) moto-taxista. Duas (2) mulheres se apresentaram como domésticas. Além destes, um (1) carpinteiro, um (1) fotógrafo, um (1) artista plástico 32,2 %.

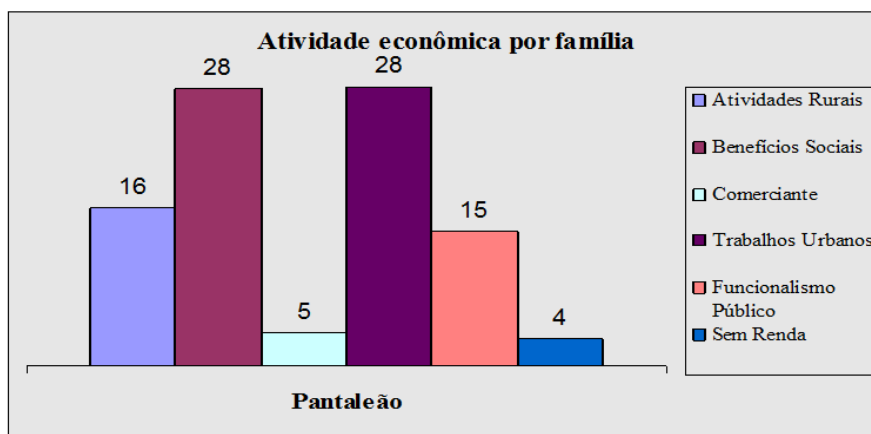
No bairro do Mutirão despontam os primeiros comércios de proprietários Mura, são três (3) pequenos empresários, dois tem comércio no bairro, um (1) na feira, em uma (1) das casas a principal fonte de renda é a venda de din-din. Estas atividades representam 4,3% das ocupações geradoras de renda.

A nomeação de indígenas para cargos no serviço público (administração municipal) vem ocorrendo, apesar de na maioria dos casos serem no escalão mais baixo como serviços gerais, garis, merendeiras onde constam onze (11) indígenas, um (1) agente de saúde. Os índios aos poucos vão galgando espaços e organizando suas associações indígenas, o que gera uma burocracia e a necessidade de pessoas para compor seus quadros, dentre os que responderam ao nosso questionário dois (2) se apresentaram como funcionários destas associações indígenas, perfazendo um total de 15,05 % de funcionários pessoas que tem salário regular.

O acesso a benefícios como “aposentadoria” representa a principal e, na maioria dos casos, única, fonte de renda para vinte (20) famílias, outras oito (8) vivem de “pensão”, sendo essa sua única fonte de renda, conferimos essa realidade em 30% dos domicílios visitados. O acesso aos direitos, passa a ser uma garantia mínima de sobrevivência.

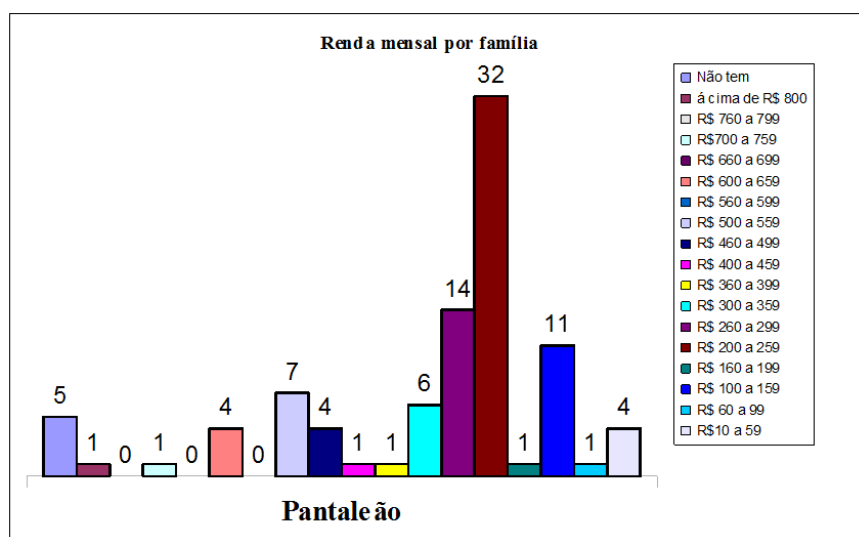
Em uma das casas a moradora (1), que vive em companhia da filha de um ano, nos disse não realizar nenhuma atividade produtiva, não obtendo, portanto, renda. Além

desta moradora, que disse não desenvolver nenhuma atividade produtiva, e vive da ajuda de familiares e vizinhos, apresentaram-se como sem rendimento outros três (3) agricultores, que apesar de realizarem seus roçados, não vêem geração de renda nas suas atividades, a distinção de não possuir renda aparece, portanto em 4,3% domicílios, sua atuação à margem do sistema econômico monetário, faz parte de um quadro bastante comum na região, a partir das práticas de aviamento e do patrão, sistema econômico baseado em troca de mercadorias por mercadorias, e do endividamento, dinheiro em espécie, eles raramente veem.



(Fonte: NPCHS/INPA 2005)

Na outra ponta temos o nível mais elevado de rendimento que chega a R\$ 800,00 reais, onde figuram os professores ou acumulo de salário e ou aposentadoria. A renda *percapita* do grupo em estudo, com base nos domicílios visitados é de R\$ 48, reais. Estratificando teremos os seguintes níveis de renda: entre 10 e 50 reais estão 5,44%, de 50 a 100 reais estão 7,6%, entre 100 e 300 reais 59,78%, entre 300 e 500 reais estão 9,78%, acima de 500 reais estão 11,96%. Como podemos observar o maior índice está entre aqueles que ganham entre 100 e 300 reais onde se localizam os aposentados. O nível de renda refere-se ao total gerado por domicílio, portanto os ganhos acima de 300 reais incorporam a renda em alguns casos de mais de um aposentado, ou além da aposentadoria uma fonte de renda alternativa dentre as outras citadas. Um aspecto a ser destacado é o número de mulheres como chefes de família que nestas comunidades se apresentaram em 32,26% dos domicílios.

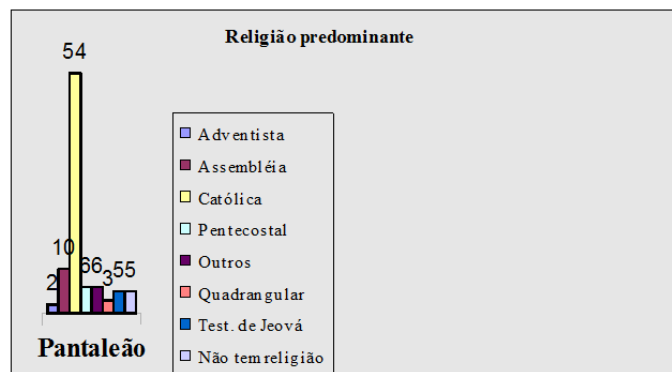


(Fonte: NPCHS/INPA 2005)

As missões jesuítas foram as primeiras a contatar os Mura, muito embora a resistência aos aldeamentos religiosos tenham se manifestado desde o princípio, inclusive com mudança de várias delas por ocasião de ataques dos mura, aspectos descritos em outros trabalhos sobre a historiografia Mura.

Atualmente essa religiosidade se manifesta sincreticamente metamorfoseada por influências variadas, são católicos, evangélicos pentecostais, acreditam no poder dos espíritos e na possibilidade de serem atingidos por moléstias, nos “trabalhos feitos”, nos feitiços.

Para efeito do nosso levantamento o que valeu foi à religião predominante no domicílio, para esta pergunta obtivemos as seguintes respostas, em cinquenta e cinco (55) casas a religião predominante é a católica, isto representa 59,14%. Em trinta e três (33) são pentecostais/evangélicos representando 35,48% das famílias entrevistadas. Entre as igrejas evangélicas contamos uma variedade delas distribuídas pela área (Adventista 7º dia, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Pentecostal do Reino de Deus, Testemunha de Jeová). Em cinco domicílios não manifestaram pertencimento religioso, correspondendo a 5,38%. considerando a somatória entre católicos e evangélicos, temos 94,62% de cristãos.



(Fonte: NPCHS/INPA 2005)

A concentração de cristãos se apresenta nos mura do Pantaleão maior que a referencia nacional, sendo que os evangélicos apresentam um considerável crescimento quando comparado com o número nacional.

3.2. ALDEIA MURUTINGA

A aldeia Murutinga está situada na margem direita do Lago do Murutinga, a leste o limite é o igarapé Veneza, a oeste fica o igarapé do Curara. A Terra Indígena **Murutinga** está Em Identificação, é uma das áreas reservadas pelo SPI no início do século XX. Os dados do Pólo Base Pantaleão apresentavam em janeiro de 2007 uma população total de 1.006 pessoas.

A aldeia se forma da margem para a mata, onde intercalam seus roçados sendo que na área central frontal próximo ao lago está o campo, não é só campo de futebol, é um espaço para recreação e criação de animais de pequeno porte como carneiros, porcos e galinhas. Podemos ver durante todo o dia inclusive no momento dos jogos animais como vacas e bois, pastando naturalmente.

Realizam muitos festejos, sendo que o principal é a festa de São João (12 de junho). Num grande mutirão erguem o mastro e numa sincretização de elementos religiosos do catolicismo e da pajelança com tambores e cantos onde os animais e a floresta são dotados de significado (dança da cutia e da cobra grande). Neste período constroem pequenas casa de um cômodo 3x3m com altura de 1,70 m ao redor do campo, os parentes vindos de outras aldeias tem ali abrigo para os dias de festa. A festa não se faz apenas no dia, os preparativos são tão importantes quanto.

Realizam novenas mostrando uma bem marcada presença católica. Os ensaios e divisão de responsabilidades ocorrem ao final destes, estes eventos são sempre muito participativos. Todos sabem que aquele que pega a bandeira que fica no topo do mastro, organiza a festa no ano seguinte e há verdadeira disputa nesta hora.

Os relatos dos mais velhos são uma fonte rica de informações: Segundo Seu Luiz Fernando 89 anos, “antigamente havia poucas famílias na aldeia, as casas eram cobertas e cercadas de palha, as armações eram feitas de forquilha e paus roliços amarrados de cipó ambé, os pisos da casa eram de chão batidos” (Aldeia Murutinga 09/01/2007). Usavam lamparinas para a iluminação da casa, cozinhavam em um fogão a lenha feito de barro, seus utensílios como: pratos, panelas, tigela, pote e louças eram feitos de barro. A pesca era realizada com caniço, arpão, flecha, camuri, espinhel o arpão, flecha, caniço, atualmente além deste instrumentos usam também a malhadeira.

Os tempos de fartura são lembrados por Seu Luiz Fernando. “Quando era caça grande antas, queixada e veados, botava no buraco pra conserva depois acendia a fogueira em cima, depois de assada ali ela ficava conservada por vários dias” (Murutinga, janeiro de 2007). Atualmente os Muras não conservam mais os alimentos da forma tradicional nem mesmo com o sal, eles preferem utilizar o gelo, a aldeia é atendida por sistema de energia elétrica. A fauna local serve de reservatório de alimento, mesmo nos dias atuais costumam fazer pequenas caçadas, os tipos de caça encontrada na área são: anta, veado, porco do mato, tatu, paca, cutia, quati, macaco, pato do mato, capivara, toró, maguari, marreca, jaburu, queixada, mutum, jacu, jacamim, jabuti, inambu, saracura, frango da água, e outros tipos de caça²⁸.

Os aspectos que tomamos como relevantes na organização da aldeia Murutinga são os que refletem uma distinção identitária entre os Mura e os não índios desta área. As estruturas da micro economia da região tem se baseado historicamente no trabalho dos Mura.

Obtivemos informações sobre 65 domicílios com base nas fichas do Pólo Base Murutinga de forma que pudéssemos comparar com a situação vivenciada pelos Mura do Pantaleão.

²⁸ As mercadorias de “primeira necessidade” (sal, café, açúcar, sabão e tecido) são obtidas através de dinheiro ou da troca por farinha, banana, castanhas, seringa, macaxeira, pirarucu, tambaqui entre outros produtos obtidos da floresta.

Aldeia do Murutinga

Idades	Masculino	Feminino
95 a 99		1
90 a 94		1
85 a 89		
80 a 84		
75 a 79		11
70 a 74		111
65 a 69		11
60 a 64		
55 a 59		11
50 a 54		111
45 a 49		111111
40 a 44		11
35 a 39		111
30 a 34		1111
25 a 29		111111
20 a 24		1111111111
15 a 19		1111111111
10 a 14		1111111111
05 a 09		11111111
0 a 04		111111111111

(Fonte Relatório Projeto Mura NPCHS/INPA 2005)

A população de Murutinga apresenta-se com base bem distendida, portanto é uma população com maioria de crianças e jovens. Uma pequena variação pode ser constatada entre o número de mulheres consideravelmente menor que o de homens nesta amostra. A população nestes domicílios foi de 160 indivíduos. Destes 92 indivíduos do sexo masculino para 68 do sexo feminino. Percentualmente nesta amostra teremos 57,5% de homens e 42,5% de mulheres.

Os Mura da aldeia Murutinga fazem vigilância de sua área e tem defendido seu território. Atualmente a questão territorial é uma preocupação que tem acompanhado as lideranças Mura de Murutinga. A T. I. Murutinga tem sido objeto de estudos antropológicos recentes em 2005, e reestudo em 2008²⁹. O litígio está em torno dos limites da área. A questão não é conflito de índios contra fazendeiros, posseiros ou grileiros. O conflito está no âmbito interno, pois as lideranças do Murutinga não reconhecem a reivindicação do tuxaua da aldeia Tauari, que reivindica a demarcação da T. I. Murutinga que alcance os limites de sua aldeia.

Já nos referimos à questão central da análise em torno reivindicação do grupo Mura liderado por Antonio Mota que pleiteia a inclusão de sua aldeia dentro dos limites de Murutinga. O desdobramento das relações interétnicas e intraétnicas em escala de progressões reais e seus efeitos na vida dos moradores da aldeia Murutinga serão analisados dentro do contexto geral e específico de cada posição na relação de disputa pelo poder de representação.

A relação com as prefeituras se configura numa demonstração da força política que

²⁹ Edital n° 2008/01/PPTAL/PNUD-BRA96/018

os Mura possuem na região. O estreitamento das relações com o poder público local merece análise mais detalhada à medida que dinamiza novas formas de relações a nível local, elevando o *status* da liderança à medida que transita e domina as instâncias burocráticas, realizam alianças e promovem sua comunidade dentro do sistema de mérito administrativo da municipalidade.

3.2.1. O contexto da política em Murutinga.

O desdobramento das relações interétnicas e intraétnicas em escala de progressões reais e seus efeitos na vida dos moradores da aldeia Murutinga, serão analisadas a seguir. Uma questão se apresenta à FUNAI, pois estão diante de um grupo que faz uma opção consciente de definir sua área dentro de limites menores do que poderiam pleitear, avançando muito pouco sobre as fazendas da região, cujos proprietários são considerados parceiros. As lideranças de Murutinga enfatizam que a prefeitura do município de Autazes é que tem dado apoio a algumas ações de melhoria na comunidade. Segundo o presidente comunitário Sr. Roni.

“O município dá apoio melhor do que a FUNAI, no caso é uma Instituição Federal mas aqui tem dado pouco apoio na áreas indígenas. Nos queria que a FUNAI visitasse as aldeias pelo menos aquelas que tem problemas. Que tivesse uma conversa formal dentro da igreja e até hoje ta parado todas as aldeias estão sem o desenvolvimento, a FUNAI não chega dizendo tem um projeto pra comunidade, se a gente quiser a gente vai ter que correr atrás e o município já esta fazendo até demais, por que não é papel do município é do governo federal, mas a gente não perdeu a esperança (...) a gente questionou muito lá em Brasília [viagem relaizada em novembro de 2006 para resolver questão da demarcação da área]. Reivindicamos lá eu Leandro outros tuxauas de outras aldeias pedimos que Brasília tomasse providência né ...a administração da FUNAI de Autazes pudesse quanto mais se integrar nas aldeias, mas até agora na tivemos nenhuma resposta eles estão assim meio deixando o índio de lado eu não sei porque nenhuma explicação ainda não deram pra gente. Não chamaram as lideranças pra conversar ...”

A ausência do órgão indigenista oficial na aldeia é apresentado como um problema, principalmente após a mudança de chefe de posto de Autazes ocasionada pela saída de Aldo Monteiro e a entrada de Hudson. O sentimento de abandono apresentado pelas lideranças diante do impasse político em torno da FUNAI, leva ao estreitamento das relações já estabelecidas com a prefeitura. A prefeitura por outro lado tem realizado ações consideradas importantes pelos moradores da aldeia como a construção de uma sede nova e da coordenação e repasse de verbas da educação indígena diferenciada. Apesar das queixas quanto à atuação da agência tutelar o que demonstra a falência do modelo, existe uma preocupação em manter uma relação de proteção dos direitos, portanto, vivem o que parece um dilema, pois ao mesmo que pleiteiam mais autonomia através de suas organizações, buscam apoio substitutivo para ações que deveriam segundo eles (os Mura) realizadas pela FUNAI.

Entre as agências estatais realizando trabalho nas áreas indígenas, os Mura destacam o trabalho da Fundação Nacional Saúde (FUNASA) que através da descentralização do atendimento em saúde tem colaborado com mudanças no padrão de atendimento dado aos indígenas, se efetivando em um diferencial positivo frente à realidade enfrentada pelos não indígenas que em casos de extrema urgência tentam acessar os serviços de saúde oferecidos aos índios.

“A saúde é por conta da FUNASA né eles tem colaborado com a gente bastante mas eu acho que falta mais um braço pra que possa dar prosseguimento, fazer que nem o antepassado “se não tiver uma cabeça que dirija não vai funcionar”, então a educação a saúde sempre caminhou junto mas ninguém teve essa parceria com a FUNAI ai corta meio a metade ai vai ficando pelo meio do caminho, coisas que podiam vir em nome da comunidade não vem por que a FUNAI não dá uma explicação... ai fica difícil por que eles é que são os administradores tão lá pra dizer pra informar pra dizer qual a situação da aldeia como esta se passando o índio mas hoje em dia não tem essas informações...”

O papel da FUNAI seria segundo as lideranças o de visitar as aldeias e repassar as informações importantes principalmente com relação à demarcação de terras. A idéia do protagonismo indígena trabalhado teoricamente como uma tendência de emancipação total parece deslocado quando confrontado com a realidade conjuntural onde se percebe a fragilidade muitas vezes apresentada diante da necessidade de

interlocução com as estruturas de poder estabelecidas historicamente na condução da causa indígena.

“A FUNAI tem papel de visitar as aldeias pelo menos cinco seis vezes no ano porque são muitas aldeias pra visitar no município de Autazes, ajudar a reivindicar as demarcações da terra pra fortalecer chamando os tuxaua pras reunião... Reunir, passar as informações pros tuxauas, dados sobre a terra.... e buscar junto ao governo do estado, municipal, algumas coisas que a comunidade não tem, que a comunidade está reivindicando, que muitas vezes nós lideranças não temos força de buscar...Por que quando a gente sai da aldeia e chega lá no Estado, no governo do estado eles dizem que existe uma FUNAI dentro do município, que é um órgão federal do governo federal, ai muitas vezes a gente vai perdendo a credibilidade por causa que a FUNAI não esta se manifestando...”

As organizações indígenas tomadas em nossa abordagem como sendo um mecanismo de atualização das lutas e transformação nas relações assimétricas ditadas historicamente pelos poderes centralizados referendam processos e relações de poder que estão situados geograficamente e, portanto delimitados a uma abrangência, o que não impede que na luta estabelecida em torno dos direitos ganhe contornos diferenciados à medida que as organizações têm capacidade de dialogar com as agências financiadoras de projetos. A questão é que na falta de estudos circunstanciados de viabilidade dos projetos seja no âmbito da gestão administrativa ou do potencial de sobrevivência sem as subvenções específicas acabam levando a disparates administrativos e malogro de iniciativas de etnodesenvolvimento. Neste sentido a fala de Roni é enfática:

“Deixaram as organizações acabar por conta própria, quando estavam bem na foto acharam que ia ser pro resto da vida ai uns abandonaram, deixaram acabar coisas que a comunidade construiu, foram vendendo, lutaram com suor, colocaram ali pessoas que disseram que era de confiança acabou do que tava a gente nem acredita, parece até que é uma mentira. Levaram a um ponto que hoje se chegar uma instituição em qualquer canto se o CIM meter um projeto hoje ta

devendo muita coisa (...) o resto que tinha nas comunidades deixaram roubar, deixaram esculhambar. Então hoje ta difícil então hoje a gente ta tentando levantar outra organização independente do CIM está lutando ta pensando registrar no livro oficial de Brasília na FUNAI, o nome de COIMA - Coordenação das Organizações Indígenas Mura de Autazes... que a gente ta discutindo junto com a lideranças pra que aprove. Vamos ter uma reunião dia 10 em Autazes pra aprovação do estatuto e a gente ta tendo uma parceria do município providenciando uma verba pra que a gente pague o advogado o juiz pra que seja reconhecido em cartório. Até a própria Funai esta um pouco impedindo que a gente faça a organização... então é muito pouca parceria com Funai, acho que o papel da Funai era ser a primeira, querem formar uma organização, ta aqui o advogado, mas a Funai não libera... não sei porque?(...) existe ai um conflito de pessoas desde que houve o movimento da Funai em Manaus só assim contrariaram as coisas... o administrador não quer ouvir o povo, o administrador quer fazer da própria cabeça dele ai não funciona... ai quem sofre é a própria base a própria aldeia e ta assim a luta, a esperança é que daqui pra frente se deus quiser vai melhorar... a gente vai conseguir a esperança é a última que morre... Eu vou ficar buscando parceria com a educação saúde, e a gente ta só no mesmo barco caminhando ai até onde a gente vai se afundar...

Eles querem que as bases reviva o CIM... e não tem aldeia nenhuma que queira pagar essa dívida que eles não fizeram isso, então eles querem que as aldeias paguem, pra que eles funcione de novo, como a dívida é muito alta aldeia nenhuma quer meter a mão neste peixe... ai não querem que faça outra organização ai prejudica outra organização por que essa outra vai levantar o nome, tem várias dívidas [receita federal, e outros, acredito que prestação de contas com convênios de projetos] então prejudica..."

Entender os problemas enfrentados pelos Mura em torno da sua organização maior o CIM, nos leva a conectar estes processos a questões de preparo das lideranças para assumir cargos burocráticos fora da esfera da aldeia. Por outro lado não pensam em desativar o instrumento das organizações representativas buscam apoio jurídico para

incorporar o patrimônio do CIM em uma outra organização indígena Mura. Neste caso uma implicação básica que norteou vários momentos da capacidade de reflexão dos Mura em torno de sua atuação política de suas organizações está ligado ao raio de abrangência das mesmas. O discurso presente na fala de várias lideranças de o CIM atuar “onde houver Mura” parece perder força à medida que os Mura de outros municípios passam assim a reivindicar espaço na administração e coordenação do CIM fato que levou ao rompimento da hegemonia dos Mura de Autazes na condução do mesmo. Assim a expectativa das lideranças de Murutinga é retomar o poder sobre a organização política dos Mura na forma de uma nova organização o Conselho Indígena Mura de Autazes (COIMA):

“Eles tem medo por que ai acaba de uma vez com esperança do CIM, ai não tem como funcionar mesmo não tem como lutar mais para conseguir... e ai é o medo deles e não querem que faça essa organização ... a gente ta lutando pra fazer essa organização (...) O papel da Conselho Indígena Mura de Autazes (COIMA) só que abranja o município de Autazes, por que o CIM ele abrange os municípios todos (Autazes, Manicoré, Borba, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Manaquiri, Itacoatiara, onde tivesse Mura o conselho atuava. Então sujou esses municípios todos, né e não tem como as outras aldeias dos outros município não querem ajudar é porque eles tão no direito deles que não foram eles que acabaram... foram pessoas que as aldeias as comunidades confiaram de colocar lá...Então não tem conversa por que as pessoas que estão lá não querem entregar pras lideranças dos tuxauas e ai nenhuma aldeia nenhum representante de aldeia quer assumir essa responsabilidade né e ai a gente ta querendo forma a COIMA pra que a gente denomine só o município de Autazes por que eu acho que o Careiro e os outros municípios Castanho, Manaquiri, Borba, Manicoré, eles tem o direito deles formar as organizações deles pra andarem com as próprias pernas deles né como aqui nos fazemos no nosso município começar a andar com as nossas próprias pernas....Fazer nossos projetos, buscar com o governo do estado até mesmo com o governo federal... né a gente tem como chegar... A reunião pra aprovar o estatuto é dia 23 de janeiro.

As questões referentes ao processo de criação da nova organização têm sido discutidas exaustivamente pelas lideranças das aldeias: Cuia, Guapenu, Paracuuba, Posto Barbosa Rodrigues (São Félix), Murutinga, Trincheira, Josefa, Pantaleão, Sampaio. Essas são as maiores aldeias Mura do município de Autazes. Pretendem restringir a atuação do novo Conselho como medida de segurança contra os Mura de outros municípios que porventura tentem de alguma forma interferir nas questões internas dos Mura do município de Autazes.

Os problemas políticos envolvendo a dissidência no âmbito do CIM por outro lado, levou ao fortalecimento das Associações Comunitárias até então com atividades restritas ao “guarda chuva” institucional proporcionado pelo CIM na execução de pequenos projetos ou mesmo na apresentação de demandas, desta forma segundo o presidente comunitário as aldeias buscam mais autonomia:

“A idéia é que se crie também aqui na aldeia pra gente não ficar dependente deles lá... da organização lá, mas sim eles ficarem como apoio à gente aqui e apoio lá, o filho que vai buscar... É por que ta acabando o mandato da gente esse outro ano e a gente quer implantar alguma coisa deixar implantada, fortalecido pra que possa desenvolver mais na comunidade, acredito que aqui 20% já desenvolveu muito por que aqui era cada um por si, a gente assim com o tuxaua estamos buscando o melhor estamos evoluindo e evoluiu muito, a gente não tem tudo mas estamos buscando condições pro povo viver melhor dia a dia por que aqui era uma miséria mesmo não tinha escola, nem saúde... nem luz não tinha nada era por conta da natureza: hoje agente tem uma equipe de professores, tem saúde de qualidade educação de qualidade, temos luz 24 horas, telefone, então conseguimos graças a Deus, não queremos parar por aqui nos queremos buscar mais o melhor se der mais tarde nos estamos ai oferecendo pra outras aldeias ajudando outras aldeias que estão na dificuldade que a gente tinha, esse é o nosso papel nosso objetivo de tentar ajudar outras aldeias que precisam a gente já deixamos de a nossa terra não ser demarcada pra ajudar outras aldeias, né que tão ai regularizada toda direitinho, e a nossa ainda ta ai, a gente olhou e viu que tinha outras aldeias quê estavam precisando, então a esperança deles já tava acabando quando a gente ajudou deu força, e muitos ainda são contra a própria aldeia que ajudou eles. A gente faz o

nosso papel, a gente ajudou agora estão regularizados então agora é por conta deles não deixem acabar. Nossa tendência é essa buscar o melhor pra comunidade ...Na época do SPI foi demarcada essa área aqui. Foi feito o estudo antropológico pela Ana Flávia, ela fez ficou concluído só que ela fez mas não entregou o relatório. Então não valeu de nada aí veio a Eliane Pequeno e acrescentou algumas áreas ...

A demarcação da T. I. Murutinga está sendo objeto de disputa entre os próprios Mura quanto aos limites da mesma. Os fazendeiros estão no meio desta disputa à medida que entre a aldeia Murutinga e a aldeia Tauari existem várias fazendas e uma vila (Novo Céu) é neste contexto que as relações interétnicas e intraétnicas se complexificam ao ponto de levar as lideranças de Murutinga a uma série de acusações contra Antonio Mota:

“A relação é assim ninguém tem nada contra eles e eles não tem nada contra a gente né, aqui só existe uma polêmica daquele senhor lá que tá querendo fazer uma aldeia aqui, mas ele não tá dentro da área indígena, aí ele colocou o nome de um local que tem aqui dentro dessa área com o nome pra cá, dentro do terreno próprio dele [aponta na direção da vicinal que liga Autazes a Novo Céu]...Então esse nome Tauari né que ele diz que é o nome da área dele, fica aqui [aponta no mapa], fica aqui dentro da mata é uma charco assim uma nascente de água então ele usa esse nome aqui no terreno que foi doado pela prefeitura em 97³⁰ parece que deram pra ele, só que esse nome que ele usa fica aqui dentro da área indígena, ele diz que é área indígena, aí o pessoal que não sabe ficam acreditando que é área indígena, mas realmente no mapa não é área indígena.

Os argumentos de Roni desqualificam o pertencimento territorial da aldeia Tauari dentro dos limites da T. I. Murutinga, além de deixar claro o posicionamento das

³⁰ Não são poucos os Mura que receberam terrenos loteados pela prefeitura de Autazes ou pelo INCRA no município.

atuais lideranças do Murutinga em relação aos fazendeiros que são tomados como parceiros privilegiados nas relações econômicas. Os vários estudos antropológicos realizados na área pela FUNAI, tem contribuído para a dúvida quanto a quem está certo nesta disputa territorial.

“Eles ficam assim a gente teve uma reunião com os fazendeiros, sempre a gente vai, por que é ai que a participação da FUNAI prejudica a gente numa parte, quando a gente fez um convite pra que a gente conversasse de modo geral, índios, brancos, fazendeiros e a FUNAI desse esclarecimento pra essas pessoas muito mais do que a gente. Que pudesse chegar o administrador e dissesse, aqui é o lugar da área indígena aqui é o terreno de vocês, aqui vai ser demarcado ou não, mas eles não apareceram e a gente teve que dar o esclarecimento nos mesmos, enquanto indígena, mas o nosso papel não é esse. Esse é o papel da FUNAI para fazer isso. Ai sempre teve essa desavença por que ele [Antonio Mota] quer e a gente aqui não aceita, por que vai prejudicar outras pessoas prejudicar pessoas inocentes. Vão meter nome de nós indígena aqui da aldeia que não tem nada haver com isso e assim os fazendeiros estão tentando buscar uma informação adequada eles querem saber se vai ser área indígena ou não? Mas só que essa resposta quem deve dar é a FUNAI, mas até agora não deu, a gente já buscou informações pra ver se passa pros fazendeiros porque pra gente que tem o conhecimento com eles sempre que eles falam pra gente, o que for nosso é nosso, o que é de vocês é de vocês. Agora o que a gente quer é trabalhar viver em paz poder trabalhar poder sair, melhor do que com briga. Ai eles falaram a mesma coisa: olha a gente queria uma resposta da FUNAI, se a FUNAI dissesse essa área ta pretendendo ser demarcada pros indígenas, eles ficariam contentes por que a FUNAI o Governo Federal iam indenizar eles, então é isso que eles não tem a resposta a revolta deles mais é isso...eles não tem uma informação o problema mais é isto ...”

As escolhas realizadas dentro das estratégias estabelecidas a partir do campo político referenciam as alianças com fazendeiros (neste caso o campo político Mura extrapola a questão étnica e se configura dentro do campo maior da política no

município de Autazes) os níveis de interdependência se dão também dentro do esquema econômico. Segundo Roni a relação com os fazendeiros é de cooperação:

“A relação é que nos precisamos muito deles e eles precisam muito da gente também. O pessoal é uma fonte de renda assim pra dentro da aldeia, onde busca um dinheiro busca um trabalho é com essas pessoas... é os fazendeiro eles vem buscar, então eles estão ajudando a manter o povo. Se acabar isso daí, ai vai ficar difícil por que pouco a FUNAI se interessa, ai acaba um desenvolvimento ai não vai ter como as pessoas ganharem seu dinheiro pra sobreviver. A convivência nossa com eles é dessa forma eles ajudando a gente a gente ajudando eles até porque eles estão mais conscientes (...) eles derrubavam exploravam a natureza estão agora com a formação da associação deles que a Cooperativa de Produtores de Leite do Amazonas - COOPLAM que o Governo Federal implantou ai no novo céu eles estão pretendendo ajudar a gente, então daqui a alguns tempos pode ser a gente a ser beneficiada então é isso, agora negócio de briga só o senhor lá que (referindo-se a Antonio Mota), que eles quer por que quer...”

O administrador da FUNAI, o Sr. Hudson foi empossado como chefe de Posto de Autazes após a ocupação pelos Mura liderados por Antonio Mota que passa a ter apoio incondicional do novo chefe de Posto e do movimento indígena regional, fato este que tem implicações nos estudos de demarcação da T. I. Murutinga.

“Ele [Antonio Mota] tem apoio da FUNAI. A FUNAI não apoio a gente e apóia ele, só que as lideranças aqui de Autazes não vamos ficar de acordo, cabe a FUNAI analisar dentro da aldeia as diretrizes da aldeia isso não ta acontecendo. Muito pouco o administrador conhece como a gente conhece dentro da aldeia né (...) A entrada dele foi através do movimento de Manaus a troca da administração da ADR e com a participação de outros indígenas, outros índios abandonados que saíram de suas aldeias, fizeram um movimento na cidade junto com outros indígenas do interior Munduruku, Cocama, Sateré e Mura...”

Na fala do presidente da comunidade indígena Murutinga Roni, observamos o desenho do movimento indígena Mura em seu estágio atual. Os Mura de Autazes foram precursores do movimento indígena no Amazonas desde seus primórdios no final dos anos 1980. A elite política formada a partir das mobilizações em torno dos direitos à terra se consolida com base nas políticas mitigadoras das desigualdades históricas posta em prática na educação e na saúde diferenciadas. As participações nas mobilizações públicas funcionam como ensaios para lideranças numa projeção para fora, sejam estas organizadas pelas elites indígenas ou fruto da expressão do descontentamento das “bases”. A legitimidade do movimento de ocupação da FUNAI em 2005 como forma de protesto organizado está no descontentamento com a situação fundiária no município de Autazes. A forma que buscaram para chamar atenção dos agentes do campo político para os seus problemas, foi se colocar dentro deste campo. A situação social construída dentro do campo político passa a ser uma ameaça aos porta vozes instituídos, é uma busca pela renovação política, no entanto a banalização das manifestações pode desgastar este instrumento de luta diminuindo seus efeitos na cobrança de ações eficazes por parte do Estado tutor.

Os ritos políticos na forma de mobilizações tem caráter performático à medida que insta uma tipologia em torno de referenciais identitários marcados pela seqüência de ações que podem e são na maioria das vezes previsíveis. Levar à público os problemas localizados transforma-los em “manifestações midiáticas” (Champanhe, 1996). As ações tomadas como denúncias pretendem alcançar a opinião pública e forçar a resolução de conflitos. No caso da luta pela terra em Murutinga observamos os efeitos reveladores de uma realidade social mais complexa do que a simples oposição entre índios e fazendeiros.

3.3. DOS EFEITOS DA EXPLORAÇÃO.

O processo de ocupação espacial definida na região em estudo se deu de forma autoritária, etnocida e escravista. Os Mura falam o português e tentam incorporar atualmente, através do curso de formação de professores elementos do nheengatu em alguns contextos de fala, principalmente reuniões e eventos onde estão presentes indígenas de outras etnias.

É recorrente em conversas com os mais velhos nas aldeias ou mesmo em depoimentos de jovens que falam sobre a memória de seus antepassados a recomendação explícita feita para aqueles que entravam em contato com pessoas definidas por um status superior, ou seja, branco, a não se identificar como Mura, principalmente enquanto estivesse na cidade, essa foi uma das formas de se protegerem do estigma negativo. Falar o português era um item fundamental nesta proposta de representação social.

Os elementos analíticos têm base no processo de “etnogênese”, este processo não pode ser entendida como o resultado e fatores originais, substantivos e preexistentes. A individualização dos Mura é percebida como contextual, situacional e relativa não só a um elenco definido de grupos e situações de interação, como também a competição por recursos – isto é, a um campo político intersocietário, em uma situação histórica determinada (Oliveira, 1988, 1999). O processo dinâmico do contato e a relação na fronteira assumem caráter privilegiado para análise da “mudança cultural” e da alteridade.

Essas lutas dão sentido aos processos de auto-afirmação. Baseados em símbolos que chamam de tradicionais, buscam re-semantizar o universo social, político na relação com os brancos dando suporte a práticas culturais e ecológicas alternativas ao modelo capitalista industrial, ao mesmo tempo em que inseridos na dinâmica econômica regional, aumentam paulatinamente o consumo de produtos eletrônicos como televisores, antenas parabólicas e celulares.

Como vimos o contato dos Mura com a “sociedade dos brancos” sempre se deu de forma assimétrica. Primeiro a submissão pelas armas, depois sua participação na economia regional baseada na exploração de sua força de trabalho especializada na coleta de produtos florestais.

Atualmente a incipiente produção é voltada principalmente para o consumo interno, compreendem variados cultivos de tubérculos com destaque para macaxeira, mandioca e suas variedades, tendo como principal produto a farinha. O pouco excedente produzido é comercializado na cidade de Autazes ou com barqueiros da região.

Na comercialização tem pouco poder de barganha, sem ter como escoar seus produtos são obrigados a aceitar um valor baixo pela mercadoria. Seu trabalho é desvalorizado o que caracteriza mais uma das faces da exploração. Esse aspecto foi ressaltado pelos próprios Mura não se tratando, portanto de uma leitura externa, mas de um ponto de vista bem localizado (Murutinga jan. 2007).

Em muitos casos observamos que os Mura deixam de trabalhar nas suas roças para vender sua mão de obra nas fazendas em trabalhos de limpeza de campos e derrubada das florestas para a pastagem do gado. A transição entre estes universos remetem a uma ruptura sociopolítica com as estruturas hierárquicas institucionalizadas historicamente.

Entender como vivem os Mura em suas aldeias distribuídas no entorno da sede do Município de Autazes a partir das suas relações políticas, nos permitiu a análise da formação da instância discursiva e relacional onde operam os sistemas simbólicos Mura na forma de ação política individual e coletiva. Aspectos como a formação de uma elite política Mura e, portanto, estratos na dimensão simbólica da representação e da institucionalização das lideranças segundo a noção de “campo político” (Bourdieu 2007). É neste campo que o faccionalismo se apresenta na sua forma atual, o *status* do indivíduo frente à posição que ocupa no jogo das relações políticas, exercendo papel de mediador³¹.

O conceito de “situação histórica” nos permite entender a ação organizada de atores sociais, em combate no campo político, produz a confluência de interesses do grupo. Os eventos tomados como relevantes conduzem ao ordenamento dos estratos de hierarquia interna do povo Mura, trabalhando em torno de uma análise dos acontecimentos e dos atores sociais protagonistas dessa situação social, que modifica a estrutura das relações sociais.

Inicialmente relacionamos os acontecimentos da organização política em 1990 com a criação do CIM e das lutas pela demarcação de suas áreas, tratamos do caso emblemático da T. I. Pantaleão. Em seguida tomamos como ponto de análise a ocupação da sede da FUNAI em Manaus em janeiro de 2005, em ambos eventos buscamos trabalhar em torno dos papéis de “porta voz”, o “cabeça” dos Mura. Como veremos a seguir, este evento apresentou grande poder de mobilização do movimento indígena em nível local, nacional e internacional.

As ações locais neste episódio passam a ter repercussão na distribuição do poder de representação principalmente do CIM que deveria ter um papel de catalizador das lutas políticas Mura como representação para fora. Nas aldeias é papel do tuxaua resolver problemas de invasão de terras, brigas entre membros da aldeia, assim como

³¹ A fase de protagonismo político Mura tem como marco referencial o momento de criação das organizações jurídicas, nomeadamente o CIM em 1990. As lutas políticas no campo dos direitos e da identidade vinculada a território é mais uma vez enfatizada na ocupação da FUNAI em janeiro de 2005. Estes elementos factuais serão interpretados a partir da noção de “situação histórica” (Oliveira 1988, 1999).

nas questões jurídicas na interlocução com FUNAI. O tuxaua divide o poder na aldeia com o presidente da comunidade. Instituído com a criação das chamadas comunidades indígenas a partir da década de 70, tem poder equivalente ao do tuxaua, sendo que nenhuma decisão importante é tomada sem a audição da assembléia. O presidente dialoga com a prefeitura municipal, além de ajudar na condução dos trabalhos da aldeia e na arrematação de mão de obra para trabalhos de “empreita”.

Podemos então definir este sistema de distribuição de poder a partir de seus elementos constitutivos, na forma como se apresenta atualmente. O presidente da comunidade possui o poder de representação comunitária fruto da necessidade, de a “comunidade indígena” ter um representante com esta função específica, visto que, ao ganhar este status (de comunidade) passa a figurar no planejamento das ações da prefeitura.³²

A aldeia Murutinga é uma das maiores em número de habitantes no município de Autazes. As decisões importantes são tomadas nas assembléias onde os adultos homens e mulheres votam. A escolha das lideranças da aldeia como tuxaua e presidente ocorrem nestas assembléias, assim como a escolha de pessoas para participar dos cursos de formação de professores indígenas, agentes de saúde indígenas e das capacitações técnicas como radio fonia. O tipo de liderança assim instituída na figura do tuxaua ou presidente deve estar atento aos desígnios do coletivo, portanto, mais obedece do que manda. No entanto diante do processo de complexificação das relações políticas entender da burocracia das agências está entre os requisitos para ser uma liderança com cargo de coordenação nas organizações Mura.

No primeiro movimento efetivado em torno da luta pela T. I. Pantaleão, havia uma homogeneidade entre as estratégias utilizadas para o fortalecimento étnico, onde as lideranças das várias aldeias Mura de Autazes, se uniram em torno do CIM. No evento que analisaremos posteriormente houve conflito de interesses entre as lideranças Mura, o faccionalismo ficou evidenciado, pois os ocupantes da sede da FUNAI em Manaus em 2005 saíram desta região liderados por Antonio Mota ex-tuxaua da aldeia Murutinga. A história de Antonio Mota como liderança da aldeia Murutinga, foi bastante controversa. Segundo relato de seus parentes era “muito autoritário, chegando à prisão de membros da aldeia”, “queria impor sua decisão”, atitudes estas rechaçadas pela maioria dos moradores da aldeia.

³² Encontramos assim algumas curiosidades neste sentido, a aldeia do Sampaio, consta na lista da prefeitura como comunidade Nova Esperança I e tem um presidente branco. O caso do Sampaio e de muitas comunidades que antes eram definidas como de cabocos hoje reivindicam o reconhecimento como área indígena por parte da FUNAI.

As posturas de Antonio Mota entre (1999-2003) levam ao seu afastamento como liderança na aldeia Murutinga, se cumprindo uma espécie de ostracismo. Antonio Mota organizou seu grupo de parentes diretos (filhos (as), genros, nora e netos) e ocupa desde então uma área na vicinal que liga o Distrito de Novo Céu a estrada Manaus/Autazes. O lugar passou a ser chamado de aldeia Tauari. Foi essa demanda de reconhecimento territorial que levou Antonio Mota auto intitulado³³ tuxaua e seu grupo a ocuparem a Funai em janeiro de 2005.

Os moradores da aldeia Murutinga, que tem como tuxaua o Sr. Nonato, não aceitaram a vinculação da aldeia Tauari a área do Murutinga. Apontam no mapa (ver anexo), a área correspondente ao lugar Tauari que se encontra aos limites da aldeia, segundo eles, não corresponde à área ocupada pela aldeia de Antonio Mota. Essa dinâmica permite entender que a reivindicação da área do Murutinga em limites que a maioria dos Mura moradores da aldeia reconhecem como fora de seus direitos, torna impossível a demarcação nos limites englobando a aldeia Tauari. Não obstante respalda a ocupação da Vila de Novo Céu, assim como as fazendas que fazem limites com a aldeia³⁴.

Foi o grupo de professores, liderado pelo Sr. Mariomar Moreira, com apoio de algumas aldeias que se posicionou contra a ocupação da FUNAI, não reconhecendo o movimento. Mariomar ocupou anteriormente o posto de tuxaua na aldeia Trincheira. Na situação referida para análise respondia pela coordenação do CIM e da OPIM. Em 14 abril de 2005 quando o grupo liderado por Antonio Mota ocupa a FUNAI Autazes e põe em questão a permanência de Aldo Monteiro como chefe de Posto, o grupo liderado por Mariomar, mais uma vez respaldado por amplo apoio de professores e de tuxauas fica contra o movimento.

Neste caso, o comando da mobilização³⁵ respaldou a partir de critérios de hierarquia Antônio Mota como tuxaua Mura e sua aldeia passa a ser objeto de estudos antropológicos por parte da FUNAI³⁶. O prestígio de Antônio Mota ficou em alta dentro do movimento indígena no Amazonas, tal prestígio ficou evidenciado quando seu grupo

³³ As informações sobre a aldeia Tauari não constava na lista de aldeias do CIM, portanto não poderia ser tuxaua de uma aldeia que supostamente não existia, entretanto com o processo desencadeado na ocupação da FUNAI movimento indígena passa a tratar Antonio Mota como tuxaua.

³⁴ Os Mura mantêm relações comerciais e de parentesco (casamentos interétnicos) com fazendeiros e pequenos criadores. O prestígio entre os Mura é acrescido por esta capacidade de mediação com os brancos. Em alguns casos incorporando através da “murificação” indivíduos das circunvizinhanças.

³⁵ Formação por indígenas de várias etnias, em sua maioria ocupantes de cargos nas organizações indígenas como COIAB, COIAM, membros da diretoria da FEPI e representantes de Conselhos de Educação e de Saúde.

³⁶ Edital nº. 2008/001 PNUD BRA 96/018 – PPTAL

tentou conduzir o estudo antropológico da T. I. Murutinga realizado em outubro de 2005 pela antropóloga Eliane Pequeno, objetivo este que teve apoio do chefe do Posto Indígena Autazes Hudson empossado a partir da pressão exercida pelos Mura pela saída de Aldo Monteiro.

Ao analisarmos a situação histórica da criação do CIM, deparamos com um contexto em que a estratégia foi unificada em torno da criação da organização. Agora discutiremos como a partir deste evento, outras organizações se fortalecem. Este processo leva à exacerbação do faccionalismo que se evidencia em momentos como a ocupação da FUNAI em 2005. O efeito da mobilização ratifica a institucionalização de novos atores sociais. Da mesma forma que a guerra para os Tupinambá era um exercício necessário para a transição das chefaturas, a ação política ganha contornos de ritualização e de consagração de indivíduos ao assumirem o papel de “porta voz” (Oliveira F°,1999). É no campo político intersocietário que os elementos simbólicos adquirem significado e relevância e os indivíduos dependendo de suas performances passam a desfrutar de status superior. Os Mura buscam fortalecer seu sistema étnico através das ações políticas.

A cultura, objeto tão caro à produção antropológica, onde entra nesta análise? A cultura entra como uma variável dependente da interação entre grupos étnicos. A busca por compreender a dinâmica do sistema social Mura, se fez então através da junção de dois níveis de percepção. No primeiro, buscamos entender os mecanismos que regem as relações interétnicas a partir da percepção dos Mura sobre essa relação. Em seguida, saímos desta abstração para tentar através da objetividade científica definir generalizações, “pode se ter uma *ciência* da sociedade, mas apenas uma *história* da cultura” (SAHLINS 2007: 15).

Nossa preocupação, portanto recai na formação deste “campo político”, que é o das lutas pela representação simbólica, que referenda a formação de uma etnopolítica Mura. Sob a luz da antropologia política, tomando como objeto concreto de pesquisa os processos étnicos na região polarizada pela cidade de Autazes. Arredores da qual, se situam as aldeias Mura: Pantaleão e Murutinga.

As aldeias em questão se apresentam dentro de um continuo rural urbano. A primeira por estar incrustada em meio à cidade de Autazes representa uma situação social particular à medida que as relações comunitárias dão lugar a relações mais impessoais fragmentando assim a existência coletiva. No caso da aldeia Murutinga, se configura uma situação em transição entre o rural e o urbano. O fornecimento de energia elétrica e a proximidade com a comunidade de Novo Céu atestam que se as

medidas legais de ordenamento territorial não forem tomadas a história pode se repetir, relembrando o que dizia Marx “a história se repete duas vezes: a primeira é uma tragédia e a segunda uma farsa”. Os conflitos fundiários permanecem na ordem do dia.

CAPÍTULO 4. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO MURA.

O fortalecimento étnico e político do povo Mura está apoiado em uma série de acontecimentos históricos que orientaram a luta dos povos indígenas no Brasil. O reflexo destas lutas foi principalmente produzir a visibilidade de povos então tomados como extintos. O povo Mura paradigma dos “índios misturados”³⁷ na Amazônia, teve representação nos eventos mais importantes da história recente da política indígena nacional. No ano de 1989, Cláudio Mura estava presente na criação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, como representante do povo Mura, se tornando posteriormente coordenador geral da organização.

No ano de 1987, “*eu e algumas lideranças indígenas: Manuel Moura (Tucano), José Orias (Maxinele), Josias (Wapixana), Dico (Sateré Maué) e Valdir Tobias (Macuxi), com os conhecimentos adquiridos na participação em reuniões da União das Nações Indígenas iniciamos nossa reuniões, onde planejávamos a criação de uma organização que representasse todas as etnias da Amazônia*” (Cláudio Mura Autazes 10/11/2006). Corroborar para a visibilidade do processo de protagonismo indígena em nível nacional, o depoimento de Gersen Luciano Baniwa (2006):

“Acompanhei e participei de todo o processo de surgimento e de consolidação do chamado movimento indígena organizado, nas décadas de 1970 e 1980. Foi um período histórico da luta de resistência indígena no Brasil, por um lado, caracterizado pelo surgimento e pela atuação de lideranças indígenas carismáticas que, com coragem e determinação, enfrentaram as forças colonialistas e integracionistas (Estado e Igreja) que subjugavam os povos indígenas; por outro lado, os povos indígenas, apoiados por alguns importantes aliados (missionários, indigenistas e intelectuais), iniciavam uma longa e bonita caminhada de

³⁷ Seguimos a análise de J. Pacheco de Oliveira Filho em “A viagem de volta: etnicidade política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Contra Capa 1999.

reorganização, mobilização e articulação política pan-indígena de resistência e de defesa de seus direitos e interesses coletivos – época heróica que marcou a principal mudança no curso da história brasileira.
(Gersen Baniwa, 2006: 19,20)

A atenção diferenciada definida para os povos indígenas e as políticas públicas frutos desta luta agora são postas em prática nas áreas Mura. Esses acontecimentos produziram a necessidade de capacitação e formação de quadros nas áreas de saúde, educação, gestão e elaboração de projetos. Estes fatores podem ser também considerados importantes no processo de fortalecimento de lideranças que tiveram acesso a tais processos?

Na década de 70 houve uma tentativa por parte dos militares de extinguir os direitos dos índios tidos como aculturados. Foi através da pressão de setores da sociedade civil organizada que lutou junto com os povos indígenas percebendo o quanto havia de nefasto em tal projeto, ou seja, o de destituir determinados indivíduos de sua identidade histórica. Os indígenas tornar-se-iam cidadãos de direitos universais, deixando de ser um cidadão de direitos específicos. A tutela enquanto elemento ordenador da relação funciona como vínculo do reconhecimento de uma dívida histórica que o país tem com tais populações.

À medida que pensamos em políticas públicas devemos observar que dependendo da forma como essas políticas, são efetivamente colocadas em prática podem ter contribuído ou não para o processo de autoafirmação do povo Mura. Essas políticas são orientadas a partir de modelos institucionalizados estabelecendo práticas, e ordenando o universo simbólico Mura, constrói uma compreensão da presença do poder tutelar através das agências de contato nas várias instâncias de interface com os povos indígenas. À medida que a organização política referencia a luta com bases na autodeterminação, foi necessário reinterpretar os processos de ajuste em andamento e distinguir na fala das lideranças, dos professores, agentes de saúde essa dimensão simbólica que orienta a construção do capital cultural envolvendo o conhecimento do universo indígena e o conhecimento sobre as coisas do branco.

O tempo do protagonismo se dá por conta da configuração do Estado brasileiro contemporâneo em seus dispositivos legais. Os novos processos de territorialização dos povos indígenas são frutos desta política. Hoje a questão de “índios urbanos”, e as

tentativas (pelo movimento indígena) de inseri-los no conjunto burocrático da administração estatal, compõem a dinâmica deste processo.

Assim realizar uma análise sobre o processo institucionalização do poder do Estado sobre os índios, através de suas agências incidindo como um *poder tutelar* Souza Lima (1995), controlando a vida dos índios nos ajuda a pensar as políticas públicas definidas como políticas indigenistas como uma prática inclusiva do Estado. A história de exploração dos Mura orienta suas estratégias de mobilização produzindo a “revolta contra o estigma” (Bourdieu 2007) definido uma dinâmica que transgride e orienta a definição do status dentro da sociedade autazense. Neste contexto ser índio é que bom.

A questão central no conflito entre Mura e brancos é a definição de limites territoriais. A política de distribuição de terras no Brasil República responde sempre foi favorável à integração das terras indígenas nas zonas de fronteira e expansão agrícola ao domínio do empreendedorismo colonial. Estes contingentes históricos representam um nível de territorialização que tem base em processos definidos e ordenados por atos administrativos (Oliveira F° 1999)

Buscamos identificar os elementos socialmente relevantes definidos pelos atores para o processo de emergência dos Mura como grupo étnico. Emergir neste caso com sentido de vir à tona, muda um pouco o sentido da etnogênese dando-lhe características particulares. A definição dos problemas sociológicos, neste trabalho obedece à regra de aproximação entre as questões de ordem teórica com a realidade empírica.

O caráter geral de algumas observações revela a busca por interpretar como determinados elementos de uma cultura adquirem significado, e passam a ser socialmente relevantes. Tal questão nos levou a estar trabalhando um modelo que privilegia as relações sociais e suas representações simbólicas, dentro do grupo e do grupo para fora, com a sociedade autazense.

Os Mura então aparecem inseridos no sistema mais geral de relações sociais ordenado pela supremacia da sociedade não indígena local no domínio do poder econômico e político. Os elementos analíticos configurados a partir da de uma “situação social”, real e em movimento entre grupos étnicos diferenciados foram inspirados na leitura de Max Gluckman (1987), sobre os processos sociais na Zululândia moderna.

Assim privilegiamos as situações sociais onde a interação entre os grupos de distintos status sociais se orienta a partir da dominação simbólica, referida nas lutas históricas. A distinção se apresenta de várias formas e podem ser exemplificadas na ocupação geográfica da cidade de Autazes. As ocupações laborais também são

marcadas por esta distinção onde os Mura ocupam as funções menos especializadas como trabalhadores braçais. Os grupos em questão localizam-se geograficamente em áreas sobrepostas, portanto os territórios específicos de ocupação Mura ajudam a referenciar a identidade, mas não é definida absolutamente por este.

4.1.O ESQUEMA INTERPRETATIVO

Examinar os esquemas de representação que os Mura fazem de si mesmos, ou seja, como eles a partir de determinada “situação histórica”, passam a reafirmar uma identidade étnica, apesar das circunstâncias mais amplas da instabilidade social. A análise de tais questões possibilitará perceber as estratégias utilizadas por eles na construção de sua identidade nas situações de “fronteira” étnica reivindicando uma *alteridade* ao mesmo tempo em que podemos encontrar nos discursos das lideranças Mura a cobrança do cumprimento de uma agenda específica para o seu povo.

A antropologia política deslocou a ênfase do foco das estruturas, para os processos sociais Barth (2000 [1969]), Cohen (1974), Gluckman (1987), Oliveira F° (1988; 1999). Assim identificamos as condições históricas, referidas nos eventos de luta pelo reconhecimento da identidade étnica na forma de luta pelo território (T. I. Pantaleão) no final 1988 e posteriormente com a ocupação da FUNAI em janeiro de 2005 que começou como a luta pela demarcação das áreas Mura de Autazes e termina como movimento que põe em suspeição a administração da FUNAI regional, exigindo a mudança do diretor regional, seguindo com o desdobramento da ocupação do Posto da FUNAI Autazes. Estabelecemos assim uma relação entre os elementos discursivos e os contextos determinados no qual são proferidos, visando conhecer os atores políticos, os protagonistas dos conflitos e dos acordos. Identificamos as lideranças Mura que em tiveram destaque e os desdobramentos de tais motivações para ações que se configuram como de reivindicação étnica.

Apresentamos elementos históricos onde os acontecimentos tiveram como foco de tensão a luta pelo domínio territorial. Essas questões nos levam depreendermos destes acontecimentos uma dinâmica cultural que permite entender a formação de uma consciência étnica, como resultado de uma ação política organizada nos sentido de formação de uma “comunidade étnica” (Weber, 1987), dentro de um Estado Nacional pluriétnico contemplado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Em nossa perspectiva de análise com vistas à compreensão da construção da identidade Mura e do processo de territorialização, encaminhamos a pesquisa a partir da classificação de grupo étnico segundo seus próprios critérios de definição de referenciais de sua alteridade num diálogo com o passado e significando elementos no presente.

Ao tratarmos de um movimento de reivindicação identitária que parte do princípio étnico, devemos analisar de qual tipo de “grupo étnico” estamos falando, neste caso à definição de grupo étnico *organizacional* (Barth 2002). A perspectiva de análise *primordialista* busca referências na ancestralidade, em elementos que remetem à consangüinidade. Essa concepção tem como fundamento a idéia de continuidade histórica, pensando em uma essência basilar para formação de um grupo étnico. Por outro lado ao pensarmos em um tipo de grupo étnico, que reivindicam a ancestralidade como um elemento definitivo para fins de reivindicação ao direito a terra estamos trabalhando com a possibilidade de uma abordagem *instrumentalista* desta identidade.

Quando interpretamos o processo identitário entre os Mura observamos uma certa conformação entre as distintas abordagens. Podemos perceber nos Mura um grupo que reivindica uma essência primordial, para fins instrumentais, se configurando em identidade distintiva em oposição à identidade generalizante apresentada nas tentativas de assimilação do grupo pela sociedade regional. É através da política que os efeitos das rupturas se processam. A análise interpretativa na antropologia, privilegia esquemas que podem e devem ser pensados como em constante re-elaboração, onde as leituras dependerão da posição dos atores no evento (Geertz 2002). Assim buscamos construir uma abordagem gerativa abandonando a forma de ver os Mura dentro do plano geral das populações indígenas ou de um sistema cultural fechado, para perceber as inter-relações e os níveis de interdependência entre os Mura e os autazesenses.

Oliveira F^o (1988) define e mapeia as relações sociais e simbólicas no sistema Ticuna e empresa seringalista. Buscou perceber como os Ticuna a partir do contato re-elaboram sua cultura, internalizando, por exemplo, o sistema de aviamento como mecanismo aceitável nas relações econômicas, definindo padrões de mudança cultural, e não mais passam a ser encarados como aculturação, a idéia de positividade permeando as trocas culturais.

O que se observa na análise deste autor é que, à medida que são localizados os atores, tanto indígenas quanto os brancos, é possível interpretar a dinâmica da relação interétnica. Os Ticuna podem classificar os padrões como bons ou maus, à medida que

entendemos que eles tem o “controle das impressões” e assim definam os termos da relação ali estabelecida, de acordo com a sua compreensão do mundo social.

Esclarecemos que tomando este caminho construímos uma interpretação, elaboramos uma leitura limitada a um espaço tempo da realidade das dinâmicas sociais Mura. Podemos usar então para este tipo de análise a noção de *conflito*, *aliança* e *hegemonia* à medida que se estabelece o consenso em torno de determinados papéis sociais.

Partindo destes pressupostos, temos que a etnicidade é pensada como “socialmente construída”, e os grupos étnicos como portadores de uma “habilidade de separar e de misturar uma variedade de heranças culturais e étnicas, se organizando como grupo e ajudando a localizar indivíduos dentro do grupo” (OLIVEIRA Fº 1988: 59).

Para este autor, a identidade étnica é construída em confronto com outras possibilidades de identificação. A situação de contato interétnico é, portanto, lugar privilegiado para o estudo das identidades étnicas e da *mudança cultural*. À medida que os códigos culturais são des-naturalizados o indivíduo tem a possibilidade de escolher entre pertencer a um grupo que se configura como alternativo, em contraposição, no caso dos índios, aos padrões de pertencimento cultural definidos pelo grupo étnico dominante (brancos).

Dentro do contexto de relações interétnicas a eficiência da análise é maior, quanto mais próximo se esteja da realidade. É a partir das micro-análises de uma situação concreta que caminhamos para um esquema interpretativo. Entendendo a cultura como um sistema cujas partes interdependentes são determinadas pelo todo que as organiza, inferimos que à medida que passa a reificar traços para marcar a diferença em um sistema multi-étnico, acaba por operar uma re-significação nos padrões culturais. No caso dos Mura a afirmação da identidade em público, ou seja, “dizer que é Mura”, é um fato significativo da mudança no *status* do indivíduo nas relações face a face, neste caso apreendido dentro de um sistema estruturado por relações assimétricas.

Tal abordagem reflete-se na questão territorial, pois, delimitar fronteiras, definir um território para permanência de um grupo étnico é parte de uma estratégia de dominação colonial. A luta pela recuperação das áreas definidas “no tempo do SPI” representou o principal eixo da demanda territorial Mura. O *modus operandi* dos Mura é alterado à medida que passam a desenvolver estratégias de mobilização étnica em torno da recuperação desses pequenos lotes e não aceitam a invasão dos mesmos,

consolidando um campo político. O resultado concreto da luta pela T. I. Pantaleão no fim dos anos 1980 é a criação do CIM.

A ocupação da FUNAI em 2005 tem como resultado um processo diverso à medida que evidencia a existência de grupos étnicos des-territorializados, a aldeia Tauari não era reconhecida pelo CIM, os índios de várias etnias moradores da cidade de Manaus aparecem como um problema social, que deve ser resolvido politicamente.

As análises da configuração das relações de poder nesta pesquisa orientaram-se para perceber a situação social não a partir dos termos primitivos da relação do contato interétnico, mas a partir da relação tal como se dá, à medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide. Nos preocupamos não em perguntar aos Mura o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar se sujeitar, a questão que se coloca é a de como as relações de sujeição fabricaram sujeitos, que se definem como um grupo etnicamente diferenciado, que, defendem seus direitos, e tentam construir uma nova realidade para seu povo.

Manuela Carneiro (1986) aponta para uma relação central em estudos sobre identidade étnica, afirmando que o foco incide sobre a articulação das representações simbólicas, com a organização da vida material e das relações de poder em cada sociedade. As questões relevantes se fazem evidenciadas nos conflitos cotidianos pelo poder de representação legítima. Os ocupantes de cargos de professor ou agentes de saúde não necessariamente se tornam lideranças no entanto o papel desempenhado por estes em suas aldeias leva à distinção a partir da atribuição a eles de *status* superior, em parte por conta dos salários recebidos, mas não só, leva-se em conta o capital cultural recebido nos cursos de formação, nas capacitações e reuniões nas quais compartilham entre si um universo simbólico diferenciado dos moradores das aldeias.

Essas questões oscilam entre "imperativos da *razão prática*: uma sociedade e seus membros têm de sobreviver; e os de *razão simbólica*: sobrevivem de uma maneira culturalmente marcada em um mundo signifiante" (Carneiro 1986: 98). A questão da etnicidade, esta referida especialmente, às situações nas quais grupos étnicos interagem e se confrontam em contextos sociais comuns. Nesta interação, os traços étnicos são construídos e reconstruídos de acordo com os interesses dos grupos envolvidos. O olhar incidindo sobre a relação entre etnicidade e mudança social, tendo como ferramenta analítica à noção de "mudança no equilíbrio", nos remete a idéia de "diferentes padrões de interdependência" (Gluckman 1987:260).

Ao observarmos estes níveis de interdependência que permeiam as relações entre os Mura e os não-índios da região em um momento histórico específico, referidos

aqui nos acontecimentos pós janeiro de 2005. Considerando a relação assimétrica onde fatores marcadamente desfavoráveis aos Mura, passam a ser tomados a seu favor e emblemáticos nos efeitos de mobilização política.

Podemos perceber, através da análise da situação do povo Mura, como as sociedades indígenas formalizam suas organizações jurídicas de caráter público para atuarem junto aos órgãos governamentais e não governamentais, inaugurando uma fase de protagonismo político, sedimentando os processos de autodeterminação. A idéia de organização indígena é “caracterizada como forma institucionalizada de expressão do movimento etnopolítico no Brasil, buscando o protagonismo político por meio da defesa dos interesses dos grupos indígenas. As lutas étnicas podem ser consideradas espaços de disputa de relações simbólicas, através das quais se busca a conservação ou a transformação das correlações de força na sociedade, e uma neutralização simbólica e material das desigualdades sociais” (GARNELLO e SAMPAIO 2003: 03).

Para analisar a atuação dos Mura diante das demandas existentes em suas aldeias, a noção de “campo político” Bourdieu (2007) contribui com a interpretação dos acontecimentos à medida que queremos fazer notar como atuam as organizações indígenas. São associações legalizadas, com estatuto, CNPJ e conta bancária assumindo funções antes restritas às ações do Estado, dialogando em nível regional e nacional com prefeituras, governo do Estado, Governo Federal, e com a comunidade internacional através dos fundos de cooperação multilateral Banco Mundial, Comunidade Européia, da cooperação bilateral em que predominam os países europeus.

As organizações indígenas têm como moeda de troca fundamental, a proteção ambiental e o conhecimento tradicional. Formatando certos tipos de ações, o movimento indígena desloca as frentes de luta para além das questões legais e busca se consolidar na busca de acesso aos “mercados de projetos” internacional e nacional aberto pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento.

Os projetos de etnodesenvolvimento entram como um componente alternativo neste novo cenário à medida que viabilizam o desenvolvimento apoiado em bases socioculturais, respeitando a etnicidade. Para Stavenhagen (1984) “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

Assim nossa interpretação do movimento indígena Mura e do alcance do elemento étnico na população regional, tem referência no acompanhamento das lutas

travadas pela terra e pela visibilidade pública de uma identidade até então ofuscada pela esperança de melhorar sua condição virando branco, visto que como indígenas só conhecem a exploração. Tratamos sobre identidades em construção, que ressignifica elementos do passado como reforço da memória social, com vínculos bem definidos no presente. Parte deste referencial está definido pelo pertencimento a um território e a dinâmica das mobilizações políticas, são os efeitos concretos da cidadania indígena.

A criação de terras indígenas foi garantida formalmente pelo Estatuto do Índio em 1973. A Constituição federal de 1988 garantiu o direito dos índios a uma terra determinada independentemente de reconhecimento, sendo ela aquela “por eles habitada em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições”(art. 31). No artigo 20, a Constituição estabelece que essas terras são bens da União, sendo reconhecido aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo nelas existentes. A destinação das áreas do Pantaleão e do Murutinga para os Mura é bem anterior a isso, pois data de 1917 definida pelo SPI.

Vimos que a história do contato interétnico em Autazes esteve sempre marcado pela exploração e por um forte preconceito da sociedade autazense com relação aos Mura. Em 1990 criam o Conselho Indígena Mura (CIM) sediado naquela cidade de onde passaram a traçar estratégias para as lutas pelo seu fortalecimento enquanto “grupo étnico”. O professor Altino Mura (da aldeia Trincheira) um dos precursores de todo este movimento, foi da primeira turma de professores indígenas Mura nos disse o seguinte:

*“Primeiro quem começou na luta foi o Cláudio,
Através da COIAB junto com Orlandino, do Orlando irmão dele;
ai eles começaram a incentivar outros grupos, outras etnias, onde
divulgou para Autazes, lá não tinha nada só a Funai que cuidava
de alguma coisa mais nada se resolvia (...) aí o Cláudio, Eu
também que comecei o movimento, nós pensamos em reunir os
‘tuxauas’, que hoje se chama, que antes era ‘capitão’ que eles
consideravam né ... umbora reunir os capitão das aldeias,
umbora lutar formar uma organização. Um conselho também...”
(Manaus 20 de julho de 2001)*

Os acontecimentos que seguem a estas reuniões dão conta da formação daquilo que definimos como o campo etnopolítico Mura. Este momento da organização política Mura está referida nas lutas pela demarcação da terra. Os primeiros organizadores do movimento Mura são lideranças tradicionais. Estes no entanto têm dificuldades de lidar com a burocracia das organizações e no difícil diálogo com as agências, aos poucos vão saindo da cena da interlocução e o papel de “porta voz” passa a ser assumido por lideranças mais jovens principalmente os professores.

As evidências históricas comprovam a importância dos Mura na política indígena regional com representação cativa em fóruns, conselhos além de possuírem representantes da etnia nas agências estatais. As bases da política indígena se dão pela aliança em busca de ações organizadas. O papel das lideranças é fundamental na articulação de estratégias que levem à uma constante ritualização dessas lutas.

As demandas sociais e territoriais dos Mura diante das ações governamentais moldam um campo das relações políticas, onde as organizações indígenas exercem a mediação desenvolvendo estratégias, dentro da perspectiva de um campo de interdependências. As organizações Mura entram na disputa pela representação simbólica criada externamente pelas agências multilaterais e pelas ONGS como guardiões da floresta. Eis que sua moeda de troca fundamental é a proteção ambiental e o conhecimento tradicional agregado a produtos e manejo da floresta, viabilizando um modo de vida alternativo, visto que as poucas áreas florestadas em Autazes são dos Mura.

É neste cenário que os projetos de etnodesenvolvimento entram como um componente fundamental, à medida que viabilizam o desenvolvimento apoiado em bases socioculturais, respeitando, portanto a etnicidade e por tabela o meio ambiente.

Na definição de Stavenhagen os princípios básicos para o etnodesenvolvimento são os seguintes:

“objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidade locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; valorizar a auto-sustentação e a independência

de recursos técnicos e pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas”. (STAVENHAGEM 1984 : 57)

Através da incorporação destes processos, o movimento indígena Mura desloca as frentes de luta para além das questões legais ligadas a território e busca se consolidar pelo acesso aos projetos aberto pelas novas políticas descentralizadas de desenvolvimento sustentável, são projetos específicos localizados e exeqüíveis com base na etnicidade.

A análise do processo de afirmação étnica dos Mura, na forma de uma etnografia do movimento etnopolítico em Autazes, trata os momentos onde afirmam sua identidade não no isolamento, mas na inter-relação, e se articulam em conexões institucionais ganhando visibilidade, realizando ações que ganham sentido nas lutas cotidianas.

Os Mura de Autazes, assim se definem como uma coletividade, um grupo étnico que se fortalece buscando através da autodeterminação , afirmar seu papel na formação social amazônica. Encontram no diálogo com sua história ancestral, uma ressonância no presente. Segundo Bourdieu (2007) a “arbitragem objetivista, que mede as representações pela realidade esquecendo que elas podem acontecer na realidade pela eficácia própria da *evocação*” (2007: 118), é uma luta constante entre o objetivismo e o subjetivismo que divide a ciência na luta pelo poder de definir a realidade que está na dinâmica da própria realidade.

“Apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou ‘inexistir o que existe, as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam...”
(BOURDIEU 2007: 118.)

Estes fundamentos interpretativos da dinâmica social e da identidade Mura se apresentam dentro da perspectiva de uma “revolução simbólica contra a dominação

simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce” (BOURDIEU 2007: 125). Assumir o controle sobre as ações indigenistas governamentais ou não governamentais em Autazes representa essa ruptura. Os Mura que sempre foram tidos como arredios, incapazes mesmo no presente, quando protagonizam os processos que repercutem em escala extra local, estão determinando a revolta contra o estigma.

Os Mura realizam a “reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade de que o dominado abdica em torno do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se” (idem: 125). Esses efeitos de representação simbólica dominam o cenário na luta travada pela afirmação da identidade Mura, então esse “existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido como diferente e em que, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença” (idem :129). A construção da identidade Mura muito referida pela relação na fronteira étnica, tem base contrastiva e performática. As suas organizações políticas entram no plano do nivelamento das relações assimétricas profundamente marcadas.

4.2. O FACCIONALISMO MURA

Os Mura liderados pelo tuxaua Antonio Mota da aldeia Tauari (a localização desta aldeia já foi referida anteriormente), dia 03 de janeiro de 2005, ocuparam a sede da Funai em Manaus reivindicando a demarcação das áreas Mura de Autazes. O processo de ocupação da FUNAI recebe apoio de índios de outras etnias moradores de bairros da Capital, assim como das organizações indígenas, especialmente a COIAB. As negociações através da COIAB obrigaram à tomada de posição das organizações indígenas de Autazes, que se posicionaram contra o movimento.

O CIM neste período (2004-2005) estava sobre a coordenação do professor Mariomar Moreira que acumulava o cargo de coordenador presidente da OPIM. Desde o princípio se posicionaram contra o movimento de ocupação da FUNAI, inclusive publicando nota de repúdio em nome das aldeias representadas (Pantaleão, Murutinga, Çaçaima Trincheira, Guapenú, São Félix, Cuia, Josefa, Capivara, Igarapé Açu, Paracuuba, Muratuba, Padre, Ponciano, Miguel, Jauary, Jabuti, Sampaio) e das organizações indígenas de Autazes (CIM, OPIM, OASIM, OEIM, OMIM).

A estrutura do movimento indígena de Autazes está dividido da seguinte forma com o grupo de professores liderados por Mariomar Moreira ligados ao ex-prefeito de Autazes José Tomé Filho (2000-2008) apoiados por lideranças de algumas aldeias entre os quais Murutinga. Outro grupo ligado a Cecílio Corrêa vereador Mura do município apoiado pelo movimento indígena mais amplo (COIAB, COIAM e organizações membro) algumas aldeias de Autazes e de municípios vizinhos, dão suporte político às reivindicações de Antonio Mota.

O efeito do faccionalismo existente entre os Mura, inerente às suas relações políticas internas tornou-se evidente transbordando o eixo da política indígena para a política mais ampla do município. A diferença entre as estratégias políticas dos dois grupos Mura afluíram uma divisão interna que embora latente acompanha todo o processo de fortalecimento do movimento indígena Mura.

A ocupação da FUNAI iniciada pelos Mura e cujo objetivo era chamar atenção quanto a questão das terras Mura de Autazes, passa a ter como pauta de reivindicação principal a indicação de um nome para o cargo de Diretor da Funai Manaus. Após longa negociação o movimento indígena é atendido em parte, a FUNAI de Manaus passa a ter um diretor indicado pelo movimento. Uma série de ocupações em postos da FUNAI nas cidades do interior começa como uma capilarização do movimento iniciado em Manaus.

Autazes foi o primeiro posto indígena ocupado por 150 índios Mura que reivindicavam a saída do chefe de posto Aldo Monteiro. Em outubro de 2005³⁸ a antropóloga Eliane Pequeno³⁹ realizou o levantamento antropológico com vistas à demarcação da área. Vale lembrar que os Mura que ocuparam a Funai Manaus e posteriormente o posto de Autazes reivindicavam a demarcação de uma área dentro da área do Murutinga.

As lideranças da aldeia Murutinga relataram⁴⁰ que a antropóloga estava sendo “induzida” pelo novo chefe de Posto, o Sr. Hudson, a levar em conta as demandas apresentadas pelo “grupo rebelde”. No entanto, os Mura do Murutinga não permitiram que eles conduzissem o processo. Segundo soubemos pelos relatos sobre a reunião inicial dos trabalhos de levantamento antropológico em outubro de 2005, os presentes quase vão às vias de fato, inclusive expulsaram da reunião “os índios rebeldes” presentes⁴¹.

³⁸ Projeto 914BRA018/Edital n°02/2005.

³⁹ Portaria n° 137/PRES de 29/09/2005.

⁴⁰ Reunião aldeia Murutinga 10/01/2007.

⁴¹ Dia 15 de outubro de 2005 cheguei na aldeia Murutinga para realizar uma oficina de capacitação com vistas a projetos de etnodesenvolvimento (NPCHS/INPA), por conta dos acontecimentos tivemos que

Analizamos a construção dos processos definidores da representação social Mura e não observamos de forma simples o antagonismo que existe nas regiões de fronteira social na região de Autazes. Neste caso tentamos expor as marcas socialmente relevantes na construção da identidade Mura com base na atuação política. Essas marcas podem ser observadas em momentos onde os conflitos latentes afloram. Primeiro a ocupação da FUNAI/Manaus em janeiro de 2005, em seguida o Posto de Autazes em fevereiro do mesmo ano, onde observamos os modelos de representação simbólica que a partir daí ganham novos contornos.

O grupo Mura, que ocupou a sede da FUNAI/Manaus foi ignorados pelo diretor do órgão. De uma reivindicação passaram a forma de protesto, dando início ao processo de ocupação do prédio que durou mais de 60 dias. Os indígenas só seriam ouvidos pela direção do órgão quando as organizações maiores principalmente a COIAB entram com suporte institucional aos índios que até então se configuravam como grupo isolado, visto que o CIM e OPIM haviam repudiado o ato. Na forma clássica de porta voz, assume Jecinaldo Cabral Sateré-Mawé. Diante do impasse nas negociações acabam por entrar em choque com os agentes da Polícia Federal.

A construção simbólica da representação política, da instituição de um porta-voz “plenipotenciário” (Bourdieu, 1990) objetivado no grupo, é condição para o reconhecimento de um interlocutor nas instâncias da política estatal. Foi a ausência deste elemento institucionalizador (organizações indígenas constituídas formalmente) da ordem discursiva entre os membros do grupo de manifestantes, que os deixou durante quase 48 horas agindo de forma isolada.

Sem um “porta voz” reconhecido tentaram dialogar sem que tivessem sucesso. Em nome de quem falavam aqueles Mura? A aldeia Tauari não era reconhecida oficialmente, as organizações indígenas de Autazes, precisamente o CIM e OPIM não apoiavam os manifestantes⁴². Para as lideranças Mura de Murutinga não há a aldeia Tauari não poderia Antonio Mota ter o título de tuxáua. Do ponto de vista da representação política institucionalizada não tinham lastro, até a COIAB assumir a

encerrar a visita no dia seguinte. O clima na aldeia ficou tenso com o estudo da antropóloga alcançando fazendas próximas. Os fazendeiros com medo que o intuito dos “rebeldes” fosse atendido ameaçaram invadir a aldeia Murutinga com homens armados. No entanto as lideranças do Murutinga, pessoas pacatas preocupados com as suas crianças, ficaram de certa forma intimidadas, pois se iam invadir ou não, o certo é que ouve o boato. A área reivindicada pelos Mura do Murutinga passou bem longe de onde queriam os Mura liderados pelo tuxáua Antonio Mota.

⁴² Uma nota de repúdio ao atos do grupo que ocupou a FUNAI foi publicada através de Ofício 002/05 CIM/OPIM datado do dia 4 de janeiro de 2005

interlocução legítima em nome não só dos Mura, mas de todos os indígenas da Amazônia.

Neste caso o direcionamento dos holofotes e microfones para Jecinaldo Cabral e posteriormente para uma “comissão” do movimento de ocupação da FUNAI formado por lideranças indígenas de várias etnias, se dá sem traumas, pois a dedicação, por obrigação, “aos interesses dos mandantes faz esquecer o interesse dos mandatários”, em outras palavras, “a relação aparente, entre os representantes e os representados concebidos como causa determinante (grupos de pressão) ou causa final (causas a defender, interesses a servir) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e os representados”⁴³ (BOURDIEU 2007: 176).

A manifestação tomou proporções digamos que não previsíveis para aquele grupo de Autazes que a princípio parecia um movimento isolado, ganha contornos de um movimento geral e organizado. Além da adesão das grandes organizações locais a solidariedade ao movimento ganha contorno internacional ao compor o palco de discussões no âmbito do IV Fórum Social Mundial Manaus dia 22 de janeiro de 2005.

A imprensa local mantém uma cobertura diária tanto em jornais, rádios como na televisão. Tais produções de sentido levadas à público referenciam uma questão particular dos povos indígenas diante da opinião nacional sobre a coisa pública e do papel do Estado diante dos problemas enfrentados pelas minorias. Esses problemas pontuais são acompanhados pelos organismos internacionais. Os atores da cena etnopolítica Mura necessitam definir sua posição no jogo das representações simbólicas que estão politicamente orientadas pelas profundas mudanças que afetam as estruturas de poder locais e as próprias organizações indígenas em Autazes nos últimos anos.

Assim, a manifestação dos índios Mura pela demarcação de terras no Município de Autazes acabou se transformando num movimento de lideranças indígenas de várias etnias pela saída do diretor regional da FUNAI, Benedito Rangel de Moraes. As lideranças indígenas ocuparam a sede da FUNAI e prometeram só sair de lá quando fosse assinada a exoneração de Rangel do cargo.

As ações do movimento buscam desqualificar a administração da FUNAI local. Segundo as lideranças indígenas, a administração regional da FUNAI não representava os seus interesses. Esses elementos produzem efeito de mobilização e o movimento

⁴³ Esse mesmo efeito não se realizou quando Antonio Mota tentava falar em nome dos Mura de Autazes.

ganhou adesões e já na primeira semana contava com aproximadamente cem índios, entre adultos e crianças, de várias etnias (Mura, Ticuna, Sateré-Mawé, Baniwa, Tucano, Munduruku, Apurinã entre outras) moradores da periferia da capital e da zona rural adjacente a Manaus.

O movimento indígena ocupa os espaços decisórios de forma organizada, fruto do processo de democratização da sociedade brasileira o que produz uma espécie de “autonomização do campo político e a sua crescente diferenciação interna, definida no aparecimento e desenvolvimento relativamente autônomos de agentes sociais” (CHAMPANHE 1998: 30). É desta forma em busca da defesa de seus interesses que os Mura se movem no jogo político na forma de um grupo organizado dentro de um sistema político que extrapola a região de Autazes.

A cobertura jornalística aponta as conexões que levam ao desfecho da ocupação da sede da Funai, refletindo o poder de articulação das organizações indígenas em nível internacional.

“A retirada dos índios, por meio de força policial, poderia até causar uma tragédia, afinal, eles resistiam entrincheirados há três semanas e mostravam-se dispostos a ir às ultimas conseqüências para obter uma resposta positiva às suas reivindicações.

Os efeitos da provável violência arranhariam a imagem do Governo Lula, que, em se tratando de questão indígena, está cambaleante. No centro desse problema, reside a demarcação das terras indígenas, que é secular e caminha segundo o interesse das elites econômicas e políticas do País.

Sem os limites territoriais avalizados pela União, o patrimônio material e simbólico deles torna-se objeto da pilhagem e do saque das frentes extrativistas e do avanço do agrobusiness. Há etnias que correm o risco de ficar sem um pedaço de chão em função da pressão de criadores de gado, de madeireiros, de garimpeiros e de plantadores de soja. Criada para cuidar da política indigenista do País, a Funai, hoje em processo de sucateamento, pouco faz – ora por falta de recursos materiais e humanos, ora por má-fé de servidores inescrupulosos – pela causa indígena.

A ocupação que se encerrou ontem foi deflagrada por guerreiros e guerreiras muras, habitantes do município de Autazes, que há 10 anos batem às portas da Funai implorando-lhe que faça valer o que lhes assegura a Constituição: o direito à terra, à saúde, à educação e ao sossego. Trata-se de situações vividas pela maioria dos indígenas e demais povos da floresta e das ribeiras amazônicas. Daí o imediato apoio e a solidariedade de outras etnias e de movimentos sociais ao ato de protesto, que ganhou mais visibilidade e poder político. Resultado: a Funai foi obrigada a “fabricar” uma “saída honrosa” para a crise em que se envolveu por adotar uma postura irascível e arrogante no tratamento do caso. Por pouco, não levou a Polícia Federal, por determinação da Justiça Federal, a um confronto com homens, mulheres e crianças armados com arcos e flechas, zarabatanas e tacapes.

Para alívio de todos, o bom senso prevaleceu sobre o legalismo repressor. A solução veio no exato momento em que a mídia nacional e internacional, a exemplo da local, iniciava uma ampla cobertura do fato. Afinal, o confronto entre as forças econômicas e os povos indígenas é mais um foco de tensão causado pela desigualdade social, cuja contestação dá-se por meio de redes e conexões internacionais dissociadas da diplomacia usual”. (Jornal A Crítica Edição No. 1158 de 22/1/2005)

Ainda na esteira da análise das representações políticas, observamos que este campo é ocupado por aqueles que se interessam subjetivamente (uma dedicação integral, pensam na política o tempo todo), o que produz efeitos objetivos na atuação política. Estes contingentes operativos das questões simbólicas definem os efeitos de dominação residual do campo de representação simbólica ao cindir o movimento indígena de Autazes. O efeito do faccionalismo Mura põe à amostra uma luta interna pelo poder dessa representação, promovendo alianças, rupturas e tendências de reordenamento interno das organizações no plano local e extra local.

As bases do movimento indígena, ou seja, a representação política expressa na interlocução com as agências em nome de um grupo étnico como os Mura se desdobra nos grandes centros políticos, neste caso, Manaus e Brasília. A luta para inserir os

índios citadinos dentro da legislação indígena complexifica a aplicação dos direitos específicos garantidos a estes povos. A formação de competências sociais necessárias à ação política exige do próprio movimento indígena a execução de processos de formação de lideranças, onde os direitos e a posição combativa na relação estabelecida através das práticas de incorporação de saberes específicos sobre o universo burocrático e relacional dos brancos são niveladores da capacidade discursiva e operativa dos sujeitos. O lastro das relações de parentesco define o começo da trajetória de uma liderança, porém a “concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariado e, portanto tanto mais provável quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os aderentes – sobretudo, o *tempo livre* e o *capital cultural*” (BOURDIEU 2007:164).

Entre os Mura que adquirem capital cultural dos brancos estão, os que indicados pelas bases, passam a desfrutar dos cursos de formação em vários níveis. O capital cultural dos professores, agentes de saúde, conselheiros distritais de saúde e coordenadores de organização é incontestável dominam o saber das coisas da aldeia e da tradição que referenciam a identidade Mura, assim como entendem dos meandros das leis e da burocracia visto que têm acesso a leitura dirigida e crítica pelos formadores engajados.

Para Bourdieu (2007) “a intenção política só se constitui com o estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de expressão e de ação que ele fortalece em dado momento”, representa a explicitação de forma objetiva “à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (BOURDIEU 2007: 170). A questão fundiária como mal estar central das discussões, oportuniza cobranças pontuais sobre a administração do órgão indigenista oficial (FUNAI). Os líderes do movimento passam a cobrar a indicação para a direção regional do órgão.

4.2.1. O “mal estar da terra”.

Discutir os campos performativos com base na noção “mal-estar social” (Champanhe 2002) nos ajudará a entender a dinâmica dos movimentos sociais nas lutas

políticas contemporâneas, principalmente das organizações Mura de Autazes. Ajudando a produzir sentido na formação de um campo etnopolítico Mura.

Apresentamos dados empíricos a partir dos acontecimentos definidos depois da ocupação da FUNAI Manaus em janeiro de 2005 por um grupo de Muras da região de Autazes. O evento obrigou determinados atores à tomada de posição dentro do campo político Mura. O maior movimento indígena com efeitos de mobilização sem precedentes na história da FUNAI regional, saiu de Autazes, portanto as organizações representativas locais deveriam se manifestar a respeito.

Os antagonismos latentes e aparentes se ampliaram e neste caso provocou uma ruptura na proposta unificadora de ter no Conselho Indígena Mura - CIM representante dos interesses da etnia⁴⁴. Para a análise do campo etnopolítico Mura é necessário perceber o fato de que “todo o campo político tender a organização entre dois pólos”, dependendo da posição adotada pelos membros das facções que polarizam o movimento, tem um corpo de concepções invariantes “que só se realizam na relação com o campo determinado e por meio dessa relação” (BOURDIEU 2007: 179).

Consideramos então um mesmo processo de acionamento de referenciais étnicos disputando espaços no âmbito da política indígena interferindo na política indigenista. Tomando os espaços discursivos tendo como dimensão a “situação histórica” na qual podemos localizar os atores dentro de um sistema político. O *faccionalismo* entre os Mura passa a se definir enquanto tomada de posição em torno de diferentes estratégias políticas.

O processo de territorialização dos Mura inseridos em novos universos de influência com a proliferação das vilas na região de Autazes, repercute na formação de determinadas situações sociais e estratégias de orientação política dos Mura atualmente. O entrelaçamento dessas dimensões coordena um processo identitário em constante construção. A etnicidade aciona cada elemento dessa cadeia da vivência à história. Se observarmos a condição de exploração que se propaga pelos séculos de contato, referenciado em bases documentais (nos relatórios do SPI do início do século XX) e no repertório da história oral teremos verificado que o etnônimo Mura persiste, portanto marcado por elementos diacríticos definidos no tempo e acionados situacionalmente.

⁴⁴ A primeira dissidência real ao CIM foi a criação da UPIMAS, da qual participaram Leandro Mura, Antonio Mota, Elizabeth Mura entre outros. A presença de nomes que se repetem nos acontecimentos indicam uma prática política intensa de alguns indivíduos.

4.2.2. Os conflitos interétnicos e intraétnicos emergentes.

O líder do movimento “o cabeça”, foi o tuxaua Antonio Mota⁴⁵ da aldeia Tauari, já foi morador da aldeia Murutinga tendo ocupado a função de tuxaua da aldeia. Atualmente com um grupo de parentes pede o estudo da T. I. Murutinga e tenta incluir a área chamada Tauari que ocupa na vicinal que liga Autazes a Novo Céu. A outra líder da ocupação Elizabeth é agente de saúde do distrito Autazes, também conselheira distrital de saúde. O grupo formado por dez Mura, no dia 03 de janeiro de 2005, estavam paramentados com cocar de penas, assim como indumentárias de couro e penas lhes serviam de roupa. A pele no rosto estava pintada com urucum e jenipapo. Apesar de se referirem ao movimento como pacífico estavam com arco e flecha em punho, estavam digamos assim preparados para uma “guerra”. Podemos notar que toda esta indumentária assume forma simbólica, pois os Mura não se vestem desta forma, no entanto em festejos e comemorações alguns deles podem aparecer vestidos assim.

Este evento e seus desdobramentos são os elementos empíricos que referenciam nossa análise. A produção simbólica e a dimensão adquirida pelos Mura nas suas lutas pelos seus direitos étnicos, são apresentados como partes do nosso objeto. Durante as primeiras 24 horas do movimento de ocupação, nenhuma das organizações representativas de Autazes tomou a frente, ou seja, aquele grupo que estava ali apesar de ser identificado como Mura de Autazes não tinha apoio do CIM, ao contrário, a posição assumida segundo Ofício 002/05 CIM/OPIM datado do dia 4 de janeiro de 2005, se posicionava contra aquelas ações.

Em todo caso, após os primeiros dias de resistência as organizações indígenas sediadas em Manaus passam a dar apoio, e os índios que moram na cidade somam-se aos Mura passando a acampar na sede da FUNAI. A interlocução do movimento passa a ser feita pelo Coordenador Geral da COIAB Jessinaldo Cabral, e instaura-se uma comissão de representantes para falar em nome dos indígenas e não mais apenas daquele grupo de Muras. Na comissão estava presente o Zé Mario Mura e demais lideranças de várias etnias.

Essa comissão toma a forma daquilo que Bourdieu ao falar sobre as formas fetichismos da delegação o “efeito de oráculo” é a exploração da transcendência do grupo em relação ao indivíduo que de certa forma é efetivamente o grupo, quando não porque ninguém pode se levantar e dizer: “Você não é o grupo, a menos que seja para

⁴⁵ Antonio Mota ocupa desde 2004 a função de Conselheiro Distrital de Saúde.

fundar um outro grupo e se fazer reconhecer como mandatário desse novo grupo”. Esse paradoxo da monopolização da verdade coletiva está na origem de todo efeito de imposição simbólica. São estes efeitos de mobilização simbólica que entraram no jogo da representação dos Mura de Autazes. Neste caso a posição referida ao interesse em relação a quem fala e em nome de quem se fala temos reproduzido o “efeito de oráculo”, substantivando a coletividade por características definidoras desta coletividade e assim se apresentando como porta voz de um grupo.

O evento que nos serve de referência é de certa forma engendrado dentro do circuito multidimensional produzido não só pelo movimento indígena, como também pelos meios de comunicação, pois a cobertura jornalística é diária. A partir do momento em que a COIAB assume as negociações acaba por apresentar não só a demanda de terras localizada dos Mura, mas a questão dos direitos dos índios citadinos também aparece como pauta.

A COIAB, portanto acaba ampliando a luta, que inicia com um “problema localizado” que na verdade é um “mal-estar” relacionado à questão das Terras Indígenas se desdobra e põe em xeque a cúpula da FUNAI no Amazonas exigindo mudanças em diversos escalões da administração até os chefes de Posto. A tomada de uma posição irreversível quanto à saída do administrador regional dificulta o acordo visto que o presidente do órgão não cede de pronto aos manifestantes, e as reuniões são mediadas pelas lideranças do movimento.

No dia 08 de janeiro, às 14:00 hs, foi realizada uma Audiência de Conciliação na sala de Audiências da Justiça Federal do Estado do Amazonas, representantes das lideranças indígenas e representantes da Funai entraram em acordo sobre a desocupação do prédio da instituição. A audiência foi presidida pelo Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira, titular da 2ª Vara.

Ficou decidido que os indígenas desocupariam a sede da FUNAI, espontaneamente, até as 14h do dia 09 de janeiro. Em contrapartida, a FUNAI se comprometeu a providenciar o transporte de todos os indígenas para suas residências, bem como custear passagens fluviais para as comunidades de origem.

O governo se comprometeu também a trazer o presidente da Funai, ou um representante com os mesmos poderes de presidente, para se reunir no dia 12, às 16h, com as lideranças indígenas e iniciar o processo de conversação para o possível atendimento das reivindicações feitas pelos índios. O não cumprimento do acordo resultaria em multa à União e à Funai em R\$ 1 mil ao dia.

A visão do Estado sobre os problemas sociais, agindo de acordo com a capacidade de mobilização dos grupos organizados em torno de seus problemas pontuais refletem-se nas formas de ação política. Tais problemas ao se tornarem públicos, criam a necessidade de relatórios que devem dar conta destes “mal-estares”. “Falar disso em público modifica o estatuto desses mal estares: o que era vivido como ‘problema pessoal’ ou ‘local’ torna-se um ‘problema da sociedade’ que deve ser politicamente resolvido” (CHAMPANHE 2003: 255)

Encarar os acontecimentos por este prisma nos permite perceber que a transformação do problema territorial dos índios Mura apontado como “mal estar social” provoca a tomada de posição de uma organização representativa dos índios, neste caso a COIAB é que cobra ações efetivas do Governo Federal.

O campo político por sua própria natureza comporta de forma aberta ou velada a disputa interna pela legitimidade na representação política, esta, “é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que os agentes e as instituições envolvidas nesta luta podem mobilizar fora do campo”. É a força mobilizadora que engrandece e notabiliza o discurso, a capacidade deste discurso ser “reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses” (BOURDIEU 2007: 183).

A filigrana da análise está nos acontecimentos em torno da desocupação do prédio da FUNAI, realizada de acordo com o que havia sido estabelecido na reunião de conciliação. Assim quando os indigenistas “Sidney Jorge Edwards de Oliveira, Luiz Ivenildo Moraes e Selma Costa da Silva chegaram à sede da FUNAI para receber de volta o prédio da instituição, em respeito ao acordo firmado domingo na Audiência de Conciliação realizada no prédio da Justiça Federal do Amazonas. No horário estabelecido para a devolução do prédio, as lideranças e grupos indígenas, que ocupavam a sede do órgão federal, haviam sumido. “Apenas três representantes do movimento se encontravam na FUNAI para devolver o imóvel” (A Crítica 10/01/2005).

O que houve neste caso foi um recuo estratégico, pois no dia seguinte os índios tomaram mais uma vez a sede da FUNAI. Desta vez, não se tratou de ocupação, mas de um acordo firmado com o presidente em exercício, Roberto Lustosa, representando o presidente do órgão federal, Mércio Pereira Gomes. “A permanência dos aproximadamente 300 índios na sede da instituição durante a noite de ontem foi permitida pela direção da FUNAI porque as negociações realizadas à tarde terminaram num impasse, que deve ser resolvido hoje. As negociações serão retomadas a partir das 9h” (A crítica 12/1/2005).

O descumprimento mais uma vez do acordo e a interrupção nas discussões em torno das reivindicações do movimento indígena. “Roberto Lustosa não compareceu ao encontro marcado com as lideranças. Mandou o coordenador fundiário da autarquia, Antônio Pereira. Na ausência do vice-presidente, as lideranças decidiram não continuar as negociações e continuar ocupando o prédio da instituição” (A Crítica 13/01/2005).

Os dias passaram e a questão não se resolvia, a ocupação continuou e as estratégias para atrair a atenção do governo estão pautadas na presença na mídia diariamente, porém no dia 18 de janeiro fecharam o acesso de carros pela rua Maceió onde fica localizada a FUNAI “Essa é uma via pública e nós respeitamos muito a população. Por isso a manifestação durou apenas meia hora, como havíamos prometido”, disse o cacique Apurinã Aldenor da Silva (A crítica 19/01/2005).

O conflito na FUNAI começa a ficar tenso por volta da terceira semana de ocupação, chegando a ameaças de confronto físico com a Polícia Federal. No entanto prevalece o bom senso, e o choque físico é evitado, e os índios saem vitoriosos. No noticiário refere-se a “vitória das **lideranças indígenas** amazonenses na briga instaurada desde o último dia 3 com a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai)” (A Crítica, 21/01/2005).

Os cargos de liderança correspondem a uma dominação direta do espaço simbólico a qual permite que se mantenham duradouramente os detentores dos postos mantendo os postos, para Bourdieu (2007) “a esta nova definição das posições correspondam características novas nas atitudes de seus ocupantes. Com efeito quanto mais capital político se institucionaliza em forma de posto a tomar, maiores são as vantagens em entrar no aparelho, ao contrário do que se passa em fases iniciais ou nos tempos de crise” (BOURDIEU 2007: 195). A luta do movimento indígena se orienta para este processo de burocratização, assim viabilizando projetos políticos mais robustos.

Após muitas horas de negociações a saída definitiva de Rangel vai acontecer no dia 27/1/2005, quando os “Indígenas deixam sede da FUNAI, depois de conseguirem a exoneração do administrador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do Amazonas. “Os índios de 17 etnias do Estado decidiram ontem desocupar a sede do órgão em Manaus, eles começam a sair hoje pela manhã” (A crítica 28/01/2005). Os índios então se retiram e o representante da presidência da Fundação que está em Manaus negociando com os índios, Manoel Hélio de Paula, envia à Brasília uma lista com os

nomes de Alberto Lucas Fernandes Rodrigues, da etnia Baré; Benjamim de Jesus Oliveira, Baniwa; e Estevão Lemos Barreto, Tucano, para que o presidente do órgão escolha um deles para a administração local.

A retirada, contudo, não pode ser entendida como arrefecimento do movimento. “Se eles não cumprirem o acordo, nós voltaremos”, afirmou um dos líderes da ocupação, o tucano Estevão Lemos Barreto. A exoneração de Rangel era a maior reivindicação dos indígenas. Como vimos, as estruturas de poder (agências/instituições) que executam ações no âmbito da política indigenista são cada vez mais objeto das disputas simbólicas. Ocupar os cargos na administração do Estado esta para os índios dentro da proposta de protagonismo posta a termo nos últimos anos.

Em represália ao movimento a FUNAI fechou o escritório da Administração em Manaus no dia 09/02/2005, por tempo indeterminado, alegando falta de segurança para que “os servidores do órgão tenham condições de retornar ao trabalho e continuar as ações voltadas para os 28 mil índios que recebem atendimento por meio da administração regional” (*A Crítica* 11/02/05).

4.2.3. A ocupação do Posto da FUNAI Autazes: Um panorama do cenário atual.

Depois da capital, a estratégia do movimento indígena foi a ocupação do posto indígena de Autazes em 14 de fevereiro de 2005. A manchete do jornal era a seguinte “Tradicionais guerreiros da resistência da região amazônica desde a ocupação portuguesa na época do Brasil colonial, os Mura estão em pé de guerra com a Fundação Nacional do Índios (Funai)”.

“Os mesmos guerreiros Mura que iniciaram uma ocupação na sede da autarquia na capital, no dia 3 de janeiro deste ano, repetiram a estratégia de embate em Autazes (a 118 quilômetros de Manaus), ocupando o posto da Funai no município.

O objetivo do ato é semelhante ao que motivou os índios a ocuparem a sede do órgão na capital: a exoneração do chefe de posto da fundação daquela cidade, Aldo

Monteiro, e a demarcação das terras indígenas em Autazes.

Os índios afirmam estar de posse de provas de irregularidades cometidas na administração de Aldo Monteiro. O vereador de Autazes, Cecílio Corrêa, afirma há registro falso de pessoas que não são indígenas e foram cadastradas como tal.” (A crítica 16/02/2005).

Os membros do Conselho Indígena Mura, que haviam assumido uma posição contrária à do movimento deflagrado em suas bases, vêem uma divisão definitiva na relação já estremecida entre o grupo liderado pelo professor Mariomar Moreira coordenador da OPIM e por tuxauas de algumas aldeias vinculadas ao CIM e de outro lado um grupo liderado pelo vereador Cecílio Corrêa (ex-tuxaua da aldeia Guapemú). O faccionalismo Mura até então latente, aparece em função da posição de interlocução legítima que envolve execução de ações da política indígena e indigenista⁴⁶.

Após 26 dias de discussões o administrador do posto da FUNAI de Autazes Aldo Monteiro foi retirado do cargo. Os líderes do movimento até então vitorioso organizam uma assembléia no dia 11 de março, na qual será decidido o destino do CIM. Os elementos que trazemos à discussão são aqueles que consideramos relevantes dentro do processo de tensão que foi a assembléia. Os elementos discursivos são apropriados pelas lideranças em sua atuação política definindo práticas orientadas por condutas prévias, ligadas ao pertencimento étnico.

A Assembléia Extraordinária do Conselho Indígena Mura – CIM de 11 de março de 2005 teve como composição da mesa representantes da COIAB/Manaus Sr. José Mario dos Santos Ferreira. Representante da FEPI, Amarildo Machado (Tucano). Representante da Comissão Funai, Sr. Dobertino Ribeiro dos Matos, representante da sindicância da Funai/Manaus Tuxaua Antonio Mota, Coordenador Geral do CIM Mariomar Moreira de Souza. As informações apresentadas foram retiradas da Ata de registro da Assembléia.

⁴⁶ Esses acontecimentos remontam às eleições de 2004 para prefeito de Autazes, quando o vereador Cecílio que fazia parte da base aliada do prefeito Jose Tomé Filho candidato a reeleição, nas últimas semanas que antecedem ao pleito passa a dar apoio ao candidato de oposição ao prefeito, Wanderlan que perde a eleição. Cecílio perde apoio dentro de algumas aldeias Mura, que continuam dando apoio ao prefeito José Tomé Filho. Essa situação gera um problema entre as aldeias à medida que as lideranças Mura de Autazes passam a compor lados opostos da política partidária em Autazes.

Nesta assembléia os trabalhos tem início com a leitura de documentos 1º relatório do Movimento Indígena. 2º leitura do Ofício 002/05 CIM/OPIM datado do dia 4 de janeiro de 2005, que se posicionava contra o Movimento Indígena, 3º leitura do informativo do movimento datado do dia 14 de fevereiro a 11 de Março de 2005. Após a leitura de todos os documentos, o presidente da comissão Sr. Maurício dos Santos passou a palavra ao Coordenador Geral do CIM acima citado, onde no conteúdo do documento dizia-se que o CIM repudiava as atitudes que foram tomadas pelo Tuxaua Antonio Batista Mota da Aldeia Tauari, dizendo que o mesmo era um índio isolado que não habitava na área indígena e que suas atitudes eram irresponsáveis.

O coordenador do CIM Mariomar Moreira se defendeu dizendo que o documento não partiu de sua iniciativa própria e sim a pedido de algumas lideranças que se encontravam contra o movimento e que quanto ao reconhecimento do tuxaua Antonio Mota, ele não está na lista de tuxauas do CIM.

Esclareceu também a situação “em que recebeu o CIM com muitas dividas (água, luz, dívida na receita federal) e que hoje a coordenação da OPIM, não faz questão de continuar coordenando o CIM” (Ata da Assembléia Extraordinária CIM de 11/03/5).

Os trabalhos continuam José Mario dos Santos Ferreira (Mura) vice Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da COIAB-CONDEF, “disse estar representando a COIAB Manaus e que a assembléia é pra resolver a questão do CIM visto que durante a mobilização Manaus o CIM se posicionou contra o movimento e isso é muito grave. E que isso deixou a cabeça dos parentes na mobilização em Manaus confusa, quando o CIM se posicionou contra o movimento. E que por causa de brigas internas o povo Mura, está atrasado sem projetos. Amarildo Machado (Munduruku), representante da FEPI, disse que CIM tem história trabalho e respeito. Quanto à ocupação da FUNAI/Manaus, repercutiram a nível nacional e internacional e que quanto ao líder Antonio Mota parabenizou pela coragem pela luta, são poucos os líderes que tem essas atitudes, por que são odiados, perseguidos e até mesmo mortos, disse que o movimento indígena de ocupação da sede de Manaus teve apoio do Fórum Pan Amazônico, essa mobilização teve repercussão a nível internacional. Hoje essa discussão está se discutindo com deputados e outros segmentos. Nessa reunião deve discutir e indicar um nome indicando o novo chefe de posto de Autazes e mandar em documento para a comissão em Manaus” (Ata da Assembléia Extraordinária CIM de 11/03/05).

Estavam presentes tuxauas de várias aldeias pertencentes ao município do Castanho, esta era uma das brigas dos Mura de Autazes pois Mura de outros municípios começaram a ter poder no CIM, assinalamos algumas falas para definir o contexto das

lutas. “Da aldeia Marinheiro tuxaua Antonio Carvalho Faria colocou a preocupação quanto a demarcação de suas terras e falou que veio resolver a situação do CIM e da Funai/Autazes. Aldeia Piranha do município do Castanho, Paulo Sérgio dos Santos Oliveira temos que retirar o chefe de posto de posto Sr. Aldo e trocar os coordenadores do CIM, ou trocar, ou repassar para UPIMAS” (idem).

O tuxaua da aldeia Jabuti Clóvis Natividade disse que quer mudança do chefe de Posto, a troca dos coordenadores do CIM. Tuxaua da aldeia Muratuba Ruben da Silva de Souza quer mudanças tanto da coordenação do CIM quanto do chefe de posto. Aldeia Juma, tuxaua José Miranda disse que deve haver mudanças na coordenação do CIM e do chefe de posto. Aldeia Soares tuxaua Manoel Fonseca, deve se mudar a coordenação do CIM, e o chefe de posto, para que suas terras possam ser demarcadas. Aldeia Caiamom tuxaua Abílio Lopes de Oliveira deve mudar os coordenadores do CIM e o chefe de posto, para nós indígenas ele foi um péssimo chefe de posto, por isso temos que mudar, inclusive ele nunca visitou sua aldeia no município do Castanho.

O tom de acusações permanece por toda Assembleia da “Aldeia Itaboca município do Castanho tuxaua Nonato Amaral Costa, tem que haver mudança geral tanto no CIM porque esses coordenadores do CIM usaram nosso nome sem a nossa autorização dizendo que nós estávamos contra o movimento indígena e que pessoas assim não tem valor nenhum, para o movimento indígena, e que as lideranças merecem ser respeitadas. Quanto a FUNAI não queremos pessoas que roubam nosso direito, que não gosta de nós índios. Vimos para tirar a coordenação do CIM e que não vamos voltar sem resultados, e se a outra coordenação do CIM que for eleita não corresponder com os interesses indígenas, voltaremos aqui outra vez e tiraremos os coordenadores vivo ou morto” (idem). Notamos nesta fala que os ânimos estavam bastante exaltados e no que tange a representação das aldeias o papel de porta voz agora é exercido por cada tuxaua em nome dos seus representados, ou seja, em cada escala de representação temos um gradiente de capital simbólico sendo exercitado.

O tuxaua da Aldeia Guaraçu Jonilson Corrêa de Oliveira disse “temos que mudar tudo tanto a coordenação do CIM quanto o chefe de posto da FUNAI/ Autazes e uma coisa que quero deixar claro é que não autorizamos o CIM a usar os nomes das aldeias do Castanho, contra o movimento Indígena”. O tuxaua da Aldeia Barro Alto Aldenir da Silva Pereira quer mudanças tanto no CIM quanto do chefe de posto da FUNAI Autazes. Disse que o chefe de Posto nunca visitou sua aldeia demonstrando que não tinha interesse em ajudar o povo indígena e que por isso deveria sair do seu cargo. Quanto aos coordenadores do CIM, disse que não concordam com a “atitude que os

coordenadores tomaram em usar o nome dos tuxauas das aldeias dizendo que eles estavam contra o movimento indígena, sem se quer consultar eles e que isso é uma falta muito grande de respeito”. Aldeia Vista Alegre tuxaua Warlen Marques de Oliveira do Careiro Castanho diz: “não autorizamos o CIM usar o nome da lideranças do Castanho, e por esse motivo deve mudar toda a coordenação do CIM, e trocar o chefe de posto Aldo Monteiro, e que se for possível a UPIMAS deve assumir o prédio do CIM”(idem).

Estava presentes para dirimir as dúvidas jurídicas a advogada Anita Rocha, inquirida sobre a mudança na administração do CIM, para a UPIMAS ela afirmou que não se pode acabar uma organização sem antes pagar suas dívidas. Flávio Corrêa tuxaua da Aldeia Pantaleão disse que deve se eleger uma nova coordenação para o CIM. Aldeia Fortaleza Almodade Cardoso Salgado, deve levantar o CIM e escolher uma nova coordenação, quanto a troca de chefe de posto deve ser feito. Aldeia Poronga tuxaua Roseno Dias Branco, disse que o próprio chefe de posto foi quem criou a aldeia Poronga, Sampaio e Tauarí e a Organização da UPIMAS, para lhe dar apoio no momento em que algumas lideranças queriam lhe tirar o chefe de posto, e que o chefe de posto Aldo contribuiu muito para a divisão do povo Mura, colocando uns contra os outros, inclusive foi ele que incentivou o mesmo a bater no Cláudio Mura.

Da Aldeia Jauari o tuxaua Djalma Valente Magalhães, disse que dá todo o apoio para mudar a coordenação do CIM, mas que deve ser uma mudança que atenda todas as outras aldeias, e quanto a FUNAI deve se escolher um novo chefe de posto, pois ele não visava as aldeias, e por isso há muita invasão em sua aldeia. Aldeia Guapenú tuxaua Cecílio Corrêa disse que se trocar a coordenação ou mudar para a UPIMAS estará disposto a ajudar na medida do possível e quanto ao chefe de posto deve-se mudar.

Vimos também que a UPIMAS organização que surge como dissidência do CIM agora pretende englobar seu patrimônio. A força da UPIMAS está nas aldeias do Careiro e Castanho, portanto eis aí um dos motivos do ciúme de algumas lideranças de Autazes por conta dessa infiltração de Muras de outros municípios querendo interferir nas suas questões internas.

O tuxaua Alcir de Souza da Aldeia Boa Vista disse que “não adianta ter coordenador no CIM e não ter recurso para trabalhar, deve se trocar o coordenador do CIM, mas que deve conseguir recurso para que eles possam trabalhar”. Em nome da Aldeia Jacaré o tuxaua Ovídio Corrêa dos Santos disse que o ex chefe de posto Sr. Aldo Monteiro “tratou ele muito mal quando foi no escritório da FUNAI aqui em Autazes, e que se ele tivesse dentro da FUNAI no dia em que ocuparam a sede, ele só queria lhe dar uma boa bofetada para que ele aprendesse a respeitar as lideranças, se for para

mudar deve mudar tudo, tanto no CIM quanto na FUNAI. Está muito chateado com a coordenação do CIM porque usou o seu nome dizendo que o mesmo estava contra o movimento indígena e que isso é uma falta de respeito com as lideranças pois na verdade sempre esteve apoiando o movimento indígena” (idem).

Aldeia Capivara tuxaua Francisco Duarte disse que “veio várias vezes na FUNAI em Autazes pra falar sobre a demarcação das terras deles, e o ex-chefe de posto Aldo Monteiro este disse a ele que deveria lotear a terra e chamar o INCRA para cadastrar, demonstrando assim que não estava nem um pouco interessado em agilizar as demarcações das terras indígenas. No caso do documento que o CIM mandou para Manaus contra o movimento indígena ele disse que não autorizou usar o nome de sua aldeia e a forma como a coordenação do CIM agiu lhe deixa muito triste e ao mesmo tempo indignado, quanto à troca de coordenação do CIM acha que não vai adiantar muito porque o CIM não tem recursos, e tudo isso porque CIM esta sujo, mas deve haver mudança tanto no CIM quanto na administração do posto da FUNAI” (idem). O problema de loteamento da terra dos Mura e distribuição para colonização é ainda uma forma de destituir os Mura do seu bem básico que é o direito à terra de forma legalizada.

Como foi observado pelo ex-coordenador do CIM Mariomar Moreira a Aldeia Tauari não estava elencada entre as aldeias Mura na lista do CIM. No entanto os atos de bravura do tuxaua Antonio Batista Mota fizeram dele um tuxaua reconhecido, disse que “lutou por todos os indígenas e mesmo assim foi crucificado por alguns parentes, apesar de ser uma pessoa de idade, estar aposentado e não ter necessidade de estar lutando, mesmo assim luta porque tem parentes indígenas que na tem a mesma coragem que ele tem de lutar. Disse que tanto no CIM quanto no posto da FUNAI deve haver mudanças e que essa mudança deve ser para melhor.

A dinâmica da assembléia permite perceber a força que o movimento rebelde tem fora do âmbito do município de Autazes, pois nas aldeias pertencentes ao município o tom é mais brando, da “Aldeia Bom Futuro tuxaua José Castro disse que deve haver mudança no CIM e no chefe de posto. Aldeia Trincheira disse que para haver mudança deve ter quem queira trabalhar por todas as aldeias. Aldeia Igarapé Açu tuxaua Ângelo Moreira Tavares disse que deve haver mudanças tanto na chefia do posto da FUNAI quanto no CIM . Aldeia Natal tuxaua Francisco Moreira, é bonito falar em melhora, mas é preciso saber de que forma, apóia o movimento e diz que se é para mudar tem que escolher pessoas competentes. Aldeia Padre tuxaua Dinho de Sá Barbosa, disse que sua aldeia é demarcada mas nem por isso vai ficar contra o movimento de seu povo e assinou desde o início e que quanto a chefia de posto, já foi mudado, porque Aldo não

voltara a ser chefe de posto aqui em Autazes, quando era chefe de posto passou no Padre 11 anos atrás, quando passava a caminho da aldeia da Josefa, quanto ao CIM deve se ver quem é que quer assumir”. Uma das questões levantadas pelas lideranças era quanto à falta de recursos financeiros para projetos e vigilância das áreas.

Representantes de Aldeias do Município de Borba estavam presentes, da Aldeia Piranha o tuxaua Pedro Marques de Souza “diz que se for para haver mudança que seja mudando os coordenadores, mas que a sigla deve continuar a mesma, quanto ao chefe de posto deve mudar pois ele nunca demonstrou interesse em ajudar a população indígena”. Problemas relacionados à administração de antigos projetos também são fruto de descontentamentos que por muito tempo ficaram calados. O tuxaua Orleir Pacheco da Aldeia Jutai “diz que se querem mudar, deve mudar para melhor pois o CIM teve um projeto de 80 mil reais, projeto para as aldeias Capivara, Trincheira e Jutai no ano de 2001 onde foi tirado 40 mil para a manutenção do CIM”, o tuxaua cobra uma prestação de contas há muito tempo atrasada, o CIM é condenado e seus administradores de certa forma absorvidos.

Ainda de Borba da aldeia Igarapé Grande Alonso Santos apóia a mudança de chefe de posto e a troca de coordenadores do CIM. Aldeia Pacovão tuxaua Manoel dos Santos concorda com a mudança tanto da FUNAI quanto do CIM. Aldeia Cajual tuaua Dário Cardoso disse que fica triste pois o Mariomar como coordenador do CIM, representante do povo indígena ficou contra o movimento indígena e que na reunião que houve aqui mesmo no CIM, o coordenador disse que não podia falar pelas aldeias do Castanho e faz uma pergunta ao coordenador Mariomar, como é que ele sem consultar os tuxauas das aldeias do Castanho e do Manaquiri usou o nome deles no documento contra o movimento indígena, e que por esse motivo hoje deve haver mudança tanto no CIM quanto no posto da Funai Autazes.

As Organizações de Mulheres e Estudantes também estavam lá, a presidente da OMIM Antonia Esmeralda Brasil disse que apóia o movimento e a saída do chefe de posto e que deve trocar a coordenação do CIM. O Vice coordenador da OEIM Salatiel Esmeraldo Côrrea disse que apóia o movimento, em sua concepção tanto os coordenadores do CIM quanto o chefe de posto deve ser mudado.

A coordenadora geral da UPIMAS, Nevaldina Santana Lira, “disse que apóia o movimento, apóia a saída de do chefe de posto Aldo Monteiro e a troca da coordenação do CIM, e que o chefe de posto Aldo sempre procurou se dar bem usando os índios e suas organizações, disse que quer deixar bem claro, que hoje tem pessoas dizendo que a mesma está apoiando o Cecílio Correa, e que isso não é verdade, disse que está

apoiando o movimento indígena, e que o Cecílio como é índio e tuxaua de uma aldeia tem todo o direito de estar apoiando também o movimento, por que o movimento indígena é nosso”.

Cláudio Pereira em sua fala “disse que o CIM tem abrangência nos municípios de Borba, Manicoré, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, acentua que onde existir Mura está o CIM, e que já havia pensado em mudar de Conselho para Federação, mas que, no entanto precisam de auxílio jurídico. Os tuxauas presentes na Assembléia decidiram pela mudança de coordenação do CIM, logo em seguida foi colocado o nome dos candidatos para apreciação: José Mário dos Santos Ferreira disse que as pessoas que irão concorrer não deverão ter nenhum outro vínculo em cargos em outras organizações ou na administração pública”.

Após os pronunciamentos o presidente da Frente de Ocupação da Funai em Autazes, Sr. Maurício dos Santos, passa a coordenação da mesa ao representante da Fepi, o indígena Amarildo Machado Tucano, para conduzir a votação. Foi indicado para concorrer a coordenação geral do CIM, o indígena Cláudio Mura, Manuel Garcia dos Santos e Dário Cardoso Salgado. Os tuxauas disseram que quem fosse funcionário não deveria concorrer à coordenação do CIM, por esse motivo retiraram o nome do indígena Manuel Garcia, por ele ser funcionário da prefeitura. Concorrendo somente Cláudio Mura e Dário Cardoso. Só teve direito a votar os tuxauas e coordenadores de organizações. Após o término da votação ficou da seguinte forma para coordenador geral ficou Dário Cardoso Salgado com 20 vinte votos, Cláudio Mura obteve 14 votos, e três votos em branco, duas aldeias se retiraram antes de iniciar a votação, a saber aldeia do Paracuúba tuxaua Alvino, e aldeia São Félix tuxaua Edílson dos Santos.

Vimos que aparecem vários elementos que apontam relações de conflito e convergência de interesses para determinados fins dentro das escolhas políticas possíveis e pontuais nesta situação histórica. Os elementos em confronto produzem o equilíbrio em torno da base de referência política e das escolhas ligadas a um desempenho dentro do jogo das relações políticas no seio do movimento indígena Mura. Os elementos usados para distinguir a identidade indígena em maio às mobilizações são o discurso histórico engajado nas políticas de compensação. De modo que se sentem livres para usarem artefatos de penas e couro para se vestirem nestes momentos performáticos.

A posição assumida pelas lideranças da aldeia Murutinga, apresenta uma consciência histórica e percebe a importância de elaborar um discurso que referencie as

conquistas aferidas no campo da educação e da saúde, assim como na luta pela manutenção territorial.

o movimento anteriormente referido, iniciado por índios Mura dali da área. Que ocupam a área conhecida como Tauari na beira da estrada, impõe novas reflexões para este povo.

É bastante complexa a situação, pois este movimento entrou em choque com um seguimento dentro do próprio movimento tanto que os rebeldes recebem apoio da COIAB e dos atuais dirigentes da FUNAI.

CONCLUSÃO

O processo de organização política no estágio atual em Autazes é de divisão de poder . Após o evento relatado, o faccionalismo se definiu como apoio ao grupo que reivindicava a mudança do chefe de posto de Autazes e os partidários da permanência deste. Os grupos liderados pelos professores e tuxauas de algumas aldeias preferiram a aliança com o Aldo que recebia apoio do prefeito. São as escolhas políticas. Desde então as discussões sobre a legitimidade do movimento é questionada de ambos os lados.

Eis que sobre essa dinâmica identitária entre um povo que se correlaciona com o passado, buscando uma origem, paira um processo recente de indivíduos, em alguns casos comunidades inteiras, que passam a reivindicar a identidade Mura que por muito tempo estava silenciada, provocando uma ambigüidade que é própria deste momento histórico.

Muitas críticas sobre a legitimidade do movimento indígena Mura que sempre vieram da elite branca local, sobre estes índios que estão se multiplicando, aparece de forma residual no discurso de algumas lideranças Mura. Repetindo uma crítica concebida no seio do preconceito da sociedade não indígena. Neste caso é uma preocupação de ter a sua própria indianidade questionada.

A questão territorial se liga de fato a outro processo de crescimento demográfico e na capacidade do territorial de reservar aos moradores possibilidades de reprodução material, neste caso vêem trabalhos fora da aldeia como no caso da COOPLAM para resolver em parte o problema de pressão sobre os recursos naturais. *“Então nós temos um território grande, mas que também nós podemos vigiar. Um exemplo, hoje nós temos 40 indígenas que vão trabalhar na COOPLAM, então é 40 vagas que os índios*

tomaram espaço dentro da sociedade, respeitando as nossas culturas, tradições, crenças etc.” (Leandro Mura radialista aldeia Murutinga 15/01/2007).

É importante reconhecer que Leandro dá forte ênfase ao fato de ter o respeito dos brancos ou não-índios e este se vê enquanto agente político do processo quando diz que ajudou a criar o “movimento indígena”. O território então se faz não só como espaço físico, mas também político, onde aparece a idéia de campo de ação ou atuação. Seu discurso toma o enfoque da formação do movimento indígena e as novas lideranças: professor, agente de saúde, o presidente da comunidade que surgem como interlocutores das comunidades indígenas.

As evidentes marcas da exploração histórica sobre os Mura são atenuadas por relações de parentesco, compadrio e pela força política que os Mura passam a arregimentar na região. Todos estes elementos se fundam, no entanto na determinação histórica política de assimilação da população Mura e do uso da mão de obra indígena. Essa condição histórica orienta um conflito latente. A condição de tutelados, com o tutor estabelecido na FUNAI, e muitas vezes dependentes dos patrões, ainda é uma parte da relação a ser considerada pois este elemento que parece do passado compõe nuances do presente.

Estes ordenamentos pretéritos e presente ecoando sobre a tentativa de estabelecimento de uma nova relação política institucionalizada nas organizações representativas dos Mura. Assim a ocupação de espaços estratégicos na gestão da causa indígena, pelos próprios índios, é também parte das tentativas de modernização do aparato estatal orientando ações no sentido de dirimir os conflitos, evitando choques muito dramático nas possibilidades de tomada de decisão dos afetados por processos de intervenção. Caso de estradas e colônias agrícolas em áreas próximas às áreas indígenas e pelas políticas de estado em geral (saúde, educação).

Assim a questão da recuperação territorial não se dá de forma natural e sem transtornos nas estruturas de poder que orientam as relações interétnicas. A quebra das estruturas de poder patronal arraigadas na relação social é sempre traumática. Considerando que os fenômenos sociais, ou seja, os acontecimentos definidos em um processo analítico recaem na dimensão do indivíduo, sujeito da ação, ao passar a sujeito coletivo com base no referencial étnico envolve todo o sistema social produto desta relação.

No entanto essa condição é uma determinante para tomada de decisão influenciando as lutas contemporâneas. O rompimento com as amarras da sujeição se dá de forma gradual à medida que muda o *status* da relação. Os Mura hoje tem assistência

à saúde com mais qualidade que os não índios na região de Autazes. A educação tem mostrado avanços bem interessantes na sua abordagem pedagógica. Outros direitos como auxílio maternidade e todas as políticas sociais específicas para os indígenas chegam às aldeias Mura.

Essa mudança na relação com o Estado acarreta uma modificação no *status* da identidade, apresentando nuances de forma diferenciada entre os indivíduos, definido de acordo com o papel que assumem na estrutura social e que por seu papel (liderança, professor, tuxaua, agente de saúde, conselheiro de saúde, conselheiro educação, coordenador de organização) transitam mais frequentemente na zona de fronteira, passa a formar uma elite política.

A mudança no *status* da tutela fruto da luta orientada para uma dimensão dos direitos é apropriada de forma sistemática por estes grupos de lideranças novas e tradicionais. As lideranças distinguidas entre novas e tradicionais são assim consideradas pelo papel que exercem atualmente no âmbito das lutas contemporâneas dos Mura seja para dentro ou para fora dos limites das suas aldeias.

A consequência e os efeitos do poder do discurso que os Mura passam a ter enquanto reflexo do respeito à diferença cultural e principalmente enquanto caudatários de sistemas adaptativos que preserva a natureza, também repercutem no ordenamento social mais amplo.

Notamos que parte condensada dos discursos das lideranças corresponde à observação das condições do como se dá esta relação com base no sistema econômico o grau de interdependência (ou de dependência) entre os Mura e os pequenos proprietários, e grandes fazendeiros dos quais são vizinhos e com os quais mantêm relação constante.

Essas relações são orientadas pelo uso e acesso aos recursos seja na forma de produtores, extratores ou como mão-de-obra. No primeiro caso a farinha é o produto que geralmente é usado para trocas econômicas. Todas as famílias têm uma pequena roça onde o tamanho é definido pela sua necessidade. O peixe, a castanha, a madeira, cipó seringa entre outro representam o segundo desempenho produtivo, a escala dessa produção é pequena e de baixo impacto. A terceira forma de inserção na economia se dá na forma de vaqueiros nas fazendas, diaristas na limpeza dos campos, derrubando mata, muitas vezes avançando nestes serviços sobre o seu próprio território. Em todo caso a formação de professores e agentes de saúde define uma categoria formada por mão de obra especializada com salário regular que lhes proporciona uma posição hierárquica superior nas suas aldeias.

Diante destes contingentes organizadores da relação entre os Mura e a sociedade envolvente, observamos que determinadas práticas de esconder a identidade indígena (para não ser explorados), que eram orientadas para se proteger, posicionando elementos socialmente relevantes para os brancos, deixaram de compor o cenário atual. As diferenças que serviam para marcar os Mura negativamente, passam a ser reificadas em busca de uma identidade positiva. O estigma que se consolidava por oposição feita entre os Mura e o imigrante que prospera, se faz agora por via do discurso da preservação presente nas formas adaptativas Mura ao ambiente. A imagem da preguiça, ainda com atitudes desprovidas de civilidade, e prosperidade econômica se faz agora em busca de consolidar como modelo alternativo. Esses elementos marcam a zona de fronteira étnica em Autazes atualmente.

Neste trabalho buscamos apresentar o universo Mura na sua totalidade. Referenciamos os elementos históricos que permeiam a formação social e territorial na Amazônia. As idéias expostas procuraram definir as nuances da relação de contato interétnico, diante das estratégias dos grupos minoritários como os Mura em definir um padrão de relação baseado na aliança e no confronto.

O faccionalismo e escolhas políticas denotam as estratégias dos grupos formados em torno de determinadas figuras. Considerando a formação de campos discursivos no qual se insere o campo político, que o faccionalismo é um elemento ordenador e foi mantido latente enquanto foi conveniente aos Mura.

Isso consta na ampliação das vias de discussão e representação à medida que as portas vozes se apresentam ambos de forma legítima. Ordenar os elementos que definiram a tomada de posição e as escolhas dentro do movimento indígena Mura permite perceber que nas relações interétnicas o processo de mudança no padrão das relações sociais orienta escolhas que definem uma mudança no status da relação com “as bases” e no campo discursivo da representação para fora.

REFERÊNCIAS:

AMOROSO, Marta Rosa. Guerra Mura no Século XVIII: Versões e Versões – Representações dos Mura no Imaginário Colonial. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas 1998.

AMOROSO, Marta Rosa. “Corsários no caminho fluvial, os Mura do Rio Madeira” in Carneiro da Cunha, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo 1998.

BACHELARD, Gaston. A Formação do espírito Científico. Rio de Janeiro. Contraponto. 1996.

BARTH, F. – Lask, T. (org.) O guru iniciador e outras variações antropológicas – Frederik Barth. Rio de Janeiro. Contracapa. 2000.

BOURDIEU, P. – “A delegação e o fetichismo da delegação”. In Coisas Ditas. Brasiliense. S. Paulo 1990.

_____. O Poder Simbólico. Difel, São Paulo 1989.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In O Poder Simbólico . Difel, São Paulo 1989 pp. 17-58.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão sobre a idéia de região. O Poder Simbólico. Bertran Brasil, Rio de Janeiro 2004. pp 107-132.

_____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. O Poder Simbólico. Bertran Brasil, Rio de Janeiro 2004. pp 163-208.

_____. et. al. – A Miséria do Mundo. R. J.: Vozes. 1997.

CHAMPAGNE. P. A visão mediática. In A Miséria do Mundo. R. J.: Vozes. 1997. pp. 63-80.

_____. A visão do Estado. A Miséria do Mundo. R. J.: Vozes. 1997. pp. 255- 266.

COIAB Boletim Informativo COIAB, ano II nº 06-Março Manaus 1991.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade: ED. Brasiliense. São Paulo 1986.

_____. O futuro da Questão Indígena. In Revista de Ciências Sociais v. 28 n.1,2. 1997.

E.E. EVANS-PRITCHARD – Os Nuer- uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas nilota. São Paulo Ed. Perspectiva. 1978.

- FUNAI. Diretoria de Assuntos Fundiários Relatório Geral Brasil. 1997.
- GONÇALVES, Marco Antonio, 1995. Um mundo inacabado: Cosmologia e Sociedade Pirahã (Povos da Amazônia Meridional – UFRJ/MN/PPGAS).
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In Feldman Bianco, Bela. Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Método. Global. São Paulo, 1987.
- FOUCAULT, Michel – Em Defesa da Sociedade – Martins Fontes. R. J. 1992.
- FOUCAULT, Michel – Sobre a Arqueologia das Ciências – Resposta ao Círculo Epistemológico. In Foucault, M et all – Estruturalismo e Teoria da Linguagem.
- FITTKAU, E.J.; Klinge, H. & Sioli, H. 1975. Substrate and vegetation in the Amazon region. In: Dierschke, H. (ed.) *Vegetation und Substrat*. J. Cramer. Germany. p.73-89.
- INMET (Instituto de Meteorologia). 2002. Dados acessados na Rede Internacional de Computadores em: www.inmet.gov.br.
- JORNAL da COIAB, janeiro / fevereiro de 2000.
- LIMA, Antonio Carlos Souza, Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil – Petrópolis, Rj: Vozes, 1995.
- _____. Barroso Hoffman, Maria. Etnodesenvolvimento Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista. Contra Capa 2002.
- MORAN, E.F. *Adaptabilidade humana*. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Índios da Amazônia: da Maioria a Minoria 1750 – 1850. Petrópolis: Vozes.
- NIMER, E. 1989. *Climatologia do Brasil*. 2a. ed. IBGE, Rio de Janeiro.
- NIMUENDAJU, Curt. Excursão pela Amazônia. Original em Alemão “Streifzuege in Amazonien”. Publicados em *Ethnologo-Anzeiger* (Vol. II Stuttgart). Tradução Thekla Hartmann.
- OLIVEIRA , João Pacheco de. O Nosso Governo: os Ticunas e o Regime Tutelar. Contra Capa, Rio de Janeiro. 1988.
- _____. Uma etnologia dos “Índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro 1999.
- _____. Indigenismo e Territorialização, poderes rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo. Contra Capa Livraria 1998.

PEIRANO, M.G.S., 1981, *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Tese de doutoramento, Harvard University, (Publicada na *Série Antropologia Nº 110*, Brasília: DAN, UnB, 1991).

PEREZ, Carlos Alberto Montes. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Paraná do Arauató. FUNAI 1997.

Povos Indígenas no Brasil 1996/2000 – Instituto Sócio Ambiental

RICOEUR, Paul. *Da Interpretação: Ensaio sobre Freud*. Imago Editora Ltda. Rio de Janeiro 1977.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa”, in Mary del Priore e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*, Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2003, p. 123-140.

SANTOS, F. J.. 1999. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

SUDAM & IBGE (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1989. Mapa de Zoneamento das Potencialidades dos Recursos Naturais da Amazônia Legal.

WEBER, Max , “Comunidades Étnicas”. In *Economia e Sociedade*. Martins Fontes. Rio de Janeiro 1987.

ANEXOS I



Aldeia Pantaleão (01/07/2004)



Aldeia Murutinga (02/01/2007)



Movimento Lago Murutinga (02/01/2007)



Sr. Luiz Fernando 89 anos Murutinga (jan 2007)



Movimento Lago Murutinga (02/01/2007)



Fim de tarde aldeia Murutinga (04/01/2007)



Roni Presidente Murutinga (11/01/2007)

ANEXO II

Itacôatiara, 9 de Dezembro de 1918.

Senhor D.^o João de Araújo Amorá,
M. A. Inspector do Serviço de Protecção aos
Índios e Localização de Trabalhadores Na-
cionais no Amagomas e Território do
Acre.

Seu sa-
lvo e as claras
Oportunidades e o desenvolvi-
mento da ordem
A. Corrêa.

Conforme já vos communiquei, por te-
legramma, a 7 do corrente, fui inspec-
cionar os aldeamentos localizados na
zona do Acre, tendo seguido, desta ci-
dade, no dia 30 do mez findo.

Cumprindo-me, agora, levar ao vosso co-
nhecimento, para os devidos fins, o re-
sultado da minha viagem de inspec-
ção, por meio deste Relatório, no qual,
penso, que encontrareis o que possa in-

por todos os lados, húmidos e mal cobertos de pasha.

Nesses lugares, vivem indivíduos de entre os pecos, homens, mulheres e crianças, na máxima promiscuidade inteiramente animal.

Tal é a situação moral dos muros, nas chamadas aldeias.

Nellas é denominada, por toda a região do Aytay, salulo esta população, quando muito, em mil e poucas almas. Com minha viagem de inspecção pude observar que os muros, em geral, são de índole pacífica, desconfiados, imprevidentes e sem a menor noção do que seja o homem na estado social.

Com quanto dominados pela lei biológica do mesmo esforço, não deixam, no entanto, de possuírem esta petridade, como provao exuberantemente

os múltiples e extensos campos de criação
e poças, que à custa dos trabalhos dos mu-
ras, fizeram e fazem os moradores civiliza-
dos do Antago.

E os infelizes muras supportam o jugo
cruel de uma existência exclusivamente
vegetativa, abjecta e repulsiva!...

Diversas são as causas actuaes deste es-
tado lastimavel, e não que elles se encontram,
e não aqui enumerar todas ellas, é não
sufficiente apontar apenas, as seguintes:
despotismo, prostituição, ignorancia com-
pleta e nullo os laços de familia.

O despotismo é exercido por todos quan-
tos exploram os serviços dos muras.

A prostituição é fomentada em lar-
ga e funesta escala, por aquelles que
se dizem civilizados.

A sua proposito, e em contraria commu-
go, contou-me um mura, chamado

lamente, chefe da aldeia de Humutón-
o, que um individuo de nome 'Carijó',
vários annos passados, director dos annuaes,
nomêado pelo governo do Estado, tinha
o costume, não só de florar as meninas,
mas ainda obrigava as moças a' pra-
tica de orgias, com todos aquelles que o
sugessam e pedissem licença ao director.
Este facto me foi confirmado pelo Sr.
J. Gomes Parante.

Após acima, tratei do despotismo e da
constituição, agora, resta-me falar dos
a ignorancia completa e dos laços de
inimicia, entre os annuaes.

A ignorancia, em que vivem, é unica-
mente derivada a' falta de ensino, da a-
indisagion, ali, das noções mais elemen-
res da instrução primaria.

Tão existe uma unica escola que seja,
em nenhuma das aldeias.

As poucas existentes estão situadas fó-
ra dos aldéiamentos e bem distante d'elles.

Quanto aos laços de familia, são estes
quasi nulos, porque a união conjugal,
o casamento feito de accordo com a lei,
não existe ou é bem raro.

Um facto curioso e singular que cha-
mou-me a attenção, não é reputo dos vi-
vos, mas dos mortos, é o seguinte, e aqui
é o lugar proprio para denunciar-o:

No cemitério publico, à margem do la-
go Murutinga, as sepulturas dos muros
estão separadas das outras, fustentadas
aos catholicos, de sorte, que entre umas
e outras, ha uma linha divisoria!

Infelizes muros!

Tanto em vida, como na morte são em-
pletamente privados do altruismo, do a-
pelo, bondade e respeito, por parte d'a-
quelles que lhes são superiores, não em

sentimentos, mas em força e intelligencia.

Já vos disse, Senr Inspector, o que, de facto, observei sobre as condições moraes, materiaes e mentaes da infeliz e desgraçada população da fona do Antag. Conheci, por fela, denominação geral de muras. Agora, cumpre-me, quer na qualidade de encarregado do Entrepôt de protecção aos indios, em São Carlos e quer como brasileiro e republicano, submitta á vossa docta e patriótica attenção, as medidas urgentes e necessarias, que devem ser postas em pratica e destinadas, para a rehabilitação e salvamento dos infelizes muras. Entendo que deve ser fundada uma porção, com os elementos, que se puder conseguir.

Essa porção deve ser o encarregado

do lago do Murutinga, aproveitando-se
o local da aldeia do mesmo nome, pela
magnífica posição geographica, que ocu-
pa, quasi que no centro de todos os ou-
tros aldeamentos.

Esta aldeia do Murutinga situada,
na extremidade opposta, à saída do la-
go, para o Butag-miry, entre os igara-
pés Curara e Toseano.

Tosse terras sufficientes, para uma
grande povoação e cultura, maximé a-
proveitando-se as margens e centros de volu-
tos do rio Mutuca, cuja foz, ficahe bem
proxima.

Da aldeia do Murutinga, especialmen-
te durante a época da enchente, o trans-
porte torna-se facil, para toda Hona do
Butag, pois todos os lagos e parana's se
communica, por meio de furos ou canoas
naturais.

A região do Aputaz é constituída por um archipelago, cortado por grande numero de lagos e paranaís, cujos principaes são os seguintes: Aputaz-amí e Mxadeuinha, que põem em communicação o rio Mxadeuira com o Amazonas, Aputaz-mery, que vem do Solimões e lança-se no Aputaz-amí, pelo parana do Mpiia e puetros.

Não existe o chamado rio Aputaz.

Os principaes são: o rio Teto do Pontalão, que desemboca no paranaí Aputaz-amí e o rio Mbutuca, que se lança no lago Mxurutinga.

É bem de ver, Senr Inspector, que uma vez fundada a povoação, de que trato, innumeras e incommensuraveis vantagens, para os infelizes ncuras do Aputaz, originaando-os, reunindo-os, á luz da liberdade, honra, felicidade

e civilisação d'elles.

O que, certamente, não pôde e nem deve continuar é o estado de cousas que denuncio neste Relatório, indigno e aviltante para o Amazonas, para a nossa Pátria, para o regime republicano.

Orá, mais grato os, senhores senhores, de que dispõe a Intendência do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionais no Amazonas, penso no entanto, que vós, Senhores Intelectores, com a vossa dedicação e zelo comprovado, pelo serviço, sob a vossa digna e competente direcção, podeis conseguir os elementos necessários, para a fundação da povoação de muras, á margem do lago Maurutinga, no Amapá.

A industria, a agricultura, o commercio, a escola, o livro, o amor, o

a civilisação d'elles.

O que, certamente, não pôde e nem deve continuar é o estado de cousas que denuncio neste Relatório, indigno e aviltante para o Amazonas, para a nossa Pátria, para o regime republicano.

Ora, mais grato os, honrosos eccelsos, de que dispõe a Intendencia do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionais no Amazonas, penso no entanto, que vós, Senhores Intelector, com a vossa dedicação e zelo comprovado, pelo serviço, sob a vossa digna e competente direcção, podeis conseguir os elementos necessarios, para a fundação da povoação de muras, á margem do lago Maurutinga, no Amapá.

A industria, a agricultura, o commercio, a escola, o livro, o amor, o

interessar ao serviço, sob a vossa digna
dixação.

É evidentemente um puro, bem
Inspector, acreditar-se, como geralmen-
te se supõe, a existência de verdadeiros
índios, na região do Aritag, e que esse for-
nem o que se pode chamar, aldeiamen-
to.

Tudo, a tal respeito, é intuitivamente
falso.

O que existe na região do Aritag, sob
denominação de índios muros é u-
ma população cruzada, mestiça, por
diversos elementos étnicos: indígenas,
brancos e negros, os mesmos que for-
mavam e constituem a massa geral
da população do nosso paiz.

O tipo puro da raça indígena, na
do Aritag, já desapareceu por comple-
to, bem assim os usos e costumes do

interessar ao serviço, sob a vossa digna
dixação.

É evidentemente um puro, bem
Inspector, acreditar-se, como geralmen-
te se supõe, a existência de verdadeiros
índios, na região do Aritag, e que esse for-
nem o que se pode chamar, aldeiamen-
to.

Tudo, a tal respeito, é intuitivamente
falso.

O que existe na região do Aritag, sob
denominação de índios muros é u-
ma população cruzada, mestiça, por
diversos elementos étnicos: indígenas,
brancos e negros, os mesmos que for-
mavam e constituem a massa geral
da população do nosso paiz.

O tipo puro da raça indígena, na
do Aritag, já desapareceu por comple-
to, bem assim os usos e costumes do

altruismo, a defesa contra os esteca-
riadores, os atacantes, os explora-
dores de toda ordem, eis o meio, eis
o caminho, pelo qual, se poderá con-
seguir a conversão dos infelizes nuaas.
Os factores verdadeiramente sociais,
desenvolvendo-se nelles a veneração, o
pelo, o amor ao trabalho, os instin-
tos sympathicos, as funcções da in-
teligencia e do caracter.

Paixão e Fraternidade.

Domingos Theophilo do Carmo Lal

altruismo, a defesa contra os esca-
riadores, os atacantes, os explora-
dores de toda ordem, eis o meio, eis
o caminho, pelo qual, se poderá con-
seguir a conversão dos infelizes nuares.
Os factores verdadeiramente sociais,
desenvolvendo-se nelles a veneração, o
pelo, o amor ao trabalho, os instin-
tos sympathicos, as faculdades da in-
teligencia e do caracter.

Salude e Fraternidade.

Domingo Theophilo de Carvalho Laf